Universidade Federal do Pará

Instituto Amazônico de Agricultura Familiar

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Maria Beatriz Portilho Maciel

Repactuação dos acordos de pesca do mapará *(Hypophthalmus edentatus)* no Rio Baixo Anapu, interior do município de Igarapé-Miri.

Belém/PA
2024

Maria Beatriz Portilho Maciel

Repactuação dos acordos de pesca do mapará *(Hypophthalmus edentatus)* do Rio Baixo Anapu, interior do município de Igarapé-Miri.

Dissertação apresentada para obtenção de grau de mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará-UFPA e Embrapa Amazônia Oriental, como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.
Orientador: Dr. Gustavo G. M. Moura.

Belém/PA
2024

Maria Beatriz Portilho Maciel

Repactuação dos acordos de pesca do mapará *(Hypophthalmus edentatus)* do Rio Baixo Anapu, interior do município de Igarapé-Miri.

Dissertação apresentada para obtenção de grau de mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará-UFPA e Embrapa Amazônia Oriental, como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.
Orientador: Dr. Gustavo G. M. Moura.

Data de aprovação: /08/2024

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Gustavo Goulart Moreira Moura

Orientador Ineaf/UFPA

_____

Profa. Dra. Katiane Silva

Examinador Interno Ineaf/UFPA

_____

Profa. Dra.Carina Catiane Foppa

Examinador externo MADE/UFPR

_____

Profa. Dra. Roberta Sá Barbosa

Examinador Interno Ineaf/UFPA

Aos meus pais Benedito Maciel e Maria de Lourdes, a meu companheiro Gilvan Quaresma e a meu filho Matheus Maciel Quaresma.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradecer a Deus dono de todas que me proporcionou este momento, pois colocou as pessoas certas no meu caminho para que somando forças e conhecimentos pudesse chegar à conclusão do mestrado.

Agradeço a minha mãe, meu pai e meus irmãos e irmãs, por todo encorajamento com suas palavras de motivação e também pelas orações/intercessões a Deus por mim.

Também agradeço a meu companheiro de vida e de sonhos Gilvan Almeida Quaresma, que desde a graduação tem me incentivado a prosseguir.

Ao Programa de Pós Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de pesquisa.

Agradeço as minhas amigas Águeda, Conceição e Deise pela parceria desde a graduação, e que foram minhas maiores incentivadoras nesse projeto.

Também agradeço ao Gilfran Ramos, pela companhia e parceria nos dias turbulentos durante o mestrado.

Aos meus colegas de turma, as novas amizades que construí e que levarei para minha vida em especial a Sarah Gabriela, Jardiane Fayal, Ludmila Rocha, Jakson Gonçalvez, Odenira e Binto Mani.

Também agradecer minha tia Maria da Piedade que me abrigou em sua casa durante o mestrado e sempre cuidou de mim, compartilhava das minhas angústias e alegrias, preocupava-se em orar por mim todas as vezes que saia apressada a caminho da UFPA.

Agradecer de todo o meu coração com muito carinho, respeito e admiração ao meu orientador Prof. Dr. Gustavo Goulart Moreira Moura

Gratidão a tudo e a todos e principalmente ao meu coletivo que são os principais protagonistas desse trabalho que de maneira muito carinhosa contribuíram na construção a pesquisa.

Pescador, pescador por que é
Que no mar não tem jacaré?
Pescador, pescador por que foi
Que no mar não tem peixe-boi?
Eu quero saber a razão
Que no mar não tem tubarão?
Eu quero saber por que é
Que no mar não tem jacaré?
Ah! Como é bom pescar
Na beira mar
Em noite de luar
Ah! Como é bom pescar
Na beira mar
Em noite de luar...
Marco André.

RESUMO

A pesca, uma das atividades humanas mais antigas, desenvolvidas pelos povos da região Amazônica, se reveste de grande importância na vida de comunidades tradicionais, seja pela produção de alimentos ou abastecimento dos comércios nos centros urbanos da capital e do interior de estado. Na região do Baixo Tocantins a pesca artesanal de destaca a partir do declínio dos engenhos (1975), onde os ribeirinhos buscam na atividade da pesca uma alternativa para garantir o sustento de suas famílias, tornando-a uma profissão de grande valor econômico, social e cultural. Apesar da sua importância a pesca artesanal é impactada negativamente, sobretudo pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí década de 1980. Devido ao barramento do rio Tocantins pela hidrelétrica, instala-se uma crise no setor da pesca artesanal, desencadeando conflitos entre pescadores e ribeirinhos em torno dos recursos pesqueiros, impulsionando-os a buscar estratégias para amenizar os conflitos e regular o acesso e uso do pescado em especial do mapará. Nessa perspectiva, surgem as experiências de gestão compartilhada criada a partir das demandas dos ribeirinhos e pescadores artesanais - os chamados acordos de pesca. O trabalho tem como objetivo analisar o processo de repactuação do acordo de pesca do mapará *(Hypophthalmus edentatus)* no Rio Anapu, interior do município de Igarapé-Miri, relatando como acorreu esse processo a partir da divisão do território de pesca em dois grupos (grupo de baixo e grupo de cima), e o envolvimento de conflitos intercomunitários entre os usuários dos recursos pesqueiros, a pesquisa foi desenvolvida em regime de trabalho autoetnográfico que, enquanto método, entende o trabalho de campo como uma experiência vivida pelo sujeito que pertence ao lócus da pesquisa empírica. Os dados foram coletados através de 12 entrevistas com ribeirinhos e pescadores da comunidade do Rio Anapu. Conforme o que se apresenta, por meio da repactuação do acordo de pesca existe uma melhor comunicação e gestão da pesca do mapará na comunidade, após muitos conflitos envolvendo os recursos pesqueiros na localidade.

Palavras chave: Repactuação de Acordo; Pesca do Mapará; Pescadores e ribeirinhos; Recursos pesqueiros.

ABSTRACT

Fishing, one of the oldest human activities, carried out by the people of the Amazon region, is of great importance in the lives of traditional communities, whether for food production or supplying businesses in the urban centers of the capital and the interior of the state. In the Baixo Tocantins region, artisanal fishing stands out following the decline of sugar mills (1975), where riverside residents seek fishing as an alternative to guarantee the livelihood of their families, making it a profession of great economic, social and social value. cultural. Despite its importance, artisanal fishing is negatively impacted, especially by the construction of the Tucuruí Hydroelectric Plant in the 1980s. Due to the damming of the Tocantins River by the hydroelectric plant, a crisis arises in the artisanal fishing sector, triggering conflicts between fishermen and riverside dwellers in around fishing resources, encouraging them to seek strategies to alleviate conflicts and regulate access to and use of fish, especially mapará. From this perspective, experiences of shared management created based on the demands of riverside dwellers and artisanal fishermen emerge - the so-called fishing agreements. The aim of the work is to analyze the process of renegotiating the Mapará (Hypophthalmus edentatus) fishing agreement in the Anapu River, in the interior of the municipality of Igarapé-Miri, reporting how this process went from the division of the fishing territory into two groups (group from below and group from above), and the involvement of intercommunity conflicts between users of fishing resources, the research was developed under an autoethnographic work regime which, as a method, understands fieldwork as an experience lived by the subject who belongs to the locus of empirical research. Data were collected through 12 interviews with riverside dwellers and fishermen from the Anapu River community. According to what is presented, through the renegotiation of the fishing agreement there is better communication and management of Mapará fishing in the community, after many conflicts involving fishing resources in the locality.

Keywords: Renegotiation of Agreement; Mapará Fishing; Fishermen and riverside dwellers; Fishing resources.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da Comunidade 39
Figura 2: Mapará peixe símbolo da região do Baixo Tocantins..... 44
Figura 3: O borqueio sendo realizado na Maricota (grupo de baixo)..... 45
Figura 4: Taleiro com a tala e o prumo, ambos os apetrecho utilizados por ele na localização dos cardumes do mapará 46
Figura 5: Mapará preso na rede, após a realização do borqueio 46
Figura 6: Paneiro e basqueta, ambos os utensílios usados para a retirada do mapará da rede 47
Figura 7: Diagrama das etapas de Análise de Conteúdo 56
Figura 8: As três fases na análise de conteúdo de Bardin (1977) 56
Figura 9: As cinco etapas da pré-análise descrita por Bardin (1977). 57
Figura 10: A segunda fase da Análise de Conteúdo 59
Figura 11: A terceira fase, o tratamento dos resultados. 76
Figura 12: Taleiro procurando o mapará com o auxílio de um prumo 84
Figura 13: O processo do borqueio relacionado às marés..... 87
Figura 14: Processo de colher as redes até formar um circulo menor 87
Figura 15: Croqui de mapa mental da divisão do território de pesca 90
Figura 16: Pescadores esperando a maré baixar para pescar..... 105
Figura 17: Captura de 70 basquetas de mapará em um único borqueio..... 108

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Exemplo do Levantamento das Unidades de Registro 61
Quadro 2: Levantamento das Unidades de Registro 62
Quadro 3: Unidades de Registro e seus Significados 64
Quadro 4: Unidades de Contexto e Unidades de Registro 69
Quadro 5: Composição dos Eixos Temáticos 74
Quadro 6: Agrupamento dos Eixos Temáticos 76
Quadro 7: Constituição das Categorias de Análise 76
Quadro 8: Composição das Unidades de Registro, Eixos Temáticos e Categorias de Análise. 77
Quadro 9: As categorias de Análise 80
Quadro 10: Categorias de Análise Espaço Físico 80
Quadro 11: O pescador e cada função que exerce na pesca do mapará 85
Quadro 12: Espaço Social 88
Quadro 13: Des-reterritorialização a partir do acordo de pesca do mapará 97

LISTA DE SIGLAS

CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CET	Conhecimento Ecológico Tradicional
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEB	Movimento de Educação de Base
PIN	Programa de Integração Nacional
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TU	Tempo Comunidade
TU	Tempo Universidade
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE	Usina Hidrelétrica
Z-15	Zona 15

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 14
1.1 A motivação para a realização da pesquisa 21
2. REFERENCIAL TEÓRICO 22
2.1 Acordos de Pesca 22
2.2 Território como Conhecimento 27
3. METODOLOGIA 35
3.1.1 *Lócus* de pesquisa 38
3.1.1.2 A pesca do mapará ou "borqueio" do mapará 44
3.2 MÉTODO 48
3.2.1 Técnicas de coleta de dados 49
3.2.1.1 Pesquisa participante 49
3.2.1.2 As entrevistas 52
3.2.2 Interpretação de dados 55
3.2.2.1 Organização da análise 55
3.2.2.1.1 Pré-análise 56
3.2.2.1.2 Exploração do material 58
3.2.2.1.3 Tratamento dos resultados 60
3.3 Movimentos da Análise de Conteúdo 61
3.3.1 Levantamento das Unidades de Contexto e Unidades de Registro 61
3.3.2 Levantamento dos Eixos Temáticos 72
3.3.3 Constituição das Categorias de Análise 75
4. ESPAÇO FÍSICO 80
4.1 Conhecimentos tradicionais do território pesqueiro 81
4.2 ESPAÇOS SOCIAL 88
4.2.1 Impactos nos espaços sociais causados pela divisão do território 89
4.3 DES-RETERRITORIALIZAÇÃO A PARTIR DO ACORDO DE PESCA DO MAPARA (*HYPOPHTHALMUS EDENTATUS*). 97
4.3.1 Processo de repactuação dos acordos de pesca do mapará (*Hypophthalmus edentatus*) 98
4.3.2 Regras do primeiro acordo de pesca (Processo de desterritorialização do acordo de pesca) 100
4.3.3 Regras do acordo repactuadas pelo grupo de baixo da comunidade do Rio Baixo Anapu (Processo de reterritorialização do acordo de pesca) 1001
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 115
REFERÊNCIAS 117

ANEXOS.....125

1 INTRODUÇÃO

A região Amazônica é cobiçada pelo capital desde o final do século XIX e início do século XX. Segundo Hébette (2004), a partir da década de 1960, durante os governos militares, o espaço amazônico sofreu uma série de transformações por meio dos grandes projetos do governo federal, como o Programa de Integração Nacional (PIN), responsável pela abertura de estradas e rodovias, o Programa de Redistribuição de Terra e Estimula à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), o Projeto Radar da Amazônia (RADAM), que remontam a primeira metade da década de 1970.

Segundo Cruz; Castro; Sá (2011), o crescimento da industrialização nacional exerceu forte influência sobre as cidades amazônicas, principalmente a partir dos anos 1970, com a abertura da rodovia Belém-Brasília, que tinha em sua centralidade a ligação das regiões industrializadas à região amazônica como fonte de matérias-primas e um potencial mercado consumidor.

Assim, a expansão do capital desencadeou novos processos fundamentais de globalização, com sérios impactos na economia e no uso da terra. Os grandes projetos implantados na Amazônia utilizam como estratégia uma perspectiva desenvolvimentista, com significativos prejuízos socioeconômicos e ambientais. Tal característica aparece de forma mais evidente quando da implantação, no estado do Pará, de usinas hidrelétricas (Reis; Sousa, 2016) nos anos 1980 que, marca a inserção dos programas de exploração extrativista mineral na Amazônia (Cruz; Castro; Sá; 2011).

Dentro desse contexto de transformações do espaço amazônico pelos grandes projetos está à pesca, uma das atividades humanas mais antigas, desenvolvidas pelos povos e comunidades tradicionais da Amazônia que se reveste de grande importância em suas vidas, seja pela produção de alimentos ou abastecimento dos comércios nos centros urbanos da capital e do interior do estado.

Praticada por pequenos produtores, a pesca artesanal possui várias características que a diferencia da pesca industrial, como o manejo dos recursos naturais segundo a lógica de pequena produção mercantil simples, o uso de tecnologias de baixo impacto e de recursos territoriais, a produção e

reparo dos apetrechos feito pelos próprios pescadores, e modos de conhecer que expressam sua relação com a natureza e que produzem conhecimentos sobre ela (marés, ventos, fases da lua, localização dos pesqueiros[1] etc.) (Diegues, 1995).

Segundo Furtado (1990), a pesca artesanal em todo o Pará apresenta dicotomias nas formas de organização social: a que chamamos de pescadores polivalentes e a dos pescadores monovalentes. No Baixo Amazonas essa primeira forma corresponde às atividades dos habitantes da várzea (várzea na terminologia local) do rio Amazonas, e podem ser classificados como varjeiros ou polivalentes, ou seja, se dedicam a várias atividades na várzea amazônica durante o ano (roçados, extrativismo, coleta, criação de gado e pesca).

Para Rapozo (2010), a pesca artesanal é uma atividade que institui uma das dimensões da realidade que marca historicamente a vida dos grupos sociais na Amazônia brasileira. A importância do desenvolvimento e aperfeiçoamento da pesca, praticados pelos habitantes das várzeas e terras-firmes da região, demonstra a capacidade de articulação de um modo de vida muito singular, onde o domínio do saber prático considera a dinâmica da vida que corre nos rios da Amazônia, na sazonalidade dos seus períodos hidrológicos, e nas transformações que atendem aos interesses dos homens como agentes sociais interessados e que se apropriam destes recursos.

Na região do Baixo Tocantins, a pesca artesanal ganha destaque a partir do declínio dos engenhos na década de 1975 a 1987. Segundo Santiago (2013), o agricultor comercial que antes praticava a pesca como atividade de subsistência, busca na pesca um excedente para a comercialização, tornando-se a pesca sua principal atividade de produção proteica e de renda.

Nesse contexto, aumenta-se o número de pessoas que buscam na pesca uma maneira de obter renda para o sustento de suas famílias. A grande quantidade de recursos pesqueiros, sobretudo do mapará, as melhorias da infraestrutura de transporte, o avanço das tecnologias, contribuíram para o aumento do interesse pela produção do pescado.

No entanto, na década de 1980 essa importante atividade foi marcada por um dos grandes projetos instalados na região do Baixo Tocantins, a

[1] Pontos de pesca, onde os peixes concentram-se em cardumes, local apropriado para realizar o borqueio.

construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, que provocou impactos ecológicos, sociais, econômicos e étnicos que ainda não foram suficientemente avaliados, assim como as alterações a ecossistemas e as condições de salubridade local (Santos, 2011).

Segundo a mesma autora supracitada, o barramento do Rio Tocantins pela hidrelétrica, causa uma grave crise no setor da pesca artesanal que impacta, sobretudo as comunidades tradicionais que viviam a jusante da barragem:

> A mudança no ciclo hidrológico do rio Tocantins, a formação da barragem e do imenso lago, assim como alterações na fauna e flora aquáticas afetaram o processo de reprodução e de mobilidade de diversas espécies de pescado. Isso influenciou diretamente a oferta de pescado à jusante da UHE Tucuruí, ou seja, na região do baixo Tocantins. Segundo dados disponíveis pela própria Eletronorte, se observou uma queda de 65% no pescado comercializado na região ao longo da década de 1980 (Santos, 2011, p.155).

Neste sentido, a implantação da hidrelétrica representou um marco bastante negativo para a economia ribeirinha do Baixo Tocantins, particularmente para a pesca artesanal. Sobre isso, Juras; Cintra; Lodovino (2004), destacam que devido a alterações do ciclo hidrológico pela barragem do rio e a procedimentos operacionais da UHE Tucuruí, ocorre elevada mortalidade de ovos, larvas e alevinos, o que compromete o recrutamento e a reposição dos estoques pesqueiros:

> Todos os anos, na época da cheia, os peixes sobem o rio e desovam nas cabeceiras dos pequenos cursos de água dos tributários do Rio Tocantins e nas lagoas marginais situadas no Município de Baião que, nessa época, se encontram alagadas devido ao excedente de água e à abertura do vertedouro da barragem. Quando da diminuição das chuvas, o vertedouro é progressivamente fechado, impossibilitando a passagem de água para o trecho do Rio Tocantins a jusante da barragem. Com o rápido abaixamento das águas nas cabeceiras dos tributários e nas lagoas marginais, ocorre uma intensa mortalidade de ovos, larvas e alevinos frequentemente relatados pela comunidade pesqueira. Tal fato reveste-se da maior importância a se considerar que, anualmente, os juvenis são impossibilitados de se recrutar, o que prejudica consideravelmente a reposição dos estoques pesqueiros (Juras; Cintra; Lodovino, 2004, p.82)

Neste caso, o meio biofísico passou a ser controlado pela Eletronorte, de modo que a dinâmica da Usina Hidrelétrica de Tucuruí passou a regular o funcionamento do rio Tocantins, provocando a desestruturação dos territórios ribeirinhos, interrompendo o curso do rio modificando a vida material e simbólica de muitas famílias, uma vez que o rio é extensão de suas vidas e

existência (Holanda, 2020), resultando, ainda, em uma perda expressiva de diversas espécies de pescado e, consequentemente, da produção pesqueira.

A crise no setor pesqueiro, instalada desde então, ocasionou disputas entre os pescadores e ribeirinhos em torno dos recursos comuns. Os conflitos de pesca começam pela apropriação e usos diferenciados dos territórios aquáticos, os quais colocam em choque, de uma forma geral, o uso para obtenção da subsistência e o uso comercial (Furtado, 2004). Na tentativa de amenizar os conflitos ocasionados pela escassez do pescado, nos anos de 2000, a comunidade criou o primeiro acordo de pesca, experiência de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, que já estava sendo praticado na região do Baixo Tocantins desde 1990.

Segundo Vilhena (2011), os acordos de pesca consistem em ações coletivas que visam, a princípio, o uso regrado de um “recurso comum” e enfrentar transformações ambientais. Enquanto estratégia de caráter social, os acordos de pesca buscam o benefício de todos os usuários dos recursos a longo prazo por meio da preservação dos estoques pesqueiros da região com base em conhecimentos tradicionais sobre o território em que essas populações vivem.

Neste contexto, os acordos de pesca mostram-se importantes como estratégias de administração pesqueira. Eles reúnem um número significativo de comunidades de pescadores e definem normas específicas, regulando, assim, a pesca de acordo com os interesses da população local e com a preservação dos estoques pesqueiros (Brasil, 2009). A relevância da promoção desse tipo de gestão dá-se mediante o caráter democrático das decisões coletivas a respeito da garantia da permanência dessas populações nas regiões em que historicamente tem vivido e construído identidades culturais estreitamente ligadas ao rio e a terra (Cardoso *et al.,* 2018).

Os acordos de pesca estabelecidos na comunidade do Baixo Anapu tinham como enfoque principal os estoques pesqueiros do mapará, peixe mais cobiçado na região, principal fonte de renda e proteína para a comunidade. Para Santos (2010), uma das motivações mais relevantes no sentido de impulsionar os acordos de pesca se encontra na esfera sociocultural, ou, mais precisamente, no padrão de consumo das famílias ribeirinhas. E é sobretudo, o acesso ao peixe mais popular da região, o mapará *(Hypophytamus*

marginatus), considerado um símbolo da região do Baixo Tocantins, que motiva várias famílias ribeirinhas a aderir aos acordos de pesca.

Nos primeiros anos a experiência da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros foi um sucesso. Alguns pescadores animados com a produção do pescado adquiriram suas próprias redes para praticar a pesca, passando de cinco para nove redes de borqueio na comunidade. No entanto, com o passar do tempo, várias mudanças foram observadas na paisagem, como o surgimento de bancos de areia, assoreamento dos rios, o desaparecimento de algumas espécies de pescado e, consequentemente, o aumento da pressão sobre os estoques pesqueiros do mapará. Segundo Cardoso *et al*. (2018), o mapará se tornou um recurso valioso que passa a ser objeto de disputa entre diferentes atores em contextos de conflitos.

Nesse contexto, de redução do pescado e do aumento dos conflitos pela apropriação dos recursos, os pescadores começaram a se desentender por conta dos pontos de pesca, especialmente nas áreas mais profundas do rio, onde se aglomeram os cardumes. O acordo se assentava na garantia, controle e gestão desse território tradicional de pesca. Diante dessas disputas, as regras do atual acordo foram quebradas, agravando ainda mais a situação de conflitos em torno dos escassos recursos pesqueiros na comunidade.

Para Vilhena (2006), o contexto de escassez do pescado, aumenta o esforço sobre os estoques pesqueiros, acarretando diversos problemas socioeconômicos entre os usuários desse recurso. Na comunidade, a pesca do mapará que era realizada em regime de parceria na captura e divisão da produção, após a crise no setor pesqueiro, passou a ser praticada de forma individual, movidas por disputas, muitas vezes envolvendo ameaças, que provocaram a divisão do território de pesca em dois grupos – grupos de baixo e grupo de cima do rio – como estratégia para resolução dos conflitos.

O rompimento de acordos dá-se em função de efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (Acselrad, 2004). Nesse caso, a quebra de regras entre os participantes deste primeiro acordo aumentou as disputas pelo pescado acirrando os conflitos e consequentemente a quebra de regras básicas que o mantinham em funcionamento. Deste modo, a garantia, o controle e a gestão da pesca do mapará na comunidade se tornaram

impossível, culminando com o segundo acordo que prevê a divisão do território em dois grupos: os “de cima” e os “de baixo” (Figura 15).

A “divisão” feita neste segundo acordo de pesca, que é o que está vigente no espaço físico tem consequências também no espaço social, como as relações de amizade, o compadrio, o companheirismo, a formação dos puçaleiros e a produção de conhecimentos. Para Holanda *et al*. (2020), os conflitos gerados no espaço comunitário desarticularam as famílias na busca de sua autonomia em relação à comercialização e acesso ao mapará, os pescadores artesanais perderam o controle sobre os rios e os peixes. As relações de reciprocidade foram alteradas.

Outra consequência revela-se na diminuição do espaço disponível para praticar a pesca, uma vez que se estabeleceram limites territoriais dentro da comunidade, onde os pescadores do grupo “de baixo” não poderiam pescar no território pertencente ao grupo “de cima” e vice-versa, ficando com o território reduzido. Para Leão e Cruz (2011), a delimitação de territórios aquáticos é tarefa difícil, principalmente devido aos recursos pesqueiros estarem em constante movimento. Assim, a partir de uma abordagem de Moura (2017), poderia-se afirmar que a “divisão” do rio opera epistemicamente no sentido de desconstruir o espaço de produção de conhecimentos na comunidade ribeirinhas do Baixo Anapu e ao reconstruí-lo sob as novas bases sociais e físicas. Ela des-reterritorializa-nos.

A partir deste problema, a comunidade decidiu rever o atual acordo de pesca como alternativa de amenizar tensões entre os pescadores, além das questões ecológicas e socioeconômicas. Nesse sentido, escolhi estudar este terceiro processo de repactuação para acompanhar como os pescadores se organizam coletivamente e como lidam com as mudanças ocorridas no meio ambiente que influenciam na gestão coletiva e nas regras de manejo de recursos presentes em seus territórios. Segundo Gunderson (2000, *apud* GugiKi, 2018), é importante pensar/pesquisar sobre repactuações de acordo de pesca como um método integrado e multidisciplinar para a gestão dos recursos naturais, tendo como ideia central que os recursos naturais manejados e os grupos de usuários estão em constante mudança. Por isso, o conhecimento humano deve responder com ajustes e adaptações a cada nova situação socioambiental encontrada.

Apesar da divisão ocorrida dentro da comunidade, os grupos se organizaram na busca da gestão dos recursos existentes em seu território de pesca, a partir de novas regras reformuladas sempre que necessário, a fim de melhor desenvolver a manutenção de seus territórios e continuar (re)produzindo relações com o meio onde estão inseridos, que vai muito além da produção social, econômica e cultural, como também de pertencimento com o território apropriado.

Segundo Acselrad (2004), para as comunidades ribeirinhas, a relação de pertencimento com o território se dá de maneira indissociável. Há uma inter-relação entre estes elementos, já que a sociedade se (re)produz por processos sócio-ecológicos. É nesse processo que as sociedades usam diferencialmente o meio ambiente, confrontando os projetos de uso e significação. E os usos e significações estão sujeitos a conflitos, pela sua diversidade.

Considerando os problemas levantados anteriormente, associadas à minha trajetória de vida relacionada com a pesca, a presente pesquisa busca responder: como o processo de des-reterritorialização opera na repactuação a partir dos acordos de pesca do mapará no Rio o Baixo Anapu?

Como forma de encontrar respostas para tal questionamento, temos como objetivo geral desta pesquisa: analisar o processo de repactuação dos acordos de pesca do mapará *(Hypophthalmus edentatus)* no rio Anapu, interior do município de Igarapé-Miri. E como objetivos específicos: I) Identificar as regras de uso do espaço aquático pelas comunidades pesqueiras; II) Mapear os tipos de conflitos relacionados ao uso do espaço e dos recursos comuns da pesca artesanal; III) Avaliar o processo de adaptação em sistemas de manejo gerados por acordos de pesca.

A presente dissertação está organizada da seguinte forma: (I) Introdução, ora apresentada, busca realizar uma contextualização do cenário do tema em estudo, problemática e os objetivos da pesquisa; (II) Referencial teórico em que discutiremos os principais conceitos que norteiam esse trabalho: Acordos de pesca e Território como conhecimento; (III) Metodologia, onde está a localização da comunidade de pesquisa, a delimitação e a apresentação dos procedimentos metodológicos para alcançarmos os objetivos almejados; (IV) Os capítulos de dados: 1- Espaço Físico; 2- Espaço Social; 3- Des-reterritorialização a partir dos acordos de pesca do mapará; e (V)

Considerações Finais buscaram apresentar uma síntese dos pontos mais relevantes sobre os acordos de pesca da comunidade do Rio Baixo Anapu.

1.1 A motivação para a realização da pesquisa

A referida pesquisa surgiu a partir do meu trabalho de conclusão de curso em Etnodesenvolvimento Licenciatura e bacharelado da Universidade Federal do Pará (UFPA) da Faculdade de Etnodiversidade/Campus Altamira, que me oportunizou a escrever sobre uma das mais importantes atividades pesqueiras desenvolvidas na região do Baixo Tocantins, a pesca do mapará *(Hypophthalmus edentatus)*.

O TCC tinha como título "A pesca do mapará *(Hypophthalmus edentatus),* principal atividade pesqueira da comunidade do Rio Baixo Anapu, interior do município de Igarapé-Miri". A proposta do trabalho era construir um plano de ação com a participação da comunidade, na perspectiva de reformular junto aos pescadores o acordo de pesca do mapará no Rio Baixo Anapu.

Entre tantas motivações em escrever a respeito da pesca artesanal do mapará, estava à questão do pertencimento e viver diretamente ligada às práticas típicas das áreas ribeirinhas, sendo impulsionada pelo diálogo intercientífico e pelas descobertas proporcionadas pelas pesquisas realizadas nos Tempos Comunidades (TCs) e pelas discussões dos Tempos Universidades (TUs) durante o curso de Etnodesenvolvimento.

Sendo eu parte da comunidade e pesquisadora ao mesmo tempo, pude presenciar diversos problemas enfrentados pelos pescadores da comunidade em torno dos recursos pesqueiros, ocasionado entre outras coisas, pelo barramento do rio Baixo Tocantins pela hidrelétrica de Tucuruí, que segundo Santos (2011), desconsiderou os modos de vida das populações que vivem às margens do rio Baixo Tocantins, afetando principalmente a produção na pesca artesanal.

De início a proposta da pesquisa, seria analisar a repactuação sob o ponto de vista dos dois grupos, no caso do grupo de baixo e o grupo de cima do Rio Baixo Anapu. Porém, por viver na parte de baixo da comunidade encontrei certa dificuldade no diálogo com o grupo de cima sobre este assunto. Nesse sentido, na intenção de evitar quaisquer situações desagradáveis com

membros da comunidade, optei por estudar o processo de construção do novo acordo sob o ponto de vista do grupo de baixo da comunidade por ter um diálogo mais aberto com os moradores e pescadores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Acordos de Pesca

Para se entender a importância e implicações da celebração dos acordos de pesca na região amazônica deve-se, primeiramente, reconhecer e situar esses acordos num cenário de disputas pela apropriação e uso dos ambientes pesqueiros. Segundo Acselrad (2004), o caráter indissociável do complexo formado por sociedade - meio ambiente justifica o entendimento de que as sociedades se reproduzem por processos socioecológicos e se confrontam a diferentes projetos de uso e significação de seus recursos naturais.

Os “acordos de pesca” podem ser definidos sinteticamente enquanto arranjos institucionais praticados por comunidades ribeirinhas com a finalidade de manejar recursos pesqueiros. Tais arranjos são praticados por várias localidades ribeirinhas ao longo de bacias hidrográficas e águas interiores da Amazônia, especialmente nas regiões do baixo Amazonas e do Baixo Tocantins. Os acordos de pesca notabilizam-se tanto por práticas de desenvolvimento sustentável quanto pela mobilização de recursos endógenos de comunidades ribeirinhas (Santos, 2011).

Segundo a autora supracitada, é importante enfatizar, que o Estado cumpre um papel estratégico no enfoque institucionalista atuando em vários contextos, sobretudo na solução de problemas em que os agentes locais não possuem instrumentos e autonomia para sua resolução. De modo geral, a concepção institucionalista de desenvolvimento encontra-se presente em abordagens que enfatizam a dinâmica interna das regiões, baseado na mobilização de fatores endógenos.

Na Amazônia os acordos de pesca vêm sendo largamente empregados desde os anos de 1970 (D’Almeida, 2006). Na região do Baixo Tocantins segundo Santos (2011) surgem a partir da década de 1990. Eles compreendem

um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área geográfica (Cardoso *et al.,* 2018).

De acordo com os dados do próprio IBAMA, os acordos de pesca na sua origem foram fomentados, principalmente, pela Igreja Católica, através do Movimento de Educação de Base (MEB) e do estabelecimento de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Posteriormente, outras iniciativas governamentais deram sequência a esse processo (D'Almeida, 2006).

O manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia baseia-se no pressuposto de que as comunidades locais são as maiores interessadas no desenvolvimento e aplicações de práticas sustentáveis sobre os recursos por eles utilizadas como forma de sobrevivência. Esse interesse é destacadamente maior do que de órgãos governamentais ou outras instituições cujo contato com essa realidade é esporádico (Vilhena, 2011).

No modelo comunitário de manejo pesqueiro um grupo específico de pescadores controlam o acesso e o uso de um território pesqueiro bem definido. Os acordos de pesca exprimem regras que regulam o uso do recurso pesqueiro definidas por membros da comunidade ou grupos de usuários locais, incluindo medidas e sanções a serem tomadas contra infratores. A fiscalização fica também a cargo da própria comunidade que precisa de apoio governamental para dar efetividade aos acordos de pesca. Na realidade, essa postura é mais simbólica do que efetiva e serve para legitimar ações da comunidade (D'Almeida, 2006).

Sobre isso, acrescenta-se a necessidade de manter a credibilidade do processo de gestão participativa, ora em desenvolvimento na comunidade. É de fundamental importância a definição de critérios claros que permitam regulamentar esses Acordos de Pesca como um instrumento de ordenamento pesqueiro complementar aos tratados consensuais entre os diversos usuários, como forma de prevenir danos ambientais e sociais (Brasil, 2009).

Outro ponto importante na discussão sobre os acordos de pesca é a invisibilidade das comunidades pesqueiras no cenário sociopolítico no Brasil e a consequente falta de acesso a políticas públicas que contemplem as demandas sociais e locais desses grupos (Santos *et al.,* 2018).

Para a autora citada acima, os conflitos socioambientais, estão relacionados com a diminuição dos estoques pesqueiros e a destruição de ecossistemas de alta produtividade. Esses fatores contribuem para a redução dos estoques pesqueiros e aumentam a disputa, tanto pelo direito aos recursos naturais quanto território.

Nesse sentido, sobre a discussão das quatro categorias de regime de propriedade, falaremos apenas de regime de propriedade comum. Para Ostrom e McKean (2001, p. 80), a discussão relacionada à “Propriedade comum” ou “regime de propriedade comum” referem-se aos arranjos de direitos de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos. O termo “propriedade” está relacionado a instituições sociais e não a qualidades naturais ou físicas inerentes aos recursos.

Ao considerarmos a concepção proposta de “regime de propriedade comum” ou “propriedade comum” podemos ver, por um lado, que os diferentes indivíduos e/ou grupos constroem estratégias de uso dos recursos naturais resultantes da interação entre população e ambiente. Por outro, diferentes comunidades possuem como modo de vida e de subsistência, em seus respectivos ecossistemas, a extração de elementos da natureza, muitas vezes identificados como “bens coletivos”, que possibilitam a reprodução física e cultural dessas comunidades, ao mesmo tempo em que seus diversos arranjos sociais e institucionais os tornam corresponsáveis pelos recursos de uso comum (Bernardinho 2014).

Sobre isso Ostrom e Tucher (2009) destaca que no caso da propriedade comunal os recursos são regulados por membros da comunidade local com regras de manejo de inclusão e exclusão de usuários e internamente a comunidade não tem exclusividade dos recursos, que não podem ser transferíveis e sim frequentemente igualitários em relação ao acesso e ao uso.

Nesse sentido, o uso dos recursos naturais da pesca torna-se problemático em virtude de dois principais processos, o da exclusão dos usuários (pelo acesso de uso) e da capacidade presumível que cada usuário possui de subtrair parte da prosperidade do outro (Fanny *et al*., 2001). Para Begossi (2004), as restrições de acesso e uso de corpos aquáticos, está atrelada a localização dos pesqueiros, dentro de uma determinada comunidade havendo conflito pelo uso destes locais. A subtração ocorre quando recursos

de propriedade comum utilizados por um indivíduo tendem inevitavelmente a comprometer o sucesso dos outros (Vilhena, 2011) provocando divergências em torno dos recursos comuns da pesca. Neste caso, a exclusão e subtrabilidade provocam conflitos quando não operados mediante caráter democrático estabelecido entre os usuários dos recursos pesqueiros.

Para Simões; Macedo; Babo (2011) é possível que uma comunidade possa garantir o sucesso da gestão de bens comuns de maneira eficiente, administrada por pequenos grupos de utilizadores desses mesmos recursos, e que interagem segundo um conjunto de regras comuns, respeitadas e aceites pelo grupo, envolvendo instituições em distintas escalas. Os recursos em questão são necessários para todos, constituem fontes de rendimento ou meios produtivos e são necessários para o bem-estar humano, daí a necessidade de serem geridos através de um processo sustentável.

Nesse sentido, os acordos de pesca possuem a capacidade de resolver conflitos relacionados a restrições de acesso e uso aos ambientes aquáticos, assim como tencionam manter os recursos naturais da pesca e o vínculo social entre os pescadores. Segundo Cardoso *et al*. (2018), as discussões sobre os acordos de pesca, pretendem evitar a degradação ambiental e, consequentemente, promover a qualidade de vida dos atores sociais diretamente atingidos, a manutenção e conservação dos recursos.

Além do exposto anteriormente, é importante dizer que os acordos de pesca, podem ser considerados instrumentos de resistência contra os impactos gerados por grandes empreendimentos, como é o caso da construção da UHE de Tucuruí, que ameaçou a continuidade da atividade pesqueira na região e precisou ser respondida com ações que pudessem conter os danos provocados pelo empreendimento, a partir dos próprios coletivos afetados.

Na expectativa de amenizar conflitos e conservar os estoques pesqueiros a participação efetiva da comunidade é imprescindível na gestão dos recursos naturais da pesca. Para Verdun (2022), gestão participativa é fundamental para o sucesso dos projetos comunitários, devendo ser um critério para a aprovação de propostas dessa natureza. A incorporação de instrumentos e a aplicação de metodologias de (auto)monitoramento e avaliação nos projetos reforça a capacidade de execução e obtenção dos resultados almejados.

Sendo assim, a gestão participativa é uma das modalidades de manejo de recursos, que pretende incentivar os pescadores em relação a sua atividade de produção de renda, e a importância da conservação dos recursos naturais comuns. Considerando que o manejo dos recursos naturais é, antes de tudo, uma questão social, uma vez que a sua estrutura e organização estão diretamente relacionadas com os contextos socioeconômicos e políticos, nos quais os usuários estão inseridos (De Castro, *apud* Vidal, 2004).

Vale-se salientar, ainda, que o processo de acordo de pesca tem se constituído em importante instrumento na redução de conflitos sociais no âmbito da pesca (Cardoso, *et al*., 2018), envolvendo grupos de pescadores de uma mesma comunidade. Trazendo, novamente, a discussão de conflitos relacionados à exclusividade que diz respeito à dificuldade de acesso e sobtractabilidade, ou seja, a possibilidade de interferência individual na prosperidade uns dos outros (Fanny et al*.,* 2001; Begossi, 2004; Vilhena, 2011). Esses tipos de conflitos na perspectiva de Dahlet (2019) caracterizam-se por Conflitos sobre Alocação Interna (*Conflicts over Internal Allocation),* ou seja, quando há disputas e competições pelo recurso entre comunidades locais. Os conflitos entre pescadores com arte de pesca dirigidas à mesma espécie podem ser classificados também como conflitos intracomunitários, que fomenta entre os pescadores uma “guerra de engrenagens”.

Nesse sentido, o acordo de pesca é uma demanda comunitária para pactuar decisões e sua revisão é necessária reparar equívocos em decisões tomadas de modo a garantir a autonomia da gestão participativa e o controle dos recursos pesqueiros. Para Vidal (2008), o estabelecimento dos acordos de pesca não representa apenas uma resposta à mudança ecológica (diminuição da pressão sobre o recurso e aumento ou manutenção de produtividade), mas também às mudanças sociais no sentido de garantir e/ou reivindicar direitos de acesso aos recursos comuns.

Nesse caso, os acordos de pesca objetivam garantir o aumento da produtividade pesqueira, o controle, acesso e uso dos recursos, a conservação de suas fontes de renda e alimentação e, sobretudo, distribuir poder aos pescadores nas tomadas de decisões sobre seus territórios, onde as práticas de produção de conhecimento estão em permanente construção.

2.2 Território como Conhecimento

Sendo as diferentes formas de conhecer ou modos de conhecer necessariamente parciais e situadas, as coisas do mundo são inseridas em um contexto de práticas sociais organizadas na produção de conhecimento. O ato de conhecer, de produzir um espaço epistêmico, é uma intervenção sobre o mundo, ou uma operação epistêmica que atua sobre o mundo de acordo com modalidades históricas, culturais e sociais. Portanto, a produção de um espaço epistêmico é um processo permanente e ocorre via operação epistêmica (Moura, 2017).

Os territórios socialmente estabelecidos por comunidades de pesca artesanal possibilitam a construção de identidades coletivas e também relações de sociabilidade. Eles apontam para a necessidade da criação de diálogos entre os atores de uma determinada comunidade em relação à conservação dos recursos naturais de forma comum envolvendo os mesmos no compartilhamento das responsabilidades e estabelecimento de regras de acesso e uso (Rapozo, 2010), criadas a partir dos conhecimentos ecológicos tradicionais, adquiridos na relação dos seres humanos com o espaço habitado.

Além do espaço de reprodução econômico, das relações sociais, o território é também o *lócus* das apresentações e do imaginário mitológico dessas sociedades. A íntima relação do homem com o meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparado ao do homem urbano-industrial faz que ciclos da natureza (a sazonalidade de cardumes de peixes, a abundância de peixes nas rochas, período de reprodução e existência de pesqueiros), sejam associados às explicações míticas ou religiosas (Diegues, 2000). No caso, especificamente da pesca artesanal praticada pelas comunidades tradicionais, o significado do mundo que constitui as representações dos espaços destinados ao uso dos recursos pesqueiros é tão complexo quanto sua delimitação física. A captura do pescado não é reproduzida de maneira irracional, e sim constituída de uma racionalidade onde as atividades são desenvolvidas em locais específicos, as relações sociais de confiança e de identidade cultural e territorial entre as famílias e os produtores ribeirinhos, estimulam a prática do uso sustentável e da gestão dos recursos comuns (Rapozo, 2010).

Tomando tais argumentos, podemos estabelecer análises do conceito, referindo-o a um modo de vida muito peculiar a um espaço físico bem característico da Região Amazônica, qual seja, o rio e seu entorno. Esse modo de vida pode ser observado no perfil sociocultural daqueles que habitam próximo aos rios na Amazônia, cujas convivência e articulação com a natureza estabelecem uma maneira de ser, agir e pensar muito íntima a esse meio natural (Neto; Furtado, 2015). Nesse sentido, a “mestrança” e o conhecimento das artes de pesca surgem e se desenvolvem num espaço físico e de práticas culturais que moldam a visão de mundo e o modo de vida das comunidades de pescadores (Maldonado, 2000).

Na compreensão das condições de reconfiguração dos espaços físicos onde são produzidas as territorialidades da pesca se traduz pela relação entre aquilo que é socialmente construído pelos indivíduos quanto à questão da apropriação dos recursos (Rapozo, 2010). A exploração desse espaço ocorre graças aos saberes herdados e acumulados sobre o ambiente e às diferentes formas pelas quais a adaptação à natureza é efetivada e se mostra como o resultado da experiência empírica junto aos hábitats naturais, espécies de plantas, de animais de caça, de peixes, técnicas de manejo do solo, culturas agricultáveis etc. (Neto; Furtado, 2015).

Os pescadores detêm o conhecimento tradicional da diversidade das espécies de pescado que capturam, conhecendo a sazonalidade, os hábitos migratórios e alimentares de um grande número de peixes, sobretudo os de fundo (Diegues 2000), que compreende o espaço físico comunitário, onde são fixadas as relações de sociabilidade. Para Moura (2009), é a comunidade como lugar: “O lugar, a existência local dos fenômenos tanto no espaço físico como no espaço social é que lhes confere a essência, significado e transcendência.

De acordo com Paiva e Silva (2017), a discussão sobre a territorialização das áreas de pesca se dá através da apropriação desses espaços pelos atores locais que, ao exercerem as atividades pesqueiras, estabelecem a demarcação de determinada área. As reflexões contidas acerca do contexto das relações construídas, entre sujeito e espaço, propiciam novos elementos como o de uso e acesso aos recursos contidos, destinados ao debate sobre a gestão comunitária e participativa dos recursos pesqueiros na região.

O Conhecimento Ecológico Tradicional (CET) mobilizam crenças, valores, relações sociais, praticas e informações segundo experiências cotidiana acumulada por centenas de anos e que circula entre dezenas de comunidades tradicionais de pesca na produção de territórios tradicionais (Moura, 2017). Deste modo, na fundação de territórios tradicionais instalam-se relações que emergem da produção de um espaço territorializado.

Segundo Haesbaert (2004), a apropriação de um espaço por um grupo ocorre pelo conjunto de relações existentes ou produzidas ao longo do tempo, que definem suas territorialidades. Assim pode-se dizer que a territorialidade é a experiência territorial de uma coletividade e a territorialização é a construção de uma territorialidade bem como esta define o modo como ela ocorre (Moura, 2017).

A construção de territórios (territorialização) pode ser produzida a partir de dois processos que ocorrem ao mesmo tempo, no caso a desconstrução e construção de territórios. Esses movimentos constantes entre desterritorialização que é o movimento pelo qual se abandona um território criado na sociedade e a reterritorialização é um movimento de reconstrução dos territórios. Deste modo, é essencial entender os processos (territorialização, des-re-territorialização e reterritorialização) a fim de compreender as práticas humanas e a apropriação dos espaços pela sociedade (Haesbaert, 2004).

A relação dos sujeitos com o território desvela sentimentos, valores e preferências transmitidos através de gerações que construíram sua própria cultura, seu modo de vida, e atribuíram, para além do valor material, um valor simbólico à terra, à mata, ao rio, elementos formadores de identidades e alteridades. O território transcende a dimensão objetiva de produção de necessidades básicas e das relações de poder, ao incluir outra dimensão – subjetiva e simbólica, identitária, afetiva e cultural – fundada pela prática social (Pereira; Penido, 2010).

Para Moura (2017), na construção do território enquanto conhecimento denominado neste capítulo, também engendra os dois vetores, a desterritorialização e a reterritorialização associados: a desterritorialização é o processo de destruição de um espaço epistêmico e a reterritorialização é a sua construção em novas bases, onde o processo de des-re-territorialização ocorre

via operação epistêmica. Segundo Diegues (2000), o território está marcado pela vivência desses atores sociais e possui a existência de fronteiras, que exercem o controle ao acesso sobre os recursos neles presentes.

No caso dos acordos de pesca as estratégias de autogestão do território e dos recursos naturais baseiam-se no conhecimento tradicional. Neste sentido, o conhecimento, as relações sociais e o domínio prático viabilizam a apropriação e ordenação de espaço nas sociedades pesqueiras, uma produção a partir do espaço marítimo (Maldonado, 2000).

Na territorialização estratégica, o manejo de recursos naturais se dá desde a governamentalização do Estado Moderno pela conduta de condutas, a atuação do estado moderno colonialista ou de caráter colonial na regulação do uso de recursos naturais como parte de um espaço de um processo de conquista de territórios tradicionais (espaços epistêmicos). Criam-se, dessa forma, diferentes formas de mediação espacial de poder quando se tenta impor uma relação entre ser humano e meio ambiente no manejo de recursos naturais, pois há uma produção de um espaço (disciplinado) a partir da tentativa de supressão de um modo de apropriação (i)material do espaço, do CET, e a imposição de um outro, o do pensamento governamental (Moura, 2017).

Deste modo, a apropriação dos territórios tradicionais (espaços epistêmicos) do espaço amazônico, conquistados desde o período colonial, envolveu recursos naturais dessa região, inclusive recursos pesqueiros, impondo um novo modo de conhecer e usar os recursos naturais às populações tradicionais (espaço disciplinado), gerando um colapso desses recursos que se desvia dos tradicionais modos de conhecer e utilizar os recursos naturais nos territórios tradicionais.

Nesse sentido, os impactos sobre os recursos naturais, especificamente na pesca artesanal, são apontados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Esse processo é um marco do desenvolvimento que beneficiou somente o país, no entanto, para a região do Baixo Tocantins restou os danos ao meio ambiente, à desigualdade social e a destruição de uma diversidade de recursos naturais. O polêmico processo de construção da UHE Tucuruí provocou impactos ecológicos, sociais, econômicos e étnicos que ainda não foram suficientemente avaliados, atingindo vários povoados e vilas de cultura

ribeirinha e inundando 9 (nove) reservas indígenas pertencentes a 5 (cinco) diferentes etnias. Ficaram submersos 170 km de rodovia federal e grande parte da biomassa que se encontrava na área inundada não foi retirada, causando sérios impactos ao ecossistema e às condições de salubridade locais (Castro, 1989 *apud* Santos, 2011).

Para Pereira e Penido (2010), a espacialização de hidrelétricas implica desterritorialização de grupos sociais de classes menos favorecidas, com a exclusão, privação e/ou precarização da vida dessas pessoas atingidas. Nesse sentido, essa espacialização se afigura em formas de exclusão socioespacial, em renúncia à coibição e insegurança.

Os territórios tradicionais a partir da construção da UHE de Tucuruí foram alterados por conta da violência com que os impactos permaneceram na comunidade, onde diversas espécies de peixes desapareceram e a modificação da paisagem pode ser observada logo nos primeiros anos do barramento rio. Essas alterações ocasionadas por esse empreendimento modificou os modos de vida das comunidades tradicionais com o território e as relações sociais entre os pescadores. Deste modo, os coletivos de pescadores da região buscam nos acordos de pesca uma alternativa de amenizar os estragos causados pela hidrelétrica.

Para os pescadores, esses acordos garantem o aumento da produtividade pesqueira no longo prazo, a conservação, produção e reprodução de seus territórios, além se tornar um instrumento de luta, resistência e enfrentamento ao processo de alterações ambientais causados pela ação de grandes projetos na região do Baixo Tocantins, como exemplo da UHE de Tucuruí.

Embora, os modos de se relacionar com o meio ambiente sejam diferentes, entre os modos de regulações sociais tradicionais e os modernos de uso dos recursos naturais existem semelhanças (Moura, 2017). Ambos possuem sistemas de representações, símbolos, crenças e mitos, associados ao conhecimento empírico acumulado, utilizados como base para desenvolver seus sistemas tradicionais de manejo (Diegues, 2000). Nesse sentido, estes modos de regulações sociais e de uso dos recursos naturais são modos de conhecer os recursos naturais (i)materializados. Os sistemas de manejo de

recursos naturais referem-se à regulação do comportamento humano em relação ao ambiente (Moura, 2017).

Na pesca artesanal, as práticas de manejo dos recursos naturais são adaptações positivas para melhoramento do meio social através da cooperação e reciprocidade dos membros envolvidos, que possuem um conhecimento avançado do “espaço do vento”, “do espaço maré marcado pelas fases da lua”, e do “espaço dos peixes” (Cordell,1983). Os conhecimentos dos pescadores sobre os espaços manejados compreendem um conjunto de códigos sociais de conduta que regulam o uso de recursos pesqueiros, como a ***ética do cuidado, respeito, sagrado, segredo, compadrio e reciprocidade.***

Para Rainho (2019), nas comunidades de pescadores, *o* ***cuidado*** é uma relação social que engloba as espécies marinhas, estuarinas e os membros das comunidades pesqueiras, resultando em práticas que impedem determinados tipos de pescarias, de malhas e de redes. O ***cuidado*** faz parte das práticas diárias dos pescadores e pescadoras artesanais, acontecendo antes, durante e depois das atividades pesqueiras.

A mesma autora ainda ressalta que, “as práticas de ***cuidado*** referem-se a uma relação bem específica entre o pescador e o peixe. Através do cuidado, os pescadores observam e aprendem sobre o comportamento dos cardumes, criando, adaptando e reformulando suas redes” (Rainha, 2019, p. 120). Deste modo, o cuidado resulta em medida de proteção das espécies juvenis e no controle do esforço de pesca, também definindo os locais permitidos para a prática pesqueira, assim como os locais proibidos.

A ***ética do respeito*** é uma referência cognitiva ligada à consciência coletiva da comunidade que avalia a ação de cada um dentro e fora dos pesqueiros. É um padrão para medir a justiça dos atos individuais especialmente em situações de conflito. O ***respeito*** é demonstrado numa ampla gama de contextos sociais. Ele é criado, mantido e reafirmado pelo que pode ser um ato trivial ou algumas vezes ações de auto-sacrifício e generosidade (Cordell, 1983). Segundo Moura (2017) a ***ética do respeito*** refere-se tanto a uma relação de reciprocidade entre o ser humano e a natureza e dos seres humanos entre si.

A reverência a sistemas de posse no mar e a espaços considerados ***sagrados*****,** assombrados, de poder ou perigosos promovem restrições da

atividade pesqueira no entorno desses locais e estão articulados às regras tradicionais no âmbito do respeito (Cordell, 1983; Moura, 2017).

A ***ética do segredo*** refere-se à circulação de informações. Informações úteis para a tomada de decisão no cotidiano da atividade pesqueira (sentido das correntes marinhas/estuarinas, locais bons para a pesca, início e fim de safra, previsão de mudanças ambientais, códigos sociais etc.) podem ser mantidas em ***segredo*** ou disseminadas na sua versão verdadeira ou falsa dependendo interesse difusor da mensagem e daqueles que compartilham dela (Moura, 2017).

O compadrio é uma relação de caráter emotivo, o que se constata, na realidade, é a criação de vínculos de parentesco de casamento ou de amizade que através das relações de reciprocidades estabelecidas entre pescadores reforçam laços de fidelidade (Leitão, 2006) e de gestão dos recursos comuns (Ramalho, 2017).

As relações de reciprocidade na pesca está em evidência nos valores éticos e afetivos produzidos na e pela atividade da pesca, ou seja, no compartilhamento dos recursos comuns, nas amizades, na transmissão dos saberes e, principalmente, na valorização da tradição cultural que dá prestígio a esses grupos (Do Nascimento, 2017).

Sendo assim, estes códigos éticos e as relações sociais são princípios que orientam a produção de um território tradicional de pesca. Os pesqueiros são as unidades básicas de apropriação social de espaço marítimo e cada um deles comporta o uso de uma variedade de métodos de pesca (linhas de mão, redes de lanço, armadilhas etc.). As práticas de propriedade em que grupos sociais de pescadores percebem, nomeiam, ocupam e defendem seus pesqueiros são de uma escala e diversidade anteriores às legislações vigentes para a pesca (Cordell, 1898). Nesse sentido, os coletivos de pescadores, possuem regras próprias de regulação de recursos em determinadas áreas de pesca, que limita a entrada de pescadores de fora (de outros municípios).

Embora, a pesca seja declarada livre para pescadores autorizados, a política pública IN 29/2002 IBAMA, que estabelece as regras para a celebração de acordos de pesca comunitários, procura dar autonomia às comunidades para que estas discutam e elaborem suas próprias regras, mas ao mesmo

tempo coloca o Estado como único ente capaz de aplicar sanções e estabelece-o enquanto o “órgão gestor” dos Acordos (Potiguar, 2022).

Para Cordell (1989), essa regra de posse existente no espaço pesqueiro tem como finalidade realizar um controle social para controlar a pressão sobre os recursos pesqueiros, criadas a partir das demandas do próprio grupo.

Sobre isso, o mesmo autor destaca:

> Se a posse é legal ou ilícita, mais ou menos fechada, mais ou menos segura, verbalizada ou não, usualmente carrega um peso especial ou legitimidade que só pode ser imposta a partir de dentro, por um grupo sobre seus membros. Os critérios-chave são as limitações ao direito de uso, em termos de acesso ao território e seus recursos (Cordell, 1989, p. 6).

Na construção do território, o espaço é socialmente dividido por participantes de uma comunidade e entre comunidades antes de ser defendida. Os dois níveis de análise desses sistemas de posse no mar são os pesqueiros e o território comunitário. Este sistema de posse é considerado o critério chave de regulação de uso em termos de acesso ao território e aos recursos pesqueiros (Moura, 2017). Para os pescadores da comunidade os pesqueiros são pontos de pesca já conhecidos pelos pescadores, onde há maior incidência do pescado e o território comunitário o espaço que compõe a comunidade onde todos os moradores possuem os mesmos direitos.

Os acordos realizados por comunidades tradicionais de pesca são estratégias para a autogestão de seus territórios, tendo suas regras como critérios para o uso dos recursos existentes. Para D’Almeida (2006), os acordos de pesca exprimem regras que regulam o uso do recurso pesqueiro definidas por membros da comunidade ou grupos de usuários locais, incluindo medidas e sanções a serem tomadas como uma alternativa de manejo que impede a ocasião de conflitos entre os comunitários.

O manejo da pesca tradicional é socialmente difuso e envolve decisões coletivas. A configuração da propriedade territorial enquanto tal não é o fator que controla a pesca. A apropriação dos pesqueiros é, antes de tudo, uma extensão dos laços de cooperação que os pescadores cultivam entre si. Os direitos de acesso regulam a participação na pesca e o sistema de aprendizado limita o acesso de novos pescadores, restringindo a pressão sobre os estoques (Cordell, 1898).

Ao se produzir e estabelecer um sistema de manejo de recursos naturais operado por um modo de conhecer se constrói uma modalidade de território (Moura, 2017). Sendo assim, o território pode ser compreendido como a produção e reprodução de conhecimentos, marcado pela íntima relação com o espaço habitado. Neste sentido, faz-se necessário a utilização deste conceito de território para compreender a produção territorial resultante da repactuação do acordo de pesca, uma modalidade de sistema de manejo. Entendendo que essa produção territorial na pesca artesanal está atrelada ao espaço que abriga a produção e reprodução simbólica, material e das relações sociais, que estabelecem identidades (Rapozo, 2010), os acordos de pesca buscam amenizar conflitos, garantir a conservação dos recursos pesqueiros e fortalecer o protagonismo dos pescadores da comunidade.

3 METODOLOGIA

3.1 Áreas de estudo

O município de Igarapé-Miri surgiu no inicio do século XVII, no reinado de Dom João V, no lugar onde é hoje a cidade de Igarapé-Miri, foi construída uma fábrica nacional para beneficiamento de madeiras, que daí eram exportadas para Belém em abundância e das melhores qualidades. Das Fábricas Nacionais da Província do Grão Pará, a de Igarapé-Miri foi a que mais se desenvolveu, concorrendo para isso o fato de estar situada em terrenos planos, solidos e férteis, que se estendiam desde o Rio Santana de Igarapé-Miri, pelo centro até o Rio Itamimbuca, numa distância de légua e meia (Lobato, 1845). Neste sentido, o histórico da produção da várzea do município de Igarapé Miri passa por uma sucessão de atividades extrativistas que contribuíram para o seu desenvolvimento, assim como em todo território amazônico (Almeida, 2020).

Na Amazônia, assim como no Nordeste brasileiro, apesar de ser em menor escala, a atividade canavieira também teve destacada importância. A instalação de engenhos para o beneficiamento da cana-de-açúcar ocorreu desde o início da colonização da região Norte. Entretanto, o domínio da região,

ao longo do século XVII, não pode ser pensado somente a partir da ação dos militares, missionários e sertanistas. De fato, ao lado das jornadas em busca das drogas e de escravos, das missões dos religiosos e das entradas de tropas militares, outros elementos foram igualmente responsáveis pela ocupação da Amazônia portuguesa (Chambouleyron, 2006).

A construção de engenhos e a plantação de açúcar revelam a sua importância para a Coroa portuguesa nesse contexto de ocupação e desenvolvimento da região. Assim, a área correspondente à zona fisiográfica guajarina, localizada na confluência da Baía do Guajará com os rios Acará, Moju e Guamá, tornou-se um importante cenário da atividade canavieira desde o período colonial, havendo a instalação de diversos engenhos voltados para produção de açúcar e aguardente (Marques, 2004).

Os engenhos localizados no estuário amazônico, ao longo dos séculos XVIII e XIX, também chama atenção para importância da cultura canavieira, que para além do uso da tração animal e da mão de obra escrava como forças motrizes, a existência numerosos rios e igarapés na região permitiu a existência de engenhos movidos à maré (Anderson & Marques, 1992; Marques, 2004; Nascimento, 2017). Outro aspecto importante foi a localização privilegiada dessas freguesias rurais às proximidades de Belém, o que possibilitou a redução das despesas com o tempo de transporte (Brasil, 2023)

Neste sentido, desde o início das doações de cartas de sesmarias, grande parte das terras pertencentes às freguesias do Acará e do Baixo Tocantins foram voltadas para o cultivo de cana- de-açúcar a região específica que se instalou a plantation açucareira (engenhos e engenhocas), além de diversos sítios e fazendas onde trabalhavam em conjunto colonos, índios e negros escravizados. (Cunha, 2009, pp. 30-31).

Segundo Marin (2000), examinando os dados de adensamento populacional conforme as categorias censitárias: brancos, índios, mestiços e escravos é possível calcular a percentagem destes em relação a população total, em Moju e Igarape-miri tinha mais de 50% de escravos sobre o total da população. Neste sentido, Igarapé-Miri constituiu-se numa área tradicional de lavoura canavieira e, sobretudo, de produção de aguardente/ cachaça, sendo que os senhores de engenho contavam para a produção da cachaça

principalmente com mãode-obra escrava, apesar de existir trabalhadores livres e pobres envolvidos na atividade (Bezerra Neto, 2012).

A cachaça produzida no local tinha grande procura e aceitação, sendo responsável pelo abastecimento da capital, para onde se exportava “grande quantidade de aguardente” e também “para as ilhas” (PARÁ, 1875). No contexto da produção de aguardente, o município Igarapé-Miri se destacava pelo maior número de engenhos, como descreve Santiago (2013):

> [...] levando em consideração o desaparecimento de alguns mais antigos e o aparecimento de outros mais novos, Igarapé-Miri possuiu, ao longo de sua época áurea, 48 engenhos de cana-de-açúcar que produziam aguardente. Se juntássemos os que desapareceram e os que apareceram por toda a história chegaríamos a mais de 100 (Santiago, 2013, p. 34).

Segundo o mesmo autor, o maior produtor de cachaça do Baixo Tocantins, historicamente, foi Igarapé-Miri, que possuía a maioria dos engenhos e maior produção de aguardente. Porém, a produção dos engenhos foi diminuindo gradativamente, entrando em declínio a partir de 1987, por diversos fatores. Talvez o mais grave deles tenha sido a concorrência com os produtos de outros centros, levando-se em conta o preço, a qualidade, o marketing e a apresentação do produto no mercado, que o colocavam em desvantagem, impossibilitados de atender às exigências do mercado, que logo tornava a produção mais reduzida e o preço dos produtos mais altos, enfraquecendo cada vez mais as vendas e consequentemente a existência dos engenhos no município, até chegar à perda total (Santiago, 2013).

O termo "Igarapé-Miri" é uma referência ao rio homônimo que banha a cidade. Traduzido do tupi, "Igarapé-Miri" significa "Caminho de Canoa Pequena", através da junção dos termos ygara (canoa), pé (caminho) e mirim (pequeno) (Lobato, 1985). O município possui ilhas fluviais, banhadas pelas águas do estuário do Rio Tocantins, entrecortadas por uma série de cursos d'água conhecidos como furos e igarapés (Cunha, 2006).

O município de Igarapé-Miri (01º 58 '30’’ S e 48º 57' 35 " W) situa-se na mesorregião do Nordeste Paraense (Baixo Tocantins), a 78Km de Belém, a capital do Estado. A cidade limita-se ao Norte como município de Abaetetuba, ao Sul como município de Mocajuba, a Oeste com os municípios de Limoeiro

do Ajuru e Cametá e a Leste com o município de Moju. A área do Município é de 1.996,790 km², com uma população estimada em 2018 de 62.355 habitantes (IBGE, 2018).

Atualmente o município é reconhecido como a capital mundial do açaí, por ser o maior produtor e exportador do fruto no mundo, título confirmado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). O município chegou a produzir 305,6 mil toneladas, representando cerca de 28% de toda produção nacional do fruto e é a principal fonte de renda atual do município.

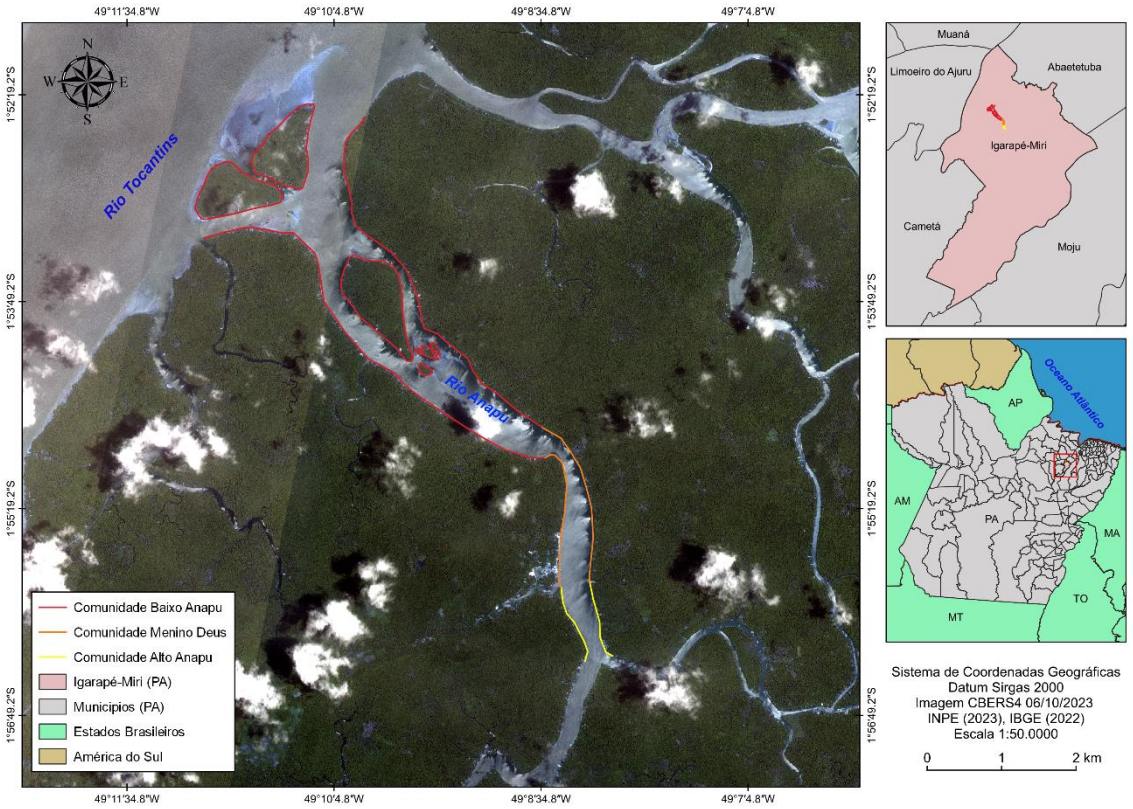
É importante destacar que, apesar da crescente produção do açaí a cada ano a pesca também se mostra como uma das maiores atividades de produção alimentar e de renda para as famílias do município, principalmente das famílias ribeirinhas que estão diretamente ligadas aos rios e as variadas técnicas de pescaria, em especial a pesca do mapará *(Hypophthalmus edentatus)*, peixe popularmente conhecido e apreciado pela população da região do Baixo Tocantins.

3.1.1 *Lócus* de pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no Rio Baixo Anapu, que está localizado no interior do município de Igarapé-Miri, afluente do rio Tocantins, a uma distância aproximada de 80 km, equivalente a duas horas de barco até a sede do município (Maciel, 2021). É importante destacar que esta comunidade é chamada de Baixo Anapu por estar localizada na boca do rio[2], que dá acesso às três comunidades que compõem o Rio Anapu grande[3], sendo elas: Baixo Anapu, Vila Menino Deus e Alto Anapu (Figura 1).

[2] “Boca do rio" é como nosso coletivo costuma se referir à entrada do Rio Anapu.
[3] Utiliza-se essa expressão para falar de toda a extensão do rio.

Figura 1: Mapa de localização da Comunidade



Fonte: A autora (2024).

Atualmente a comunidade 180 famílias divididas entre dois grupos (grupo de cima e grupo de baixo do rio), sendo que o grupo pesquisado (de baixo), conta com 100 famílias. Segundo as secretarias de base[4], a comunidade conta com 280 pescadores associados à Colônia dos Pescadores Z-15 de Igarapé-Miri que possui carteira de pescador profissional. No entanto, existem os pescadores que ainda não possuem vínculo com a Z-15, mas atuam na profissão. Nesse sentido, o grupo pesquisado (de baixo) possui um número de 100 pescadores regularizados (com carteira de pescador artesanal) sem contar com os nãos associados que atuam diretamente na atividade pesqueira.

Antes de tudo é importante salientar que, o Rio Anapu foi palco de uma das mais importantes atividades de produção de renda da época: os engenhos de cana-de-açúcar. Conforme Lobato (1985), o corte de cana-de-açúcar era a

[4] São consideradas coordenadoras de um grupo de pescadores e atuam na comunidade levando informações da Sede da Colônia Z-15 aos pescadores e pescadoras, também recolhem pagamento de mensalidade, a contribuição do INSS e realizam o papel de intermediadoras levando as problemáticas e demanda dos pescadores e pescadores a diretoria da colônia.

principal atividade de geração de renda das famílias, movimentou por muito tempo a economia, além de contribuir significativamente na construção da história do Rio Anapu.

Segundo Lobato (1985), nessas terras foram plantadas as primeiras mudas de cana-de açúcar, trazidas de Pernambuco.

> Nos idos de 1700 chegava a Igarapé-Miri com a alcunha de Pernambuco, alcunha esta que já indicava sua origem. Trazia ele determinadas quantidades de muda de cana-de-açúcar que plantou em terras do Anapu. Tendo essas mudas proliferadas com abundância, foram levadas para o rio Panacauera e outras partes da freguesia de Igarapé-Miri. (Lobato,1985, p.53).

É importante destacar que, na localidade realizava-se não somente o cultivo da cana-de-açúcar, como também o beneficiamento dessa produção, uma vez que existiam dois engenhos, o Livramento e o São José (Maciel, 2021). Como podemos perceber na relação de bens de dona Antônia Corrêa de Miranda, feita no ano de 1862 no Juízo de Órfãos da Comarca de Igarapé-Miri, em que diz:

> Deu na relação de bens, uma sorte de terras com um quarto de légua de frente e uma légua de fundo já cultivados, avaliados em 1 conto de réis. Deu mais, 6 escravos 4 homens e duas mulheres. Deu mais, algumas embarcações como batelões e escaleres mais de 20 escravos. Deu mais, uma fazenda denominada Livramento no rio Anapú, contendo casa coberta de telhas, engenho movido a vapor e seus pertences, avaliado em 20:000$000. Deu mais, uma sorte de terras no valor de 3 contos de réis. Deu mais, outra sorte de terras valor de 1 conto e 200 mil réis. Deu mais, uma sorte de terras no valor de 2 contos de réis. Deu mais, um batelão (Brasil, p. 43, 2023)

Outro exemplo é o inventário de José Raimundo Pantoja, feito no ano de 1861:

> Na relação de bens constam o escravo mulato Manoel de Jesus (40 anos), o preto Manoel do Nascimento (20 anos), o cafuso Victorio (14 anos), a mulata Maria (16 anos), dois bois para engenho, um sítio denominado São José, no distrito de Anapú, com engenho de moer cana, casa coberta de palha; tudo no valor de 1 conto de réis (Brasil, p.45, 2023)

Esses dois casos integram um conjunto de inventários pesquisados, nos quais é possível perceber a presença de propriedades agrárias voltadas para a atividade açucareira, além da força de trabalho negra necessária para o desenvolvimento dessa atividade. Assim, no que diz respeito à localização dos engenhos, é possível identificá-los como pertencentes à antiga comarca de

Igarapé-Miri. Além do mais, essas duas propriedades ilustradas possibilitam-nos compreender que nesse período havia na região uma intensa atividade canavieira (Brasil, 2023).

Em fins do século XIX, a proximidade de extinção do trabalho escravo colocava em pauta a questão relacionada ao suprimento de mão-de-obra, onde os braços cativos eram necessários, entre outras atividades, nas lavouras de cana, buscavam-se alternativas para manter a produção dos engenhos, para torná-los competitivos frente ao fim do trabalho servil (Nascimento, 2019).

De acordo com a autora supracitada, os engenheiros impedidos de usar mão-de-obra cativa nas atividades dos engenhos, o trabalho escravo foi transformado em trabalho assalariado, na condição de permanecerem em sua propriedade, desempenhando as tarefas diárias.

Para que tivesse uma dinâmica de trabalho considerável era necessário que o dono do engenho fornecesse condições mínimas de existência a um determinado número de pessoas. Para isso tinha que construir casas para os trabalhadores - e suas famílias, quando houvesse - e negociar dias e semanas de trabalho com eles (Sinimbú, 2019).

Segundo o autor supracitado, as casas geralmente eram de palafita, interligadas por pontes e estivas, formando vilas em torno dos engenhos onde viviam alambicadores, foguistas, maquinistas e viradores de bagaço. Dessa forma, o engenheiro garantia que seu estabelecimento estivesse funcionando literalmente a todo vapor às cinco da manhã. É importante frisar que nesse momento não existiam direitos trabalhistas ou qualquer forma de contrato que evitasse o que consideramos hoje exploração ou excessos.

As famílias tinham apenas o básico para a sobrevivência, nos engenhos a relação se dava através da dinâmica do aviamento. Esse sistema causava uma grande dependência para os trabalhadores que só tinham direito de pegar nos comércios locais o básico para sobreviver e mesmo assim dificilmente quitavam as dívidas com os patrões (Nascimento 2019, citado por Almeida, 2020). Para o autor, “os regimes de trabalho ainda guardavam alguns resquícios do antigo regime escravocrata e as condições de vida permaneciam bastante desfavoráveis aos ribeirinhos e remanescentes daquele sistema escravista” (SINIMBÚ, 2019, p. 37).

Segundo Santiago (2013), com o declínio dos engenhos (1975 a 1987), a sociedade rural do município foi impactada pela perda de empregos e como consequência o êxodo para as cidades em busca de melhor sorte, outra parte ficou no interior para trabalhar com o cultivo do cacau, da borracha, coleta de sementes, famílias inteiras passaram a construir paneiros, embora a venda fosse realizada a preços baixos, contavam com alguma renda para seu sustento.

Neste contexto, as famílias da comunidade buscam novas alternativas para obtenção de renda, encontradas no extrativismo do açaí (roçados de cana-de-açúcar são substituídos pelos açaizais) e na pesca artesanal. A partir de então, ambas as atividades se tornam as principais fontes de produção alimentar e de renda da comunidade, contribuindo para melhoraria das condições de vida dos moradores.

Na produção do açaí, a relação com o mercado é diferente, na maioria das vezes é o próprio agricultor que negocia sua produção com o comprador, ou entrega para a cooperativa para encaminhar ao mercado, mas em ambas o retorno é imediato, o que tem garantido certa independência trabalhista. Atualmente estes são donos dos seus próprios negócios e mesmo que trabalhem com empregados temporários, ainda assim estão em situações bem diferentes do que há anos atrás (Almeida, 2020).

A maior incidência do extrativismo do açaí para a comercialização acontece na safra[5], que varia de acordo com a cada região, no município acontece entre os meses de julho a dezembro de cada ano. Diferente da pesca artesanal que acontece do dia 1° de março a 31 outubro de cada ano, com exceção dos meses de novembro a fevereiro, período da piracema, quando a pesca é proibida por Lei Federal[6]. Os períodos de defeso envolvem a proibição da pesca de determinados recursos pesqueiros em determinado período do ano em determinado local, ou seja, é uma atividade de pesca dentro de um ciclo de atividades que, por sua vez, dá origem a um calendário de pesca oficializado em determinada área (Moura, 2017).

[5] Período de maior produção do fruto na região.

[6] Lei N°7.653 de 12 de fevereiro de 1988, altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da lei 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção a fauna, e dá outras providências.

Entre os tipos de pescarias desenvolvidas na comunidade está, a pesca do camarão *(Fartantepenaeus subtilis*), da pescada (*Cynoscion acoupa*) e a do mapará (*Hypophthalmus marginatus*) (Maciel, 2021). O "mapará", peixe símbolo da região do Baixo Tocantins e foco de nossa pesquisa, é considerado o principal integrante da dieta alimentar dos ribeirinhos (Santos, 2011). As comunidades de pesca justificam a preferência por considerarem uma espécie de fácil conservação e comercialização e muito saborosa (Figura 2). O mapará reporta à identidade ribeirinha do baixo Tocantins, cujos hábitos alimentares são extremamente influenciados por fatores culturais (Holanda *et al*., 2020). A pesca do mapará qualifica-se também como um importante marcador temporal e social para os ribeirinhos. O tempo do mapará marca o tempo de subida das águas (Holanda *et al.,* 2020), representando o tempo de maior quantidade do pescado, quando os pescadores possuem melhores condições financeiras para adquirir bens que não produzem.

Por sua importância econômica, social e cultural, a pesca do mapará se tornou um evento popular que mobiliza ribeirinhos e vários grupos de pessoas dos centros urbanos até as comunidades pesqueiras para prestigiar a abertura da pesca. Em abril de 2019, esta pesca foi considerada Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Pará[7], data que marca o início das safras todos os anos para as comunidades de pesca da região.

[7] O Projeto de Lei (PL) Nº 26/2017 foi aprovado pela Alepa no dia 2 de março.

Figura 2: Mapará peixe símbolo da região do Baixo Tocantins

Fonte: A autora (2024).

3.1.1.2 A pesca do mapará ou “borqueio” do mapará

A pescaria tradicional de captura do mapará é conhecida como borqueio que consiste em cercar o cardume. Em uma embarcação, liderando a turma[8] de pescadores, vai o pescador mais experiente, conhecido como taleiro[9], em busca do cardume do mapará (Holanda; Simões, 2017). O taleiro identifica a localização do cardume pelas batidas na tala[10] ou prumo[11], associados ao seu conhecimento tradicional acumulado. Para Maciel e Moura (2023), o “taleiro” é considerado um “mestre de ofício” fundamental para a realização desse tipo de pescaria.

[8] Grupos pescadores de no mínimo seis responsáveis em lançar as redes na água. Esses grupos são conhecidos popularmente como turmas de borqueio (VILHENA, 2011).
[9] Pescador responsável por mandar borquear, ele é chamado de taleiro por utilizar a tala como seu principal apetrecho de pesca.
[10] Apetrecho com aproximadamente 3m de comprimento confeccionado artesanalmente do caule da paxiúba (*Socratea exorhizo*) e utilizado para encontrar o cardume em locais de baixa profundidade.
[11] Apetrecho feito de chumbo pesa aproximadamente 200 gramas, e é utilizado para encontrar o cardume em lugares com maior profundidade.

Após a localização do cardume, o taleiro indica a direção que a rede deve ser lançada (Holanda; Simões, 2017). Para o lançamento da rede, conta-se com no mínimo seis pescadores divididos em dois cascos[12] para formar um círculo, onde eles se encontram e cercam o cardume (Figura 3) formando o famoso borqueio.

Figura 3: O borqueio sendo realizado na Maricota (grupo de baixo)

Fonte: A autora (2024).

Após o fechamento, o taleiro entra no borqueio com sua tala ou prumo (Figura 4), para “taliá”, ou seja, verificar se o cardume está preso na rede. Em seguida, os pescadores começam a puxar a rede de volta para os cascos. Nesse momento, os pescadores precisam usar bastante força para colher a rede e apertar o peixe até que ele seja visto na “flor d’água”[13] (Figura 5). Após esse procedimento, retira-se o mapará com a “paneiro” ou “basqueta” (Figura 6) que baseiam aproximadamente 40 k do pescado para depois ser dividido entre o dono da rede e os moradores da comunidade.

[12] Canoa em madeira de porte médio construída especificamente para a prática da pesca.
[13] Momento em que o peixe está perto da superfície.

Figura 4: Taleiro com a tala e o prumo, ambos os apetrecho utilizados por ele na localização dos cardumes do mapará

Fonte: A autora (2024)

Figura 5: Mapará preso na rede após a realização do borqueio

Fonte: A autora (2024)

Figura 6: Paneiro e basqueta, ambos os utensílios usados para a retirada do mapará da rede

Fonte: A autora (2024).

É importante dizer que a prática da pesca do mapará acontece de forma coletiva, onde cada um tem sua função e sua contribuição para o sucesso da pescaria. Outra coisa que não podemos esquecer é que, para além da função de cada pescador estão envolvidos diversos conhecimentos e saberes tradicionais repassados entre gerações. Para Bordalo e Cruz (2011), a pesca do mapará depende do conhecimento empírico dos pescadores sobre as condições ambientais favoráveis, como a direção da maré, dos ventos e as fases da lua. Os conhecimentos, no entanto, não são distribuídos homogeneamente entre os pescadores, havendo hierarquias de saberes e diferentes conhecimentos de acordo com as atividades e especialidades exercidas nestas comunidades (Maciel; Moura, 2023).

Como pode ser visto a pesca do mapará é uma atividade de grande relevância para as famílias e é necessária a contribuição de toda a comunidade no processo de conservação e manejo.

3.2 MÉTODO

Para atingir os objetivos supracitados, foi desenvolvido um trabalho de campo em regime autoetnográfico. Enquanto método, a autoetnografia entende o trabalho de campo como uma experiência vivida pelo sujeito que pertence aos lócus da pesquisa empírica. Este é o meu caso, que irei analisar a repactuação dos acordos de pesca que incide sobre minha própria comunidade ribeirinha. A partir da compreensão de Versiane (2002, p. 67):

> É através da aproximação entre estas reflexões teóricas sobre a construção de autobiografias e etnografias, e da implícita alteração do papel do teórico/crítico literário e do antropólogo diante destas formas discursivas que acredito ser possível fundamentar o conceito da autoetnografia. Uma alternativa conceitual útil a pesquisadores da cultura preocupados em superar uma série de dicotomias predominantes na reflexão teórica dedicada tanto às autobiografias e quanto às etnografias, aqui denominadas escritas de construção, de selves: o Mesmo versus o Outro, subjetividade versus alteridades, individual versus coletivos, sujeitos versus Objetos, etc.

O que caracteriza a especificidade do método autoetnográfico é o reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador tanto na definição do que será pesquisado quanto no desenvolvimento da pesquisa (recursos como memória, autobiografia e histórias de vida, por exemplo) e os fatores relacionais que surgem no decorrer da investigação (a experiência de outros sujeitos, barreiras por existir uma maior ou menor proximidade com o tema escolhido, etc.) (Santos, 2017).

A autoetnografia pode ser também pensada como um método auto-reflexivo e auto inclusivo do produto do conhecimento ciente de sua posição circunstanciada historizada e contextualizada, como sujeito que se constitui na própria relação com os objetos de sua reflexão integrado ao universo simbólico ao qual está pesquisando e não dele destacado (Versiani, 2005). Assim, busca romper com o paradigma dualista de construção de conhecimento fundamentado na tradicional separação entre sujeito produtor de conhecimento e sujeito da pesquisa.

Para Reed-Danahay (1997b: 127) citado por Versiani (2022, p. 151) a autoetnografia é uma inversão do papel tradicional do etnógrafo, que deixa sua casa para estudar e registrar a vida dos outros, traduzindo assim, uma cultura

estrangeira para membros de sua própria cultura, enquanto o autoetnográfo traduz sua própria cultura para os “outros”. Nesse sentido, a autoetnografia enquanto método propõe dar o lugar de fala a quem fala “destruindo a cultura do representante do outro” (Versiani, 2002).

Devido ao fato de valorizar a experiência do pesquisador sem desvincular suas impressões e intenções da pesquisa, compreende-se que elementos autobiográficos se fazem presentes no método autoetnográfico, apresentando-se também como parte do seu foco de estudo, assumindo um viés crítico a respeito do assunto/objeto ou temática em questão (Santos; Biancalana, 2017).

Para Versiani (2005), a autoetnografia traduz sua própria cultura para os outros, fundamentada em suas próprias narrativas entre construções de teorias e a subjetividade de produtor de “conhecimento em primeira mão” da própria cultura a conferir autoridade ao seu texto. Deste modo, a autoetnografia é um método de pesquisa no qual um pesquisador conecta experiências pessoais a significação dos entendimentos culturais, políticos e sociais, ou seja, é a inclusão do pesquisador e da “constelação do mundo que ele faz parte” (Candido, 1987: 56 citado por Versiani 2005, p. 43).

Assim posto, no processo de investigação, o reconhecimento e a inclusão de minhas experiências e vivências tornaram-se imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa.

3.2.1 Técnicas de coleta de dados

3.2.1.1 Pesquisa participante

Neste trabalho várias técnicas de coleta de dados serão utilizadas, entre elas a pesquisa participante. Diferente dos métodos tradicionais busca dar lugar à voz que surge da realidade da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos no processo de pesquisa, sendo consideradas suas experiências e interpretações de seus modos de vida em diferentes dimensões e interações. Segundo Brandão (2013, p. 5), a pesquisa participante é:

> Uma das modalidades em que há um envolvimento dialógico e de destinação tão amplo quanto possível, e em que os “sujeitos

> pesquisados" são também essencialmente co-autores e co-atores de todo o seu acontecer, sendo também os seus destinatários únicos ou prioritário (Brandão, 2013).

De acordo com Brandão, os "sujeitos pesquisados" são protagonistas de suas próprias histórias, sendo eles personagens da vida real, tais como são vividas e pensadas pelo grupo com quem interagem. A pesquisa participante, como o próprio nome sugere, implica necessariamente a participação, tanto do pesquisador no contexto, grupo ou cultura que está a estudar, quanto dos sujeitos que estão envolvidos no processo da pesquisa (Soares; Ferreira, 2006).

Nesse sentido, a pesquisa participante rompe com o paradigma de não envolvimento do pesquisador com as pessoas pesquisadas. A pesquisa participante é um instrumento científico, político e pedagógico de produção e partilha de conhecimento social e também um múltiplo e importante momento da própria ação popular (Brandão, 2013).

Deste modo, essa técnica de pesquisa buscou dissolver a hierarquia entre o pesquisador e o pesquisado, proporcionando uma interação entre ambos. Através dessa técnica pude obter dados relacionados com a divisão do território que influenciou na repactuação dos acordos de pesca do grupo de baixo da comunidade e como deu-se às relações entre os moradores locais, após esse processo.

Associada a pesquisa participante, o caderno, ou diário de campo foi utilizado para a coleta de dados. Segundo Viertler (2002), no diário de campo que são anotadas desde as observações feitas até as interpretações subjetivas tidas pelo pesquisador com relação a fatos ocorridos nas comunidades que envolvem o trabalho. Esse instrumento é indispensável para o êxito e credibilidade de uma pesquisa científica, através dele impressões e subjetividades sobre fenômenos desconhecidos e intuições podem vir a constituir um instrumental precioso para futuros "insights" que podem ou não confirmar previsões baseadas em teorias científicas (Viertler, 2002). Esta técnica me proporcionou registrar informações verbais e não verbais de transmissão de conhecimento, que me auxiliaram na interpretação dos dados de campo.

Nesse trabalho, tive envolvimento direto na pesquisa, buscando dar lugar de voz aos participantes, para que eles pudessem de maneira crítica e ativa, ocupar o lugar de atores e autores principais da pesquisa. Considerando assim, situações reais que são geradoras de problemas, trazidas pelos próprios integrantes da pesquisa, acompanhados de suas reivindicações, desafios e estratégias realizadas para a superação de conflitos enfrentados no cotidiano.

Na constante dinâmica de assumir os dois papéis complementares (de pesquisadora e de participante do meu coletivo), essa técnica ganhou no método autoetnográfico uma nova lógica, onde eu como pesquisadora assumi um lugar social altamente visível dentro do contexto escrito, onde minhas experiências e sentimentos puderam ser incorporados e considerados na pesquisa. De acordo com Santos (2017), na autoetnografia destaca-se a importância da narrativa pessoal e das experiências dos sujeitos e autores da pesquisa, o fato de pensar o papel político do autor em relação ao tema, a influência desse autor nas escolhas e direcionamentos investigativos e seus possíveis avanços, assume um caráter transformador ao “dar a voz para quem fala” e em “favor de quem fala”.

Por fazer também parte do coletivo pesquisado, no início o assunto que seria estudado não me causava nem um estranhamento. Porém, no decorrer das investigações, pude perceber a riqueza de informações resguardadas em cada interlocutor. Mesmo sendo eu parte da comunidade, não imaginava que existia um universo de saberes por mim desconhecidos, que só pude ter contato através das entrevistas com os participantes da pesquisa.

É importante enfatizar que, antes mesmo de iniciar o processo de pesquisa na minha comunidade, já havia de minha parte um envolvimento direto com as questões relacionadas à pesca, pelo fato dessa atividade estar presente em todas as fases da minha vida e ser de grande importância para as famílias do meu coletivo. Para nós pescadores e ribeirinhos, essa atividade sempre representou grande valor que ultrapassa a questão da produção de renda e abarca um amontoado de sentimentos de pertencimento ao lugar, as inter-relações com a natureza, as práticas e saberes construídos ao longo dos anos, repassados por gerações.

Em meio as minhas observações, presenciei o esforço do meu coletivo na tentativa de conservar essas riquezas representadas nos recursos

pesqueiros que estavam ameaçados desde a construção da UHE de Tucuruí no rio Baixo Tocantins, que causaram graves danos socioeconômicos e culturais. Segundo os pescadores do grupo de baixo da comunidade do Rio Baixo Anapu, o território foi dividido por decorrência de processos ocorridos pelo empreendimento, que provocou entre os usuários divergências, disputas e conflitos especificamente em torno da pesca do mapará, provocando os grupos a buscar novas maneiras de se organizar e manejar os recursos pesqueiros em um território limitado com novas regras e novas perspectivas.

Para os pescadores do grupo de baixo, a repactuação do acordo de pesca surge da divisão do território de uma mesma comunidade, e propõe uma nova alternativa de manejo adaptativo desses recursos e a produção e reprodução da atividade pesqueira, da geração alimentar e de renda, a sociabilidade entre os usuários, o fortalecimento da cultura local, onde os principais protagonistas são os pescadores que desempenham o papel de manutenção e proteção de seu território de pesca.

3.2.1.2 As entrevistas

A entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados. Para Ludki e André (1986), a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

Nesse caso, as entrevistas realizadas durante a pesquisa foram gravadas com o consentimento dos interlocutores, transcritas em Word e salvo em uma pasta de nome “transcrições de entrevistas dos pescadores”. Utilizaram-se as técnicas de entrevista aberta e semiestruturada. A técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação, o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido (Boni; Quaresma, 2005).

A técnica de entrevista semiestruturada, em geral, parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências dentro do foco principal colocado pelo pesquisador ao mesmo tempo em que permite respostas livres e espontâneas (Triviños, 1987).

Nesse caso, o entrevistador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas para a entrevista, sendo flexível em sair do roteiro para que o entrevistado possa discorrer subjetivamente sobre a questão colocada (Lüdke; André, 2004). Para Boni e Quaresma (2005), essas técnicas de entrevistas têm como vantagem a possibilidade de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, permitindo tocar em assuntos mais complexos e delicados, o que favorece uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos.

As entrevistas abertas foram preferencialmente individuais, realizadas na casa dos participantes, para que não houvesse interferências de outras pessoas e assim os entrevistados ficassem mais à vontade para falar. Esta opção foi feita durante o campo para evitar possíveis constrangimentos entre os entrevistados, sendo que o assunto de investigação envolvia divergência de opiniões. Na pesquisa, as entrevistas abertas foram utilizadas para que o entrevistado pudesse falar livremente e o pesquisador coletasse o maior número de informações sobre o tema de intenção da pesquisa. De acordo com Boni e Quaresma (2005), essa técnica de entrevista compreende a exploração mais ampla de uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal, onde o entrevistador ocupa o lugar de ouvinte e só poderá interferir na fala do entrevistado em caso de extrema necessidade.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas a partir de questões definidas anteriormente, tratadas em um contexto informal, mais flexível para que o entrevistado pudesse sentir-se mais à vontade para falar e assim o pesquisador obtivesse informações mais concisas sobre a repactuação dos acordos de pesca na comunidade. De acordo com Dos Santos (2021), o principal ponto positivo da aplicabilidade da entrevista semiestruturada como

um instrumento na pesquisa científica é a possibilidade de flexibilização da entrevista de acordo com a necessidade do entrevistador.

É importante dizer que, mesmo sendo da comunidade e possuir uma relação de amizade com os moradores, o papel de pesquisadora muitas vezes intimidou os participantes da pesquisa. Isso pôde ser percebido também nas palavras dos próprios entrevistados: “não vou falar errado?”, “será que vou conseguir falar o que tu queres saber?”, “acho que não sei dá entrevista”, “não sou bom de falar, mas vou tentar”. Entre outras expressões ouvidas e registradas no caderno de campo.

Nesses casos, em que se percebia a timidez por parte do entrevistado, puxava-se o assunto de maneira despretensiosa até chegar às questões que eu gostaria de coletar o maior número de informações possíveis, sem deixar que os entrevistados se restringissem de falar sobre o assunto em questão. Segundo o que apresenta Boni e Quaresma (2005), esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

Um dos momentos que considero importante destacar ocorreu durante uma entrevista previamente marcada com um dos membros da organização do acordo de pesca, mas ele precisou sair no dia marcado para pescar. Então decidi entrevistar outro pescador no caminho de volta para casa. Encontrei-o em um comércio e então aproveitamos para fazer a entrevista ali mesmo. Havia outras pessoas no local que também fizeram parte da entrevista. Em alguns momentos, a entrevista semiestruturada se tornava aberta devido às pessoas falarem do assunto de forma mais geral. Ao mesmo tempo, todos falaram do mesmo assunto e nem deixavam o entrevistado inicial falar. Em outros momentos a entrevista voltava a ser individual, provocando assim um volume muito grande de informações bem relevantes para a pesquisa. Portanto, em casos como este, a modalidade de entrevista flutuou entre aberta e semiestruturada e entre individual e coletiva.

A pesquisa foi realizada com o grupo de pescadores da parte de baixo do Rio Baixo Anapu. A escolha dos participantes se deu pelo fato de estarem diretamente ligados ao tema sobre os acordos de pesca e por maior afinidade entre o pesquisador (eu) com o interlocutor. Outro critério foi à escolha dos

pescadores que praticam a pesca do mapará diariamente e trabalham nos cascos com rede. E por último e não menos importante, foi a participação deles nos antigos acordos e principalmente nas discussões da divisão do território de pesca, ocorrido em 2015 na comunidade.

As entrevistas foram realizadas com 12 pescadores, sendo 9 homens e 3 mulheres, com idade entre 45 e 70 anos. Entre os entrevistados, 9 deles declararam que foram nascidas e criadas na comunidade. Dentre os participantes, 4 são proprietários de redes de borqueio, 3 fazem parte das comissões organizadoras dos acordos (conjunto de pessoas que mediam as reuniões) e 5 trabalham com redes de borqueio e todos os entrevistados fazem parte do grupo de baixo dos acordos de pesca.

3.2.2 Interpretação de dados

3.2.2.1 Organização da análise

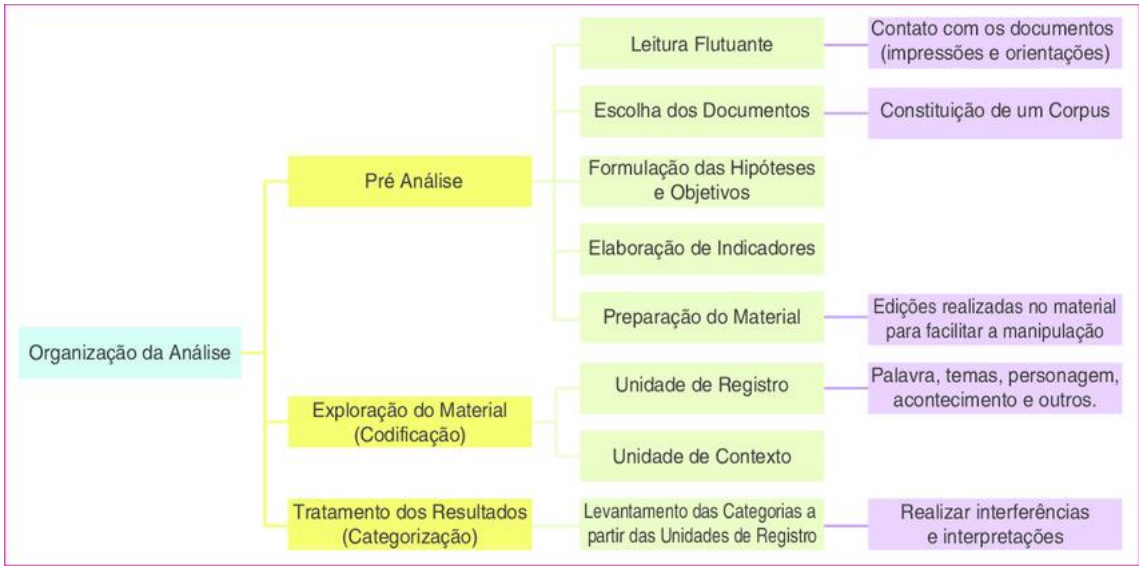
As transcrições das entrevistas foram compreendidas a partir do método de análise de conteúdo da Bardin (1977). Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. É uma ferramenta, um guia prático para a ação, sempre renovada em função dos problemas cada vez mais diversificados que se propõe a investigar. Pode-se considerá-la como um único instrumento, mas marcado por uma grande variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto (Moraes, 1999, p.2).

As entrevistas foram transcritas em Word para possibilitar o processo de codificação e, assim, poder identificar as unidades de contextos, unidades de registro e a categorização, que é o processo de classificação e agrupamento de dados (Cardoso, 2011).

O método de análise de conteúdo descrito por Bardin (1977) compreende três fases distintas (conforme representado na figura I): **Pré-análise, exploração do material, tratamento e resultados.** O diagrama

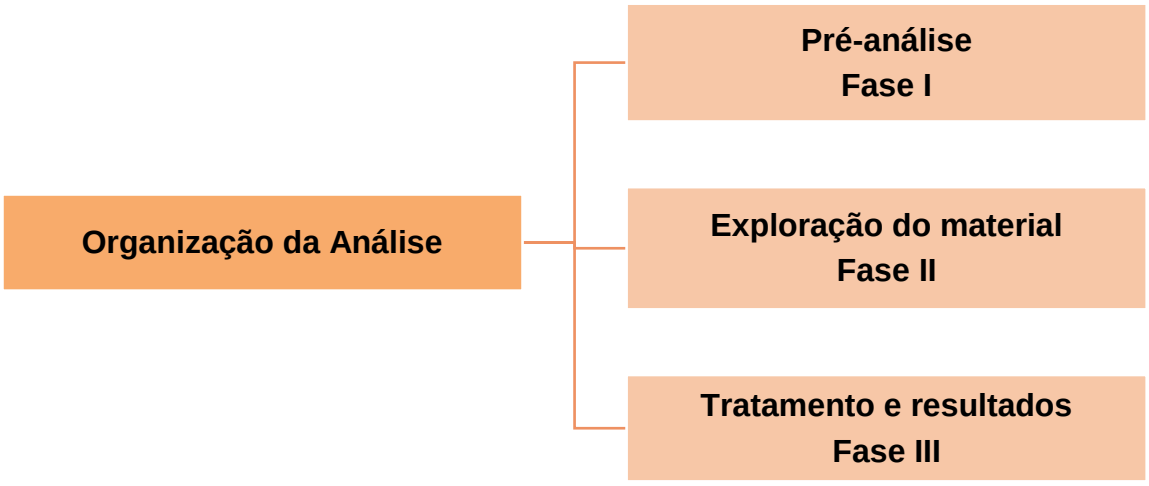
abaixo (Figura 6), apresentado por Benites (2018), representa esquemática e simplificadamente as fases da Análise de Conteúdo.

Figura 7: Diagrama das etapas de Análise de Conteúdo



Fonte: Benites (2013).

Figura 8: As três fases na análise de conteúdo de Bardin (1977)

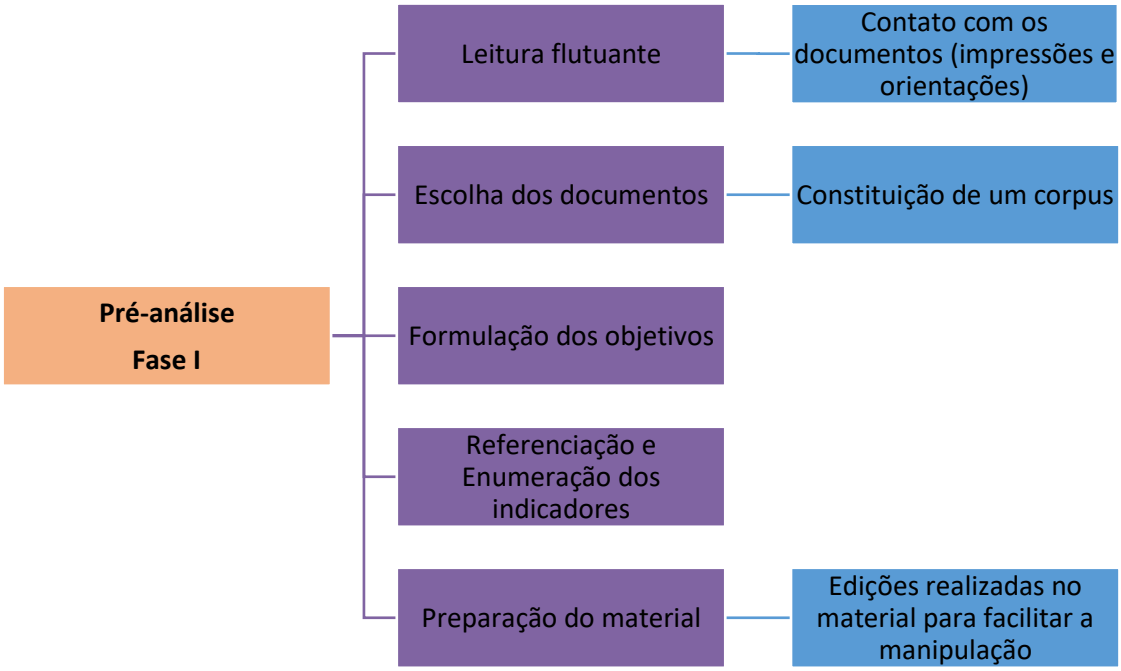


Fonte: Adaptado pela autora (2024).

3.2.2.1.1 Pré-análise

A pré-análise é uma etapa de organização em que o pesquisador tem o primeiro contato com os dados coletados, faz uma leitura atenta e começa a formular as hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final. Na abordagem de Bardin (1977), existem cinco etapas dentro da pré-análise: Leitura flutuante; Constituição dos Corpos; Formulação dos objetivos; Referenciação e Enumeração dos indicadores; Preparação do material.

Figura 9: As cinco etapas da pré-análise descrita por Bardin (1977).



Fonte: Adaptado pela autora (2024).

Ao transcrever as entrevistas ocorreu a primeira etapa da pré-análise, a “leitura flutuante”. As entrevistas foram transcritas em formato Word, uma a uma manualmente, não se utilizou nem um tipo de Software. As leituras aconteceram na medida em que os dados eram transcritos, armazenados e organizados. A cada releitura, aumentava-se a compreensão de quais materiais seriam analisados.

Para Bardin (1977), a leitura flutuante consiste na leitura exaustiva do material que será submetido à análise e é o momento de se deixar invadir por impressões e orientações. Segundo Cardoso (2021), a primeira tarefa do analista é a leitura de todos os materiais e a análise para decidir quais deles, efetivamente, estão de acordo com os objetivos da pesquisa.

A cada leitura e releitura do material, identificavam-se novos trechos das entrevistas que constituiriam melhor o corpus de informações da pesquisa. A constituição do corpus é o conjunto de enunciados a partir da qual se estabelece os procedimentos analíticos. Para Bardin (1977), estes materiais devem estabelecer critérios precisos de escolhas e seleções a partir de regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

O objetivo possui a intenção de esclarecer e delimitar os dados efetivamente significativos que se pretende pesquisar. Para Bardin (1977, p. 98), o objetivo é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância superior), o quadro teórico e/ou pragmático no qual os resultados obtidos serão utilizados. Nesse caso, os objetivos já haviam sido construídos anteriormente, desde a pretensão em falar sobre o tema.

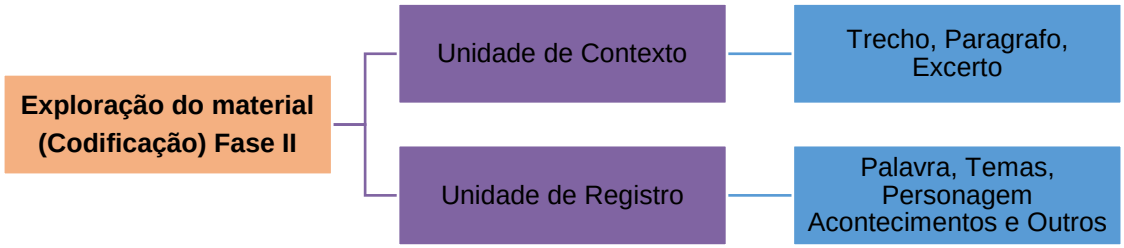
Segundo Cardoso *et al*. (2021), a explicitação clara dos objetivos ajuda a delimitar os dados efetivamente significativos para uma determinada pesquisa. Nesse caso, com os objetivos da pesquisa em ordem, partimos para a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores.

Para Bardin (1977, p. 100), a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores são determinados por meios de excertos dos textos nos documentos, para fundamentar a interpretação final, ou seja, onde os índices são “elementos do texto a serem analisados, como por exemplo, a menção explícita de um tema numa mensagem, e os indicadores são a quantidade de vezes que o tema é repetido, ou seja, a frequência com que o índice aparece no texto. Após a referenciação dos índices e a organização sistemática dos indicadores, avançamos para a preparação do material.

Para Bardin (1977), a preparação do material é a última fase antes da análise propriamente dita e consiste na preparação do material, dados das entrevistas que foram gravadas e transcritas, as respostas e questões coletadas durante o processo de investigação.

3.2.2.1.2 Exploração do material

Figura 10: A segunda fase da Análise de Conteúdo



Fonte: Adaptado pela autora (2024).

A exploração do material é o momento de tratar os dados organizados na fase anterior, passíveis de serem analisados, através de operações de codificação. Tratar o material é modificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação, efetuada segundo regras precisas de contagem dos elementos e as categorias dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices (Bardin, 1977, p. 103).

De acordo com os elementos encontrados (palavra, frase, parte do texto) correspondentes ao objetivo da pesquisa, este foi codificado e referenciado em relação à Unidade de Contexto. Para Bardin (1977, p.107), a unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e responder ao segmento da mensagem, cujas dimensões (as superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro.

A identificação dos trechos ou parágrafos formaram as unidades de contexto que compreenderão os temas que originaram as unidades de registro. O tema, enquanto unidade de significação, corresponde a uma regra de recorte de um texto analisado. Para Bardin (1977), o tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças etc. Dessa forma, a partir da releitura do material foi possível chegar às unidades de registros.

Todas as Unidades de registro levantadas formaram os Eixos Temáticos. Este movimento buscou a compatibilidade entre as Unidades de

Registro, os quais possuem características e semelhanças entre si. A formação dos Eixos Temáticos permitiu uma compreensão melhor do assunto de pesquisa.

Embora o agrupamento das Unidades de Registro em Eixos Temáticos não esteja presente no método exposto por Bardin (1977), teve grande contribuição no processo de codificação, na medida em que ocorreu o amadurecimento do assunto pesquisado.

Deste modo, considerando o movimento dos Eixos Temáticos, expostos por Benites (2013), os mesmos serão agrupados seguindo as confluências e diferenças dos temas elencados nas Unidades de Registro, movimento que subsidiou na constituição das Categorias de Análise.

3.2.2.1.3 Tratamento dos resultados

Para Bardin (1977), a codificação é um procedimento de classificação e agrupamento de dados considerando a parte comum existente entre eles, ou seja, significa reunir um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico, com base nos caracteres comuns (semelhança) destes elementos. Segundo Moraes (1999)

> [...] a análise do material se processa de forma cíclica e circular, [...]. Os dados não falam por si. É necessário extrair deles o significado. Isto em geral não é atingido num único esforço. O retorno periódico aos dados, o refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados cada vez melhor explicitados, constituem um processo nunca inteiramente concluído, em que a cada ciclo podem atingir-se novas camadas de compreensão (Moraes, 1999, p. 6).

Para o autor supracitado, codificação é, portanto, uma operação de classificação dos elementos de uma mensagem seguindo determinados critérios. Ela facilita a análise da informação, mas deve fundamentar-se numa definição precisa do problema, dos objetivos e dos elementos utilizados na Análise de Conteúdo.

Para Bardin (1977), no momento em que a análise de conteúdo decide codificar seu material, deve produzir um sistema de categorias que devem atender aos seguintes condições: a) exclusão mútua (significa que um mesmo

elemento não pode ser classificado em duas categorias diferentes); b) a homogeneidade: um único princípio de classificação deve governar a organização das categorias; c) a pertinência: uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao conteúdo analisado, ao objetivo e ao quadro teórico definido; d) a objetividade e a fidelidade: as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira; e) a produtividade: um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.

3.3 Movimentos da Análise de Conteúdo

3.3.1 Levantamento das Unidades de Contexto e Unidades de Registro

O processo de análise do material pesquisado resulta na enumeração e na sistematização das características de seus elementos. Como resultado do processo de descrição é produzido um texto síntese para cada uma das categorias, de modo a expressar o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise (Cardoso, 2021).

Dessa forma, com as transcrições das entrevistas organizadas, iniciou-se levantamento das unidades de contextos. O quadro a seguir (Quadro 1) demonstra como seguiu o esquema de organização. Na primeira coluna os participantes serão identificados por letras (A, B, C...). Na segunda coluna encontram-se os excertos retirados das transcrições. Em seguida, na terceira e quarta coluna apresentam-se as Unidades de Contexto e Unidades de Registro.

Quadro 1: Exemplo do Levantamento das Unidades de Registro

Participante	**Excerto**	**Unidades de contexto**	**Unidades de Registro**

H	"[...] **o tamanho do peixe é sabido, pelo baque e pelo sinal que ele deixa na linha, o limo,** no caso o mapará graúdo (maior) ele bate na linha, ele vai deixar uma marca maior na linha"	Definição do conhecimento sobre o tamanho do peixe	Qualidade do pescado

Fonte: A autora (2024)

Os excertos são significativos das respostas dos participantes, consideradas as unidades de contexto, aquilo que "saltou aos olhos do pesquisador", ou seja, as partes que chamaram mais atenção do pesquisador. Cada excerto, que são as partes dos trechos em negrito, pode apresentar mais de uma unidade de contexto que conduzem a identificação das Unidades de Registro que são consideradas à essência dos recortes das respostas. No quadro (Quadro 2) seguinte estão identificadas todas as Unidades de Registros.

Quadro 2: Levantamento das Unidades de Registro

Reformulação dos acordos
Exclusão de pescadores
Desapropriação do território de uso na pesca
Posse do espaço de pesca
Desarticulação dos códigos éticos
Movimento de migração dos peixes
Desterritorialização do espaço
Desconstrução do território de pesca
Regra de uso dos pesqueiros
Impacto nas relações socioambientais
Regra de acesso à produção

Exclusão do território
Adaptação de novas regras
Desentendimento a partir da divisão
Processo de reterritorialização
Quebra de regras pelos comunitários
Qualidade do pescado
Maior produtividade na pesca
Conhecimento tradicional sobre os peixes
Local e abrigo dos peixes
Maior produção do pescado
Exclusividade do território
Novas regras e redução de conflitos
Distribuição do pescado
Desapropriação do território de pesca
Produção e reprodução do pescado
Conhecimento tradicional sobre as técnicas de pesca
Definição da melhor maré para pescar
Restrições do espaço de uso
Conhecimento tradicional da quantidade de peixes
Produção coletiva da pesca
Apropriação do território tradicional
Conhecimento da maré e do movimento dos peixes
Delimitação do território pesqueiro
Comportamento dos peixes por épocas do ano
Desarticulação dos códigos éticos de uso
Relações de uso do território de pesca

Fonte: A autora (2024).

Dessa forma, a partir da releitura do material foi possível chegar às unidades de registros. O quadro a seguir (Quadro 3) esclarece melhor a constituição da Unidades de Registros e seus respectivos temas tendo como exemplo as unidades de contexto.

Quadro 3: Unidades de Registro e seus Significados

Unidades de Registro	**Tema**	**Unidades de Contexto**	**ID**
Reformulação dos acordos	Organização dos acordos de pesca	"[...] a produção esse ano fui boa, pegamos bem peixe por causa dos acordos"	Pescador C
Exclusão de pescadores	Exclusão de pescadores ao território	"[...] quando fizeram essa divisão aqui, eu vou te falar achei muito errado o que esse pessoal aqui de cima fez, acho que foi uma parte de ambição"	Pescador F
Desapropriação do território de uso na pesca	Conflitos operados pela desapropriação de território de pesca	"[...] os conflitos da divisão trouxeram foi uma coisa muito ruim, porque todo mundo pescava nos mesmos lugares, o rio era de todo mundo"	Pescador F
Posse do espaço de pesca	Sistema de posse no uso do espaço pesqueiro	"[...] porque a gente tava acostumado a pescar usando tanto a parte de baixo como a de cima de rio, aí não ficou muito espaço para borquear, sem falar que os pontos de pesca melhor, ficou para lá"	Pescador C
Desarticulação dos códigos éticos	Desarticulação dos códigos éticos	"[...] assim como o rio foi dividido a amizade entre as pessoas também"	Pescador C
Movimento migratório dos peixes	Descrição da migração dos peixes a outro local	"[...] e quando acontece o borqueio dentro do poço o peixe se espante e vai para outro lugar, quer dizer, essa ação impede que os peixes fiquem no mesmo local"	Pescador H
Desterritorialização do espaço	Desterritorialização do espaço tradicional pesca	"[...] eles nos excluíram, foi dividido o que não era pra ter acuntecido, porque todos nós pescavam no mesmo local"	Pescador D
		"[...] começaram a falar que	

Desconstrução do território de pesca	Desconstrução do espaço de uso do território comunitário	ia muitas redes pra lá e boqueavam de noite, passaram a borquear dentro do poço... até que chegou um tempo de grande desunião, até que acharam melhor dividir”	Pescador H
Regras de uso dos pesqueiros	Descrição de regras de uso dos recursos pesqueiros	“[...] Se nós pegar 100 basqueta de peixe 50 é dividido entre todos os donos de rede e seus trabalhadores e 50 para os moradores da comunidade que cumpre com as regras”	Pescadora J
Impacto nas relações socioambientais	Impactos nas relações de compadrio e na produção pesqueira	“[...] a divisão desse rio influenciou nisso porque ninguém podia mais passar acima... é do rio que sempre veio minha alimentação”	Pescador D
Desarticulação de regras	Desarticulação de regras coletivas	“[...] logo que aconteceu a divisão do rio aqui, teve muita confusão entre os dois grupos..., já foi dividido cada um para o seu lado”	Pescador E
Regras de divisão da produção de pesca	Regra de divisão da produção do pescado	“[...] a quantia mínima é oito basquetas, aí é dividido 50% para cada, se nos borquear e pegar”.	Pescador H
Exclusão do território	Exclusividade do território de pesca	“[...] já fui dividido o que não era pra ter acuntecido”	Pescador B
Adaptação de novas regras	Novas regras do acordo comunitário	“[...] nós começamos a trabalhar agora com o acordo escrito, primeiro a gente fez um teste, durante um ano, fez o acordo escrito, criamos as regras	Pescador G
Manutenção de	Manutenção de regras	“[...] olha, o nosso acordo de pesca aqui (grupo de baixo) tem ocorrido da seguinte forma, é dois anos que	

regras	de manejo	vigora o acordo, mas conforme a necessidade se ajusta”	Pescador C
Desentendimento a partir da divisão	Conflitos causados pela divisão do território	“[...] houve ameaças, o pessoal de baixo disse que ia passar para a parte de cima, não aceitavam, a divisão.	Pescador F
Processo reterritorialização	Processo de reterritorialização	“[...] sentamos para discutir as regras provisórias, então todos do grupo optou por continuar com as regras, deu muito certo e continuariam afirmando o combinado.	Pescador G
Quebras de regras pelos comunitários	Quebra de regras entre os membros da comunidade	“[...] a divisão ocorreu por que eles acusaram que nós borqueava dentro do poço, mas isso nunca aconteceu”	Pescador H
Qualidade do pescado	Definição do conhecimento sobre o tamanho do peixe	“[...] o tamanho do peixe é sabido, pelo baque e pelo sinal que ele deixa na linha, o limo, no caso o mapará graúdo (maior) ele bate na linha, ele vai deixar uma marca maior na linha”	Pescador H
Maior produtividade na pesca	Aumento na produção do pescado na comunidade	“[...] esses dois últimos anos tem dado bastante peixe, esse último ano, foi o grupo que mais pegou peixe”	Pescador C
Conhecimento tradicional sobre os peixes	Conhecimento tradicional sobre a movimentação dos peixes	“[...] cê entra em um cardume, a gente espera, deixa ele se juntar pra poder borquear, se ele não juntar não adianta insistir no borqueio, porque vai só espantar o peixe, ele escuta o baque de água e foge”	Pescador I
Local e abrigo dos peixes	Localização e refugio dos peixes no espaço comunitário	“[...] não se pode fazer borqueio dentro do poço porque é nesse local que os peixes se gasalham e se reproduzem”	Pescador H

Maior produção do pescado	Aumento da produção com a reformulação de regras	“[...] a produção do peixe melhorou, pessoal que pescam com caniço, para o pessoal que trabalha com as redes de borqueio, o pessoal fala que dá peixe até no Igarapé”.	Pescador G
Exclusividade do território	Exclusividade do território pesqueiro	“[...] no nosso caso aqui essa divisão do rio foi uma trairagem do pessoal de cima fizeram tudo por baixo dos panos, teve muita briga”	Pescador D
Regras e Redução de conflitos	Instituição de regras e diminuição de conflito	“[...] cada um faz o seu acordo e esse ano deu certo, nós não tivemos problemas no nosso acordo”	Pescador C
Distribuição do pescado	Distribuição da produção entre os comunitários	“[...] nós tiramos a malhadeira pra poder pescar e dá para eles, o peixe e 50% meu com meu pessoal e 50% é da comunidade”	Pescador I
Desapropriação do espaço	Desapropriação dos pescadores do espaço de pesca	“[...] quando aconteceu essa divisão aqui, eu vou te falar achei muito errado o que esse pessoal aqui de cima fez”.	Pescador F
Produção e reprodução do pescado	Produção e reprodução do pescado na comunidade	“[...] a gente faz isso para preservar não é pensando só em nós e sim nas próximas gerações”.	Pescador F
Conhecimento sobre as técnicas de pesca	Descrição do conhecimento sobre técnicas de pesca	“[...] a pesca é muita ciência, para ser taleiro é preciso muita prática, se a sonda esbarrar na terra ela vai pulando, e aí dá para pensar que está em um cardume de peixe, mas não é peixe... é preciso ter paciência, muita calma”	Pescador H

Definição da melhor maré para pescar	Definição da melhor maré para pescar	“[...] a melhor maré para pescar é da morta para o lançante, no começo do lançante a maré de tapecuema, ela reponta às 18h, e outra maré boa também é a de quarto, que às 6h da manhã ela amanhece enchendo”	Pescador H
Restrições do espaço de uso	Restrições de uso a pescadores de outros locais	“[...] nós fizemos as regras para proibir a entrada, foi porque vinha puçá até de Cametá, aí parava por aí, e esse pessoal invadiam tudo pra cá”	Pescadora J
Conhecimento tradicional da quantidade de peixes	Conhecimento tradicional relacionado a quantidade de peixes	“[...] a quantidade de peixe é baseada pela intensidade do baque na linha, quando está amontoado (cardume), aí o cara vai sentindo ele, aí o cara já pode calcular se o peixe da 20, 30, 40 basquetas”	Pescador H
Produção coletiva na pesca	Compartilhamento da produção entre os pescadores da comunidade	“[...] aqui para o grupo de baixo nós somos oito redes de puçá, mas nós formamos um só grupo, o que nós pegamos os outros participavam”	Pescador H
Apropriação do território de tradicional	Apropriação do território de tradicional de pesca	“[...] logo que aconteceu a divisão do rio aqui, teve muita confusão entre os dois grupos, depois cada um ficou para o seu lado”.	Pescador E
Conhecimento da maré e do movimento dos peixes	Descrição do conhecimento sobre a maré e o movimento dos peixes	“[...] se a maré tiver vazante tem que borquear contramaré que é para a rede encontrar o peixe”	Pescador H
Delimitação do território	Delimitação do território de pesca de	“[...] quando aconteceu essa divisão aqui... o pessoal daqui de baixo ficou impedido de usar os pontos	Pescador D

	cima	de pesca de lá de cima".	
Comportamento dos peixes por época do ano	Descrição do comportamento do peixe em cada tipo de maré	"[...] tem lugar no caso, se eu topar três peixes depende da cor da água, a melhor água é a escura no inverno porque ele (o peixe) não enxerga, fica mais manso, já na água clara se passar uma vez o prumo ele já se espanta"	Pescador I
Desarticulação dos códigos éticos de uso	Desarticulação das relações éticas do uso provocadas pela divisão	"[...] muito difícil aqui na comunidade, teve muita confusão entre os moradores, tanto de lá (de cima), quanto daqui (de baixo), alguns pescadores ameaçavam invadir para lá (cima) durante a noite, outros até jogavam as redes no poço, faziam batida, praticavam a pesca de arrasto"	Pescador D
Relações de uso do território de pesca	Relações de uso dos pescadores com o território de pesca	"[...] então nós lutamos para usar com cautela o máximo que puder para que a produção da pesca continue sendo uma atividade de renda e alimentação para as nossas famílias"	Pescador D

Fonte: A autora (2024).

A partir da escolha das unidades de contexto e de registros, dá-se início a codificação. Para Bardin (1977), a partir dos segmentos de conteúdo a considerar como unidades base, ou seja, os trechos das unidades de contextos que "saltam aos olhos" do pesquisador. Para exemplificar melhor, o quadro (Quadro 4) demonstra a codificação das unidades de registros e de contexto.

Quadro 4: Unidades de Contexto e Unidades de Registro

UNIDADES DE CONTEXTO	**UNIDADES DE REGISTRO**
"[...] a produção esse ano fui boa, pegamos bem peixe por causa dos acordos"	Reformulação dos acordos

“[...] quando fizeram essa divisão aqui, eu vou te falar achei muito errado o que esse pessoal aqui de cima fez, acho que foi uma parte de ambição”	Exclusão de pescadores
“[...] os conflitos da divisão trouxeram foi uma coisa muito ruim, porque todo mundo pescava nos mesmos lugares, o rio era de todo mundo”	Desapropriação do território de uso na pesca
“[...] porque a gente tava acostumado a pescar usando tanto a parte de baixo como a de cima de rio, aí não ficou muito espaço para borquear, sem falar que os pontos de pesca melhor, ficou para lá”	Posse do espaço de pesca
“[...] assim como o rio foi dividido a amizade entre as pessoas também”	Desarticulação dos códigos éticos
“[...] e quando acontece o borqueio dentro do poço o peixe se espante e vai para outro lugar, quer dizer, essa ação impede que os peixes fiquem no mesmo local”	Movimento migratório dos peixes
“[...] eles nos excluíram, foi dividido o que não era pra ter acuntecido, porque todos nós pescavam no mesmo local”	Desterritorialização do espaço
“[...] começaram a falar que ia muitas redes pra lá e boqueavam de noite, passaram a borquear dentro do poço... até que chegou um tempo de grande desunião, até que acharam melhor dividir”	Desconstruição do território de pesca
“[...] Se nós pegar 100 basqueta de peixe 50 é dividido entre todos os donos de rede e seus trabalhadores e 50 para os moradores da comunidade que cumpre com as regras”	Regras de uso dos pesqueiros
“[...] a divisão desse rio influenciou nisso porque ninguém podia mais passar acima... é do rio que sempre veio minha alimentação”	Impacto nas relações socioambientais
“[...] logo que aconteceu a divisão do rio aqui, teve muita confusão entre os dois grupos..., já foi dividido cada um para o seu lado”	Desarticulação de regras

“[...] a quantia mínima é oito basquetas, aí é dividido 50% para cada, se nos borquear e pegar ”	Regras de divisão da produção de pesca
“[...] já fui dividido o que não era pra ter acuntecido”	Exclusão do território
“[...] nós começamos a trabalhar agora com o acordo escrito, primeiro a gente fez um teste, durante um ano, fez o acordo escrito, criamos as regras”	Adaptação de novas regras
“[...] olha, o nosso acordo de pesca aqui (grupo de baixo) tem ocorrido da seguinte forma, é dois anos que vigora o acordo, mas conforme a necessidade se ajusta”	Manutenção de regras
“[...] houve ameaças, o pessoal de baixo disse que ia passar para a parte de cima, não aceitavam, a divisão”	Desentendimento a partir da divisão
“[...] sentamos para discutir as regras provisórias, então todos do grupo optou por continuar com as regras, deu muito certo e continuariam afirmando o combinado”	Processo reterritorialização
“[...] a divisão ocorreu por que eles acusaram que nós borqueava dentro do poço, mas isso nunca aconteceu”	Quebras de regras pelos comunitários
“[...] o tamanho do peixe é sabido, pelo baque e pelo sinal que ele deixa na linha, o limo, no caso o mapará graúdo (maior) ele bate na linha, ele vai deixar uma marca maior na linha”	Qualidade do pescado
“[...] esses dois últimos anos tem dado bastante peixe, esse último ano, foi o grupo que mais pegou peixe”	Maior produtividade na pesca
“[...] cê entra em um cardume, a gente espera, deixa ele se juntar pra poder borquear, se ele não juntar não adianta insistir no borqueio, porque vai só espantar o peixe, ele escuta o baque de água e foge”	Conhecimento tradicional sobre os peixes
“[...] não se pode fazer borqueio dentro do poço porque é nesse local que os peixes se	Local e abrigo dos peixes

gasalham e se reproduzem”	
“[...] a produção do peixe melhorou, pessoal que pescam com caniço, para o pessoal que trabalha com as redes de borqueio, o pessoal fala que dá peixe até no Igarapé”.	Maior produção do pescado
“[...] no nosso caso aqui essa divisão do rio foi uma trairagem do pessoal de cima fizeram tudo por baixo dos panos, teve muita briga”	Exclusividade do território
“[...] cada um faz o seu acordo e esse ano deu certo, nós não tivemos problemas no nosso acordo”	Regras e Redução de conflitos
“[...] nós tiramos a malhadeira pra poder pescar e dá para eles, o peixe e 50% meu com meu pessoal e 50% é da comunidade”	Distribuição do pescado
“[...] quando aconteceu essa divisão aqui, eu vou te falar achei muito errado o que esse pessoal aqui de cima fez”.	Impactos nas relações de amizade
“[...] a gente faz isso para preservar não é pensando só em nós e sim nas próximas gerações”	Produção e reprodução do pescado
“[...] a pesca é muita ciência, para ser taleiro é preciso muita prática, se a sonda esbarrar na terra ela vai pulando, e aí dá para pensar que está em um cardume de peixe, mas não é peixe... é preciso ter paciência, muita calma”	Conhecimento sobre as técnicas de pesca
“[...] a melhor maré para pescar é da morta para o lançante, no começo do lançante a maré de tapecuema, ela reponta às 18h, e outra maré boa também é a de quarto, que às 6h da manhã ela amanhece enchendo”	Definição da melhor maré para pescar
“[...] nós fizemos as regras para proibir a entrada, foi porque vinha puçá até de Cametá, aí parava por aí, e esse pessoal invadiam tudo pra cá”	Restrições do espaço de uso
“[...] a quantidade de peixe é baseada pela intensidade do baque na linha, quando está amontoado (cardume), aí o cara vai sentindo ele, aí o cara já pode calcular se o peixe da	Conhecimento tradicional da quantidade de peixes

20, 30, 40 basquetas”	
“[...] aqui para o grupo de baixo nós somos oito redes de puçá, mas nós formamos um só grupo, o que nós pegamos os outros participavam”	Produção coletiva na pesca
“[...] logo que aconteceu a divisão do rio aqui, teve muita confusão entre os dois grupos, depois cada um ficou para o seu lado”.	Apropriação do território tradicional
“[...] se a maré tiver vazante tem que borquear contramaré que é para a rede encontrar o peixe”	Conhecimento da maré e do movimento dos peixes
“[...] quando aconteceu essa divisão aqui... o pessoal daqui de baixo ficou impedido de usar os pontos de pesca de lá de cima”.	Delimitação do território de pesca
“[...] tem lugar no caso, se eu topar três peixes depende da cor da água, a melhor água é a escura no inverno porque ele (o peixe) não enxerga, fica mais manso, já na água clara (verão) se passar uma vez o prumo ele já se espanta”	Comportamento dos peixes por época do ano
“[...] muito difícil aqui na comunidade, teve muita confusão entre os moradores, tanto de lá (de cima), quanto daqui (de baixo), alguns pescadores ameaçavam invadir para lá (cima) durante a noite, outros até jogavam as redes no poço, faziam batida, praticavam a pesca de arrasto”	Desarticulação de códigos éticos de uso
“[...] então nós lutamos para usar com cautela o máximo que puder para que a produção da pesca continue sendo uma atividade de renda e alimentação para as nossas famílias”	Relações de uso do território de pesca

Fonte: A autora (2024).

3.3.2 Levantamento dos Eixos Temáticos

A partir das Unidades de Registros, realizou-se a constituição dos Eixos Temáticos. Este movimento buscou afinidades entre as Unidades de Registro

que possuem semelhança entre si. O quadro a seguir (Quadro 5) apresenta o movimento de distinção das confluências e divergências entre as Unidades de Registros que originaram os Eixos Temáticos.

Quadro 5: Composição dos Eixos Temáticos

UNIDADES DE REGISTRO	EIXOS TEMÁTICOS
Movimento de migração dos peixes	Conhecimento tradicional do território pesqueiro
Qualidades do pescado	
Conhecimento tradicional sobre os peixes	
Local e abrigo dos peixes	
Conhecimento sobre as técnicas de pescaria	
Definição da melhor maré para pescar	
Conhecimento sobre a quantidade do peixe	
Maré e movimento dos peixes	
Comportamento dos peixes por época do ano	
Exclusão dos pescadores	Impactos relacionados a desarticulação de regras de uso do espaço de pesca
Posse do espaço de pesca	
Desarticulação dos códigos éticos	
Desarticulação das regras de uso do espaço	
Impactos nas relações socioambientais	
Desarticulação de regras	
Exclusão do território	
Desentendimento a partir da divisão	
Quebra de regras pelos comunitários	
Exclusividade do território	

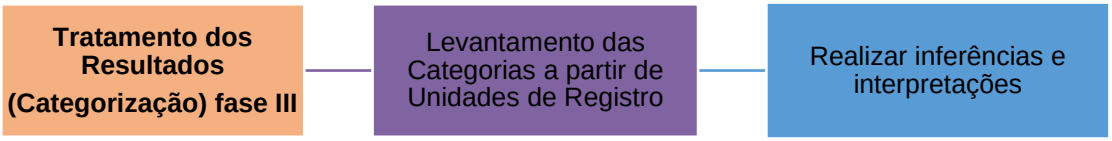
Impacto nas relações de amizade	
Restrições do espaço de uso	
Delimitação do território de pesca	
Desarticulação dos códigos éticos de uso	
Reformulação dos acordos	Processo de repactuação nos acordos de pesca
Desconstrução do território de pesca	
Regras de uso dos pesqueiros	
Regras de divisão da produção de pesca	
Adaptação de novas regras	
Manutenção de regras	
Processo de reterritorialização	
Maior produtividade do pescado	
Regras e redução de conflitos	
Distribuição do pescado capturada	
Relações de uso do território de pesca	
Produção e reprodução do pescado	
Produção coletiva na pesca	
Apropriação do território tradicional	

Fonte: A autora (2024).

Após a constituição dos eixos temáticos, seguiu-se para a composição das Categorias de Análise, segundo uma abordagem de Bardin (1977).

3.3.3 Constituição das Categorias de Análise

Figura 11: A terceira fase, o tratamento dos resultados.



Fonte: Adaptado pela autora (2024).

A constituição das categorias de análise faz parte da terceira fase da Análise de Conteúdo, na abordagem de Bardin (1977). O processo de constituição das categorias de análise é semelhante ao dos Eixos Temáticos, possíveis de serem agrupados pela semelhança de significados dos dados coletados. No quadro a seguir (Quadro 6) será representado os Eixos Temáticos.

Quadro 6: Agrupamento dos Eixos Temáticos

EIXOS TEMÁTICOS
Conhecimentos tradicionais do território pesqueiro
Impactos relacionados à desarticulação de regras de uso do espaço de pesca
Processo de repactuação de regras do acordo de pesca do mapará

Fonte: A autora (2024)

A partir da constituição dos Eixos temáticos, o movimento das convergências e divergências deram origem às Categorias de Análise, apresentada no quadro a seguir (Quadro 7).

Quadro 7: Constituição das Categorias de Análise

EIXOS TEMÁTICOS	CATEGORIA DE ANÁLISE
Conhecimentos tradicionais do território pesqueiro	Espaço físico
Impactos relacionados à desarticulação de regras de uso do espaço de pesca	Espaço social

Processo de repactuação de regras do acordo de pesca	Des-reterritorialização a partir do acordo de pesca do mapará

Fonte: A autora (2024).

Em todo o processo de movimento da Análise de Conteúdo foi imprescindível à constituição núcleos de sentidos (das Unidades de Registro, Eixos temáticos e Categorias de Análise) das mensagens contidas nas transcrições das entrevistas. O movimento da constituição desses sentidos subsidiou a compreensão do tema de pesquisa.

Deste modo os Eixos Temáticos estão relacionados às Categorias de análise que vai analisar os dados de cada tema ligado a cada capítulo. Nesse sentido o Eixo Temático “Conhecimentos tradicionais do território pesqueiro” constitui-se a Categoria de Análise “Espaço Físico”. Esta categoria se refere à Identificação de conhecimentos sobre o espaço utilizado na pratica da atividade pesqueira.

O Eixo Temático “Impactos relacionados a desarticulação de regras de uso do espaço de pesca” formou-se a Categoria de Análise “Espaço Social”. Esta categoria se refere a Entender as relações de conflito em torno dos recursos comuns da pesca artesanal.

Eixo Temático “Processo de reformulação de regras do acordo de pesca”, constitui-se a Categoria de Análise “Des-reterritorialização a partir dos acordos de pesca do mapará” está relacionado a Demonstrar o processo das novas regras do acordo de pesca. No quadro a seguir (Quadro 8), demonstra-se o processo de constituição das Unidades de Registro, Eixos Temáticos e Categorias de Análise.

Quadro 8: Composição das Unidades de Registro, Eixos Temáticos e Categorias de Análise.

UNIDADES DE REGISTRO	EIXOS TEMÁTICOS	CATEGORIAS DE ANÁLISE

Movimento de migração dos peixes	Conhecimento tradicional do território pesqueiro	**Espaço Físico**
Qualidades do pescado		
Conhecimento tradicional sobre os peixes		
Local e abrigo dos peixes		
Conhecimento sobre as técnicas de pescaria		
Definição da melhor maré para pescar		
Conhecimento sobre a quantidade do peixe		
Maré e movimento dos peixes		
Exclusão dos pescadores	Impactos relacionados à desarticulação de regras de uso do espaço de pesca	**Espaço Social**
Posse do espaço de pesca		
Desarticulação dos códigos éticos		
Desarticulação das regras de uso do espaço		
Impactos nas relações socioambientais		
Desarticulação de regras		
Exclusão do território		
Desentendimento a partir da divisão		
Quebra de regras pelos comunitários		
Exclusividade do território		
Impacto nas relações de amizade		
Restrições do espaço de uso		

Delimitação do território de pesca		
Desarticulação dos códigos éticos de uso		
Reformulação dos acordos	Processo de repactuação de regras nos acordos de pesca	**Des-reterritorialização a partir do acordo de pesca do mapará**
Desconstrução do território de pesca		
Regras de uso dos pesqueiros		
Regras de divisão da produção de pesca		
Adaptação de novas regras		
Manutenção de regras		
Processo de reterritorialização		
Maior produtividade do pescado		
Regras e redução de conflitos		
Distribuição do pescado capturada		
Produção e reprodução do pescado		
Produção coletiva na pesca		
Apropriação do território tradicional		
Relações de uso do território de pesca		

Fonte: A autora (2024)

Na próxima seção será apresentada a discussão, as inferências e as interpretações que foram realizadas com a finalidade de responder ao objetivo da pesquisa - Analisar o processo de repactuação do acordo de pesca do mapará *(Hypophthalmus edentatus)* no Rio Baixo Anapu, interior do município de Igarapé-Miri, baseada nas Categorias de Análise especificadas nesta seção, parte-se para o momento de comunicar os resultados.

As Categorias de Análise elaboradas (Quadro 9) estão divididas em subseções diferentes, onde estão contidas as interpretações e discussões que representam um conjunto de sentidos presentes na análise. Para a compreensão melhor desses significados, utilizou-se trechos direto dos dados originais.

Quadro 9: As categorias de Análise

CATEGORIA DE ANÁLISE
Espaço físico
Espaço social
Des-reterritorialização a partir do acordo de pesca do mapará

Fonte: a autora (2024)

A interpretação é feita através de uma exploração dos significados expressos nas categorias da análise. Na perspectiva de Moraes (2014) a interpretação constitui um passo imprescindível em toda a Análise de Conteúdo, especialmente naquelas de natureza qualitativa. Bardin (1977) esclarece que a interpretação proposta pelo método consiste em descobrir por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, um sentido não explícito.

4 ESPAÇO FÍSICO

A partir de todo o processo de análise do material, até chegar à constituição das Categorias de Análise, por meio dos significados e sentidos contidos nas entrevistas transcritas dos pescadores, é possível compreender o processo de Repactuação dos Acordos de Pesca na comunidade do rio Baixo Anapu. Para melhor compreensão apresenta-se do movimento das Categorias de Análise **Espaço Físico**, desde as Unidades de Registro até o Eixo Temático.

Quadro 10: Categorias de Análise Espaço Físico

UNIDADES DE REGISTRO	EIXO TEMÁTICO	CATEGORIAS DE ANÁLISE
Movimento de migração		

dos peixes	Conhecimento tradicional do território pesqueiro	**Espaço físico**
Qualidades do pescado		
Conhecimento tradicional sobre os peixes		
Local e abrigo dos peixes		
Conhecimento sobre as técnicas de pescaria		
Definição da melhor maré para pescar		
Conhecimento sobre a quantidade do peixe		
Maré e movimento dos peixes		

Fonte: a autora (2023)

A discussão da Categoria de Análise será dividida e apresentada a partir do Eixo Temático que o compõe.

4.1 Conhecimentos tradicionais do território pesqueiro

O conhecimento tradicional na pesca é entendido como um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida (Diegues, 2007). Por se tratar de uma das atividades mais antigas desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais possui uma relação indissociável com território apropriado.

Segundo Moura (2017), o território é um espaço produzido pelo modo de conhecer, no caso em específico desta pesquisa pelo conhecimento tradicional. Esse território como conhecimento produzido em um espaço pelo modo do conhecer tradicional possibilitam a constituição de identidades coletivas e também um modo de territorialização tática, definida como um processo de *r-existência* através de uma reapropriação dos recursos naturais e também do seu território tradicional.

Os conhecimentos tradicionais dos pescadores na pesca do mapará são possíveis perceber a partir dos relatos dos próprios pescadores da comunidade que praticam a técnica de pesca do borqueio e possui conhecimento sócio-

ecológico “onde os peixes se agasalham e se reproduzem”, conforme diz o pescador:

> Os poços são lugares de grandes profundidades de 12 a 15 braças..., são locais de preservação, onde os peixes se agasalham e muitos se reproduzem lá... e, quando acontece o borqueio dentro do poço o peixe se espanta e vai para outro lugar, quer dizer, essa ação impede que os peixes cresçam. (Pescador H).

Esse relato, explicitado acima, nos remete ao conhecimento acumulado que os pescadores possuem sobre a natureza, os locais e a movimentação dos peixes adquiridos através da prática. Alguns consideram que as culturas e os saberes tradicionais podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Em numerosas situações, na verdade, esses saberes são o resultado de uma interação dinâmica entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos (Diegues, 2000). Identificado também na fala dos pescadores:

> A gente vai pegando a primeira vez, a gente já vai pegando logo a experiência, digamos tem lugar no caso se eu topar três peixes, depende também da cor da água, a melhor água é a escura no inverno porque ele não enxerga, fica mais manso, na água clara, se passar uma vez o prumo ele já se espanta. (Pescador I).

A exploração desses hábitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas (Diegues, 2000). Em outro relato o pescador I, faz menção ao conhecimento tradicional, quanto à importância da observação do espaço, onde se põe em prática seu conhecimento sobre os peixes:

> É preciso ter paciência quando se entra em um cardume, a gente espera, deixa ele se juntar pra poder borquear, se ele não juntar não adianta insistir no borqueio, porque vai só espantar o peixe, ele escuta o baque de água e foge, as vezes saia para a baia, as vezes sobe, aí a gente não pega, ele desaparece (Pescador I).

Os pescadores artesanais, sobretudo, os mestres, apresentam um alto grau de familiaridade com o comportamento dos peixes, com o tempo, com o movimento dos outros barcos, posicionando, adequadamente de seus aparelhos de pesca (Cordell, 2020). A captura do pescado não é reproduzida de maneira irracional, e sim constituída de uma racionalidade onde as atividades são desenvolvidas em locais específicos (Rapozo, 2010). Para os pescadores artesanais a relação com o território pesqueiro, revela sentimentos de pertencimento, valores e saberes transmitidos de pai para filho, permitindo assim, criar sua própria cultura, seus modos de viver e se relacionar com o espaço pesqueiro, criando identidades.

Na pesca do mapará, os conhecimentos não são distribuídos homogeneamente entre os comunitários, havendo hierarquias de saberes e diferentes conhecimentos de acordo com as atividades e especialidades exercidas nestas comunidades. O “taleiro”, por exemplo, é considerado um “mestre de ofício” fundamental para a realização da pesca do mapará na região do Baixo Tocantins (Figura 11). Como detentor dessa forma de conhecimento do mar, ao mestre cabe, não só a hierarquia da pesca, mas a grande responsabilidade em conduzir homens e todo o processo de captura do pescado (Maldonado, 2000).

Figura 12: Taleiro procurando o mapará com o auxílio de um prumo

Fonte: a autora (2018).

Seu conhecimento permite-lhe localizar os cardumes de mapará e o torna um profissional indispensável na pescaria (Maciel; Moura, 2023), pois ele consegue identificar “pelo baque da linha” a quantidade e qualidade (tamanho) do pescado:

> [...] o tamanho do peixe é sabido, pelo baque e pelo sinal que ele deixa na linha, o limo, no caso o mapará graúdo (maior) ele bate na linha, ele vai deixar uma marca maior na linha (Pescador I).

> A quantidade de peixe é baseada pela intensidade do baque na linha, quando está amontoado (cardume), a gente entra no meio dele e aí vai rasgando, aí o cara vai sentindo ele, aí o cara já pode calcular se o peixe dá 20, 30, 40 basquetas. (Pescador H).

O taleiro além de ser peça fundamental na prática do borqueio do mapará possui um saber ecológico que atua diretamente na conservação do pescado, por declarar um conhecimento sobre o tamanho do peixe, através de informações fornecidas pelos apetrechos utilizados na busca dos cardumes. O conhecimento da diversidade das espécies de pescado que capturam, da sazonalidade, dos hábitos migratórios e alimentares de um grande número de

peixes, sobretudo os de fundo desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo (Diegues, 2000).

Para este pescador o vasto conhecimento sobre as técnicas de pesca do mapará é chamado de “muita ciência’’:

> A pesca é muita ciência, para ser taleiro é preciso muita prática, se a sonda esbarrar na terra ela vai pulando, e aí dá para pensar que está em um cardume de peixe, mas não é, para ver se é peixe, a gente enrola a linha, para ver se tem o limo do peixe na linha, aí se ficar limo avortado (em grande quantidade), aí manda borquear, é preciso ter paciência, muita calma (Pescador, I).

A sabedoria, que vem através da experiência, sobre a influência do clima, ritmo das marés, do vento e os ciclos naturais de reprodução das espécies é transmitida oralmente e repassada de geração a geração (Silveira, 2011), tendo por finalidade assegurar a produção e seu modo de vida (Diegues, 2001).

Os conhecimentos produzidos no espaço pelos usuários definem o uso dos recursos existentes em um determinado território que podem ser alteradas a partir de necessidade do grupo. Segundo Silveira (2011), o conhecimento do profissional do mar pode, em muito, colaborar para a formulação de uma gestão sustentável, além de assegurar uma interação entre a natureza e a sociedade, na perspectiva de assegurar melhores resultados.

É importante destacar que a pesca do mapará é coletiva, portanto, envolve vários pescadores (Quadro11) onde cada um possui sua função e “atribuem ao taleiro a responsabilidade de fazer valer seus esforços e mobilização, através da captura de uma grande quantidade de pescado” (Bordalo; Cruz, p. 131, 2013).

Quadro 11: O pescador e cada função que exerce na pesca do mapará

PESCADOR	**FUNÇÃO**
Taleiro	Encontrar o cardume
Pupeiro ou Piloto	Guiar o casco do taleiro e também os cascos com redes

Proeiro	Remar na frente do casco
Jogador de Rede	Lançar a rede na água
Carolineiro	Bater água próxima à rede
Bereiros	Fiscalizar, cumprir os acordos e dividir o pescado entre as famílias.

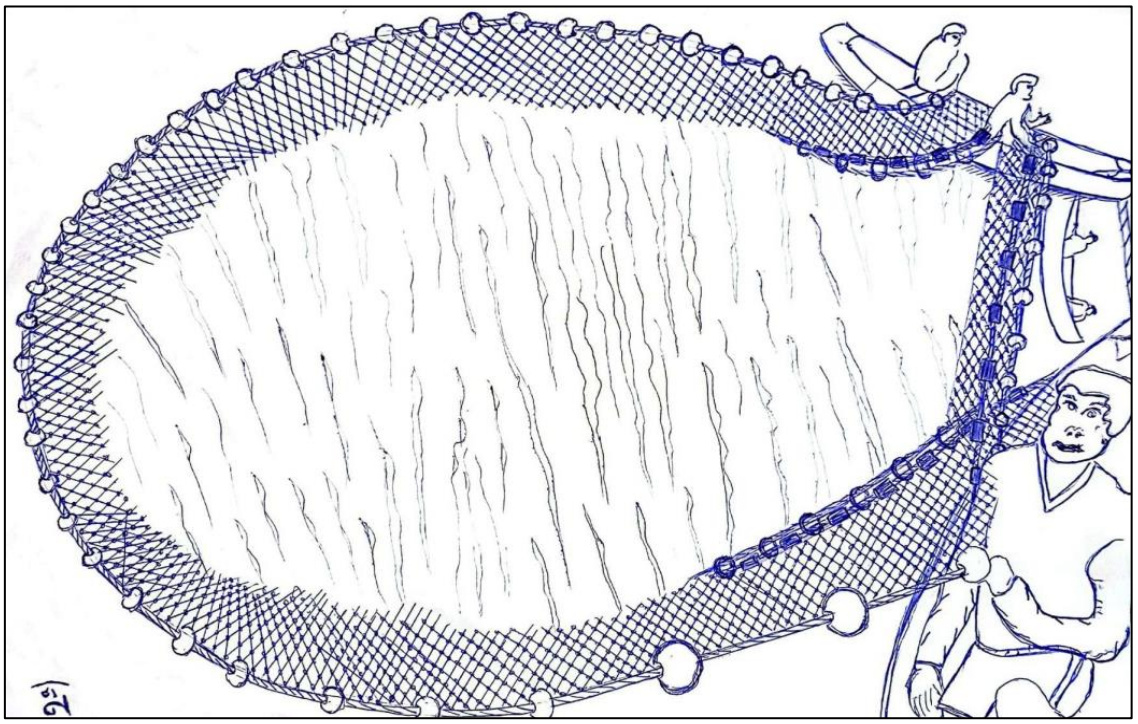
Fonte: A autora (2024).

Segundo o que apresentam os pescadores, o sucesso da pesca é uma soma de conhecimentos interligados, presente nos pequenos detalhes. Por exemplo, a maré e sua correnteza influenciam na hora da pescaria: “tem que borquear com a maré vazante”. Na identificação da “melhor maré”, todos esses elementos do conhecimento contribuem e favorece o borqueio do mapará:

> Se a maré tiver de vazante tem que borquear contramaré, que é para a rede encontrar o peixe. No caso, a melhor maré para pescar é da morta para o lançante, no começo do lançante a maré de tapecuema, ela reponta às 18h, outra maré boa também é a de quarto, que às 6h da manhã ela amanhece enchendo (Pescador H).

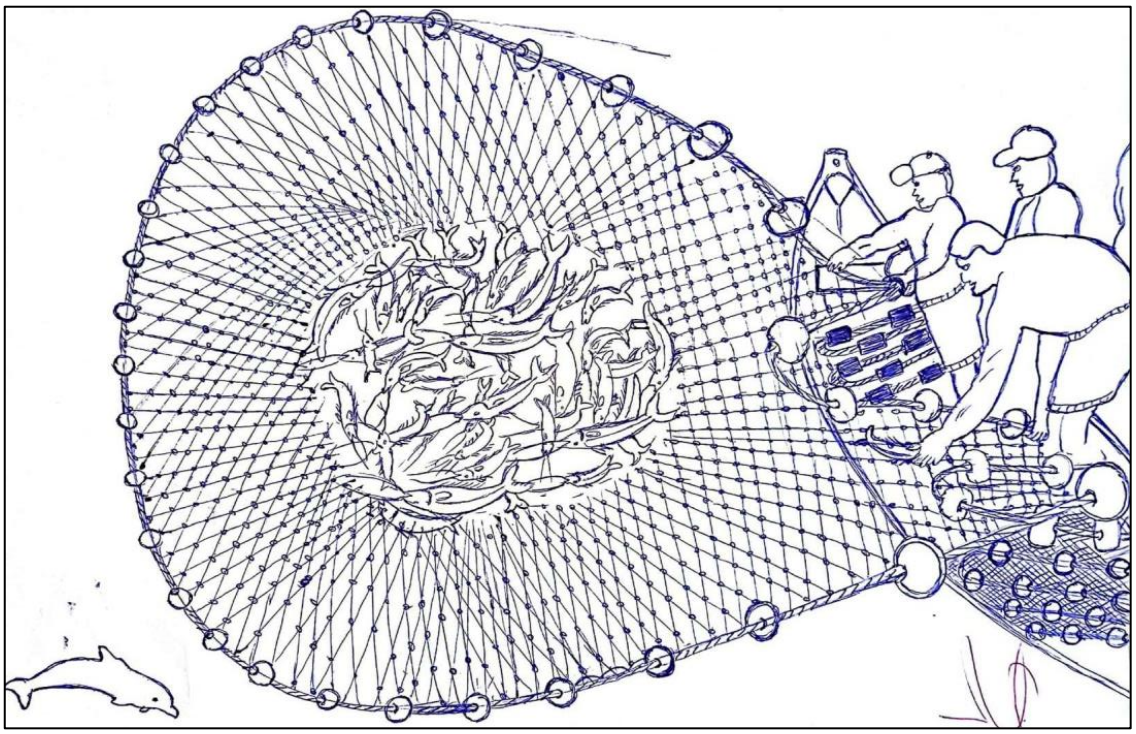
De acordo com o relato do pescador acima, os tipos de mares determinam a dinâmica da pesca. A pesca exitosa não depende tanto da sorte, mas do conhecimento a respeito dos hábitos das espécies, os períodos em que aparecem e os fenômenos naturais periódicos (Cordell, 2000). A seguir (Figura 12 e 13) demonstra o processo descrito acima.

Figura 13: O processo do borqueio relacionado às marés



Fonte: Gerson Lobato (2024), ribeirinho e morador da comunidade do Rio Baixo Anapu.

Figura 14: Processo de colher as redes até formar um circulo menor



Fonte: Gerson Lobato (2024), ribeirinho e morador da comunidade do Rio Baixo Anapu.

As comunidades tradicionais possuem um rico conjunto de conhecimentos e estratégias para o uso dos recursos naturais presentes em

seus territórios (Barros, 2012). Esse conhecimento não se restringe aos recursos pesqueiros, mas também à organização social, à formação das equipes de pesca, aos meios de comercialização e beneficiamento do pescado (Diegues, 2007).

A seguir será discutido no capitulo 4.2 o Espaço Social e suas categorias.

4.2 ESPAÇOS SOCIAL

Para iniciar essa Categoria de Análise, realizou-se novamente o movimento de composição das Unidades de Registro e o Eixo Temático, de acordo com o quadro (Quadro 12). Nessa Categoria de Análise será discutido o **Espaço social**.

Quadro 12: Espaço Social

UNIDADES DE REGISTRO	EIXOS TEMÁTICOS	CATEGORIAS DE ANÁLISE
Exclusão dos pescadores	Impactos relacionados à desarticulação de regras de uso do espaço pesqueiro	**Espaço social**
Posse do espaço de pesca		
Desarticulação dos códigos éticos		
Desarticulação das regras de uso do espaço		
Impactos nas relações socioambientais		
Desarticulação de regras		
Exclusão do território		
Desentendimento a partir da divisão		
Quebra de regras pelos comunitários		
Exclusividade do território		
Impacto nas relações de amizade		

Restrições do espaço de uso		
Delimitação do território de pesca		
Desarticulação dos códigos éticos de uso		

Fonte: A autora (2024)

A discussão da Categoria de Análise será apresentada a partir do Eixo Temático que constituiu sua composição, assim como foi realizado na Categoria de Análise anterior.

4.2.1 Impactos nos espaços sociais causados pela divisão do território

Os territórios pesqueiros, construídos pelos pescadores a partir do trabalho e dos modos de apropriação da natureza, podem ser delimitados mesmo na fluidez do meio aquático. Sobre eles os pescadores exercem algum tipo de domínio e são objetos de disputas e conflitos (Cardoso *et al*., 2018).

Os acordos de pesca praticados por comunidades tradicionais da Amazônia paraense são estratégias utilizadas para amenizar conflitos e controlar o acesso e uso dos recursos pesqueiros (Santos, 2011). É importante dizer que o estabelecimento dos acordos de pesca não representa apenas uma resposta à mudança ecológica (diminuição da pressão sobre o recurso e aumento ou manutenção de produtividade), mas também uma reivindicação dos direitos de acesso aos recursos comuns (Vidal, 2008).

A situação envolvendo acordos de pesca na comunidade causou diversos problemas relacionados à divisão do território de pesca e consequentemente das relações sociais entre os comunitários. A presença de desentendimentos entre usuários pelo mesmo recurso afetou diretamente as organizações estabelecidas para a produção e reprodução das atividades desenvolvidas no território comunitário. Na figura (15)

Figura 15: Croqui de mapa mental da divisão do território de pesca

Fonte: Gerson Lobato (2020), ribeirinho e morador da comunidade do Rio Baixo Anapu

Conforme o croqui apresentado acima, o território comunitário foi dividido ao meio, formando dois territórios dentro de uma mesma comunidade. A divisão do território pesqueiro da comunidade, naturalmente não foi algo positivo, uma vez que compromete os espaços e as relações entre os comunitários. Nesse sentido, a divisão do território de pesca na comunidade pesquisada, infringe códigos éticos do respeito, cuidado e as relações de compadrio e reciprocidade entre os comunitários.

Nas comunidades de pescadores o respeito é uma referência cognitiva ligada à coletividade que mede o comportamento de usuários dentro e fora dos pesqueiros. A noção de perda do respeito remete aos valores comunitários perdidos e a desestruturação da dinâmica cultural que possibilitava o estabelecimento das normas sociais e garantia sua funcionalidade nas comunidades pesqueiras (Rainho, 2019). Nesse caso, a desarticulação do respeito provoca conflitos em razão da limitação do espaço de pesca.

> Eu estava trabalhando no casco com redes quando fizeram essa divisão aqui. Eu vou te falar achei muito errado o que esse pessoal de cima fez. Acho que foi uma parte de ambição por parte desse grupo. O pessoal de baixo resistiu, houve ameaças. O pessoal de baixo disse que ia passar para a parte de cima. Não aceitavam a divisão, teve muita confusão por causa da divisão (Pescador F).

Disputas territoriais no mar podem reverberar sobre antagonismos sociais, étnicos, ideológicos ou sobre conflitos existentes em terra que respingam sobre a pesca (Cordell, 2000). “A desarticulação do respeito é ausência dos valores comunais que regiam as comunidades pesqueiras e suas normas internas" (Rainho, 2018, p, 126), a quebra de código ético na comunidade, contribuiu para os problemas sociais entre pescadores.

> Olha, logo que aconteceu a divisão do rio, teve muita confusão entre os dois grupos (grupo de cima e grupo de baixo) parte do nosso pessoal (grupo de baixo) resistiu, diziam que ia passar pra cima, depois eles largaram de mão, e cada um ficou para o seu lado, já foi dividido mesmo, né?! (Pesador E).

O relato acima evidencia toda a pressão social vivida entre o “grupo de baixo” e “grupo de cima” em uma situação de disputas e resistências. Nesse contexto, o código ético do respeito também é desarticulado pelo processo ocorrido na comunidade, que podem ser identificados no relato seguinte.

> Essa época foi muito difícil aqui na comunidade, teve muita confusão entre os moradores, tanto de lá (de cima), quanto daqui (de baixo), alguns pescadores ameaçavam invadir para lá (cima) durante a noite, outros até jogavam as redes no poço, faziam batida, praticavam a pesca de arrasto, todo o que não era permitido fazer eles faziam por não aceitar a divisão (Pescador D).

Neste sentido os rios, ou melhor, os pontos específicos de pesca, são pensados também como territórios abertos, pois se situam entre o privado e o público a partir do uso de seus recursos e da maneira que, não um agrupamento humano, mas diversos grupos sociais com o mesmo interesse podem estabelecer regras ou leis internas de conduta que garantem ao mesmo tempo o uso e o controle dos recursos (Begossi, 2004). Contudo, em seu aspecto mais fundamental, a territorialidade humana produz um leque de expressões sociais muito amplas de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais (Rapozo, 2010).

Para Rainho (2019, p. 21) “o cuidado está atrelado a uma série de relações sociais que estruturam e reproduzem as comunidades pesqueiras. Como o cuidado se refere às normas a serem seguidas durante a prática pesqueira, o conceito abrange as relações sociais entre os membros das

comunidades. Normas que são sempre feitas no coletivo e reproduzidas pela coletividade".

Além do respeito e do cuidado, o compadrio está entre as relações afetadas nesta situação. A sociabilidade vinculada ao grupo dos pescadores artesanais sustenta-se em laços de interconhecimento, onde o compadrio e a amizade são importantes nas práticas de gestão comum (Ramalho, 2017). No entanto, em meio a disputas em torno do território, essas relações sociais foram fragilizadas, "assim como o rio foi dividido a amizade entre as pessoas também" (Pescador C), pois muitos se sentiram traídos com a decisão da divisão "muitos ficaram sem se falar depois disso" (Pescador F):

> As brigas que a divisão causou foram muitas! Os donos de rede de borqueio, principalmente, não aceitavam que não podia passar lá para cima. Eles diziam que passariam de qualquer maneira, nem que para isso tivesse que tirar sangue da canela... em meio a tantas brigas até as relações de compadres foram quebradas, não tinha como continuar sendo o que era antes (Pescador D).

Nesse processo a reciprocidade também está em meio aos códigos éticos desarticulados entre os pescadores. A reciprocidade do território de pesca é definida por códigos de conduta, cujo respeito produz valores fundamentais à subsistência material, à reprodução social e à sociabilidade dos pescadores (Rainho, 2019).

> O conflito a divisão trouxe foi uma coisa muito ruim porque todo mundo pescava nos mesmos lugares, usava o mesmo pesqueiro. O rio era de todo mundo. Sempre foi assim desde que eu vim morar aqui. Não tinha esse negócio de não poder passar para cima ou para baixo. Eu lembro que a gente trabalhava emendado, o que um puçaleiro pegava o outro fazia parte. Todos saiam contentes (Pescador H).

Na divisão desse território, além da desarticulação dos códigos éticos há também um prejuízo na posse dos pesqueiros que acabaram ficando "para lá". Os pescadores conhecem os pontos de pesca do rio ou mar onde determinadas espécies são encontradas, e em função do aspecto seletivo de pesca, diferentes técnicas são usadas para a captura de determinadas espécies, assim como os pontos de pesca em geral direcionados a captura de determinadas espécies (Begossi, 2004).

> Só que isso foi ruim, porque a gente tava acostumado a pescar usando tanto a parte de baixo como a de cima de rio, aí não ficou muito espaço para borquear, sem falar que os pontos de pesca melhor ficaram para lá, depois de tantos anos pescando junto, aconteceu isso (Pescador C)

Para os pescadores, o território transcende a dimensão objetiva de produção de necessidades básicas e das relações de poder, ao incluir outra dimensão – subjetiva e simbólica, identitária, efetiva e cultural – fundada pela prática social (Pereira; Penido, 2010). A divisão do território afeta as relações de produção social e econômica, pois limita o contato dos sujeitos com o espaço:

> Dentre esses 59 anos de idade, bem poucos dias que eu não pesquei...minha vida sempre foi no rio desde a idade de 11 anos, por aí tu já tira...a divisão desse rio influenciou nisso porque ninguém podia mais passar acima do limite que eles disseram que era... é do rio que sempre veio minha alimentação ...é Deus que me ajuda e o peixe que e tiro do rio, foi assim que criei todos os meus filhos pescando, pra falar a verdade eu passava mais tempo no rio do que dentre de casa (Pescador D).

Nesse contexto, os recursos também ficam limitados por conta do menor espaço disponível para realizar a pesca, além de criar uma situação de disputa pelo uso dos pesqueiros por membros de uma comunidade. Os pesqueiros são parte das áreas de uso, ou do espaço aquático usado por pescadores. Entretanto, nem sempre os pesqueiros localizados nas áreas de uso de uma comunidade de pescadores estão divididos uniformemente, ou de forma equitativa, entre todos os pescadores da comunidade. Para Begossi (2004, p. 225) “quando há conflitos no uso de algum pesqueiro, ou quando há alguma regra com relação ao uso de determinado pesqueiro, podemos supor que se trata então de um território”.

As restrições de acesso e uso de corpos aquáticos estão ligadas à localização dos pesqueiros, dentro de uma determinada comunidade havendo conflito pelo uso destes locais (Begossi, 2004). As restrições de acesso ao uso do ambiente aquático limitam tanto a produção quanto os vínculos sociais entre os pescadores. Nesse sentido, as regras de uso do espaço aquático, podem ser observadas no relato da moradora J, ao falar sobre as regras que impedem

“pessoas de outras localidades que invadiam a comunidade” ocupando o espaço dos pescadores locais:

> Nós fizemos as regras para proibir a entrada, foi porque vinha puçá até de Cametá, aí parava por aí, e esse pessoal invadiam tudo pra cá (parte de cima do rio). Ao invés dos puçaleiros de dentro da comunidade pegarem o mapará, eles que pegavam e vendiam. Aí os pescadores daqui ficavam na mão. E outra coisa, eles não realizavam a preservação como a gente (Moradora J).

Os territórios também são flexíveis dados a sua apropriação, o que significa dizer que esta flexibilidade fornece argumentos para a (re) configuração de espaços de uso comum, como no caso dos rios. Espaços de uso comum são pensados aqui como elementos constitutivos da realidade social local quanto ao uso dos recursos de forma delimitada e socialmente controlada, através de mecanismos que garantem a gestão e manejo das áreas de pesca assim como impõem as normas e sanções estabelecidas para a regularidade das ações individuais e coletivas (Raposo, 2010).

A utilização de regras sobre o espaço aquático no qual os usuários estão inseridos surge da urgência de defender a pesca em um território comunitário de possíveis invasores que ameacem as dinâmicas pesqueiras. As restrições de acesso e uso dos corpos aquáticos estão ligadas à localização dos pesqueiros dentro de um determinado território comunitário (Begossi, 2004). Neste sentido, a pesca artesanal “não se resume a uma atividade apenas econômica, já que reflete projetos de existência, busca de autonomias, modos de ser, estar, ver e sentir o mundo, ocupando o papel de destaque e centralidade” (Ramalho, 2007, p. 90). Portanto, o processo de divisão de um território altera essas relações entre seres humanos, território e territorialidades.

A divisão do território provoca conflitos que surgem da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou base distintos, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. (Acselerad, 2004). Os conflitos em torno dos recursos pesqueiros resultam da quebra de regras em um determinado território, o contexto disputa, aumenta o esforço sobre os estoques pesqueiros,

acarretando diversos problemas socioeconômicos entre os usuários desse recurso (Fanny *et al*., 2001; Vilhena, 2006,).

Os conflitos por recursos naturais apresentam características subjacentes e comuns que são importantes destacar como uma estrutura para compreender e resolver conflitos pesqueiros. Primeiro, um conflito normalmente apresenta diferentes fases desde o momento em que ocorreu até ser resolvido (Dahlet, 2019). Nesse contexto, a proibição da utilização do território que antes era de uso coletivo estimula os conflitos.

> [...] começaram a falar que ia muitas redes pra lá e boqueavam de noite, passaram a borquear dentro do poço, aí foi aumentando a conversa sobre esses acontecimentos, até que chegou um tempo de grande desunião, até que acharam a dividir, para os daqui não passarem pra lá nem os de lá passarem para cá (Pescador C).

Os conflitos sociais e ambientais na pesca estão diretamente relacionados com situações de apropriação e uso dos ambientes pesqueiros, os quais apresentam nuances de conflitos ambientais vivenciados por comunidades ribeirinhas, para as quais os rios são de extrema importância e prioridade (Furtado, 2004).

Na análise de Machado (2017, p. 1) “os conflitos entre os diversos atores afetam a cadeia produtiva e causam desequilíbrio na organização social da produção” e também interferem nas relações construídas ao longo do tempo no espaço apropriado, na construção de conhecimentos e saberes, e na relação constante entre o ser homem e a natureza, cuja interação está atrelada ao sentimento de pertencimento com o lugar. Deste modo, os conflitos causados a partir da divisão de um território, afeta a produção de alimentação, renda e, sobretudo, as relações de pertencimento dos pescadores com seu território.

Em sua análise sobre tipologia dos conflitos, Dahlet (2019), aponta os conflitos intracomunitários (*conflicts over internal allocatin*) como um dos cinco tipos de conflitos de pesca relatados ao redor do mundo. Esses tipos de conflitos ocorrem entre diferentes tipos de pescaria, por exemplo, disputas entre os pescadores que podem consistir em pequeno e longo prazo (Dahlet, 2019).

Uma das categorias discutidas pelo autor supracitado, que se aplica neste estudo está a categoria de conflitos entre os membros de uma mesma comunidade que causam prejuízos econômicos e sociais, uma vez que as disputas interferem nas relações sociais e de produção sobre o território comunitário. A desarticulação das regras de “exclusividade e de uso dos territórios pesqueiros” (Fanny *et al*., 2001; Begossi, 2004) e desarticulação dos “códigos éticos do respeito, cuidado, compadrio e reciprocidade” interferem nas relações sociais (Cordell, 1989; Rainho, 2019). A relação dos pescadores com o território vai além do local de pesca e moradia, abarca um conjunto de simbologias e valores (Furtado, 2004).

Dessa forma, conflitos entre os pescadores surgem da desarticulação das regras e códigos sociais que provocam a exclusão do território de pesca. A exclusão do território fica evidente também nas palavras do pescador D, “eles nos excluíram, foi dividido o que não era para acontecer” e mais adiante no relato de outro pescador:

> Eles acusaram que nós borqueava dentro do poço do feijoá, mas isso nunca aconteceu, até porque eu não ia aventurar minha rede no poço, onde havia muito pau. Então eles fizeram uma reunião e nos tiraram de lá, aí nós ficamos (Pescador H)

A limitação do espaço de pesca pelo grupo de cima causou insatisfação para os pescadores do grupo de baixo, que se sentiram traídos pelos seus companheiros, por estimular a discussão da divisão que os excluiu do território pesqueiro do grupo de cima.

> No nosso caso aqui essa divisão do rio foi uma trairagem do pessoal de cima. Eles fizeram tudo por baixo dos panos. Teve muita briga! Quando o pessoal daqui de baixo ficou sabendo, já tava tudo feito. Não tinha mais o que fazer, se não aceitar (Pescador D)

A exclusão dos pescadores de um determinado território, causados pelos conflitos em torno da pesca do mapará, desterritorializa os usuários e reterritotializa em novas bases. Para Haesbaert (2004), esses movimentos constantes entre desterritorialização, que é o movimento pelo qual se abandona um território criado na sociedade e a reterritorialização, é um

movimento de reconstrução dos territórios. Deste modo, é essencial entender os processos (territorialização, des-re-territorialização e reterritorialização) a fim de compreender as práticas humanas e a apropriação dos espaços pela sociedade.

A seguir será discutido no próximo capítulo 4.3 Processo de reformulação dos acordos de pesca e suas categorias.

4.3 DES-RETERRITORIALIZAÇÃO A PARTIR DO ACORDO DE PESCA DO MAPARA (*HYPOPHTHALMUS EDENTATUS*).

Assim como foi feito na Categoria de Análise 4.2, será também realizado o movimento de composição das Unidades de Registro e Eixo Temático conforme o que nos apresenta o quadro (Quadro 13). Nessa Categoria de **Des-reterritorialização a partir do acordo de pesca do mapará (*Hypophthalmus edentatus*).**

Quadro 13: Des-reterritorialização a partir do acordo de pesca do mapará

UNIDADES DE REGISTRO	EIXOS TEMÁTICOS	CATEGORIAS DE ANÁLISE
Reformulação dos acordos	Processo de repactuação do acordo de pesca	**Des-reterritorialização a partir do acordo de pesca do mapará**
Desconstrução do território de pesca		
Regras de uso dos pesqueiros		
Regras de divisão da produção de pesca		
Adaptação de novas regras		
Manutenção de regras		
Processo de reterritorialização		
Maior produtividade do pescado		
Regras e redução de conflitos		
Distribuição do pescado		

capturada		
Produção e reprodução do pescado		
Produção coletiva na pesca		
Apropriação do território tradicional		

Fonte: A autora (2023)

A discussão dessa Categoria de Análise será dividida e apresentada da mesma forma que as Categorias de Análise anteriores, seção 4.1 e 4.2

4.3.1 Processo de repactuação dos acordos de pesca do mapará (*Hypophthalmus edentatus*)

Na comunidade do Rio Baixo Anapu, a repactuação dos acordos de pesca surge a partir da divisão do território, que procede de uma série de episódios de conflitos e exclusão dos usuários aos espaços de uso coletivos. Para amenizar conflitos causados pelo processo de divisão, uma reformulação dos acordos de pesca do mapará foi criada pelos comunitários do grupo de baixo, como estratégia de autogestão dos recursos e do território pesqueiro.

A gestão participativa é uma das modalidades de manejo de recursos, que pretende incentivar os pescadores em relação a sua atividade de produção de renda e a importância da conservação dos recursos naturais comuns. Os acordos de pesca praticados por comunidades ribeirinhas como estratégia de manejo dos recursos pretendem garantir a autonomia da gestão participativa e o controle dos pesqueiros (De Castro *apud* Vidal (2004).

Nesse sentido, a criação de novas regras para o acordo de pesca do mapará (*Hypophthalmus edentatus*) na comunidade do Rio Anapu foram formadas a partir de demandas do grupo e podem ser observadas nos relatos dos entrevistados. Segundo o pescador D:

> [...] depois da divisão nós tivemos que nos conformar, nós aqui do grupo de baixo da comunidade nos organizamo e fizemo o nosso acordo... cada um faz o seu e esse ano deu certo, nós não tivemos problemas no nosso acordo (grupo de baixo). É claro que as vezes tem aqueles que não querem cumprir, mas na conversa eles param... a cada ano o nosso acordo fica melhor (Pescador D).

Essa relação de amizade fortalece o comprometimento e torna a mediação de possíveis desentendimentos menos exaustiva. Para Cardoso *et al*.(2018), o processo de acordo de pesca tem se constituído em importante instrumento de redução de conflitos sociais no âmbito da pesca.

Nesse sentido, a capacidade de organização do grupo (grupo de baixo) mostrou-se fundamental nos resultados do manejo da pesca do mapará na comunidade do Rio Anapu. Sendo assim, evidenciada no relato do pescador C **"**esses dois últimos anos tem dado bastante peixe, esse último ano, foi o grupo que mais pegou peixe".

Apesar do termo 'gestão' está mais presente na esfera empresarial, corporativa, governamental nas disciplinas e estudos e literaturas das ciências, é amplamente usado para 'gestão de recursos naturais' ou 'gestão de ecossistemas', prevalecendo nesse último caso o sentido de 'conservação', 'preservação', e 'manutenção' ao invés do sentido de 'ordenamento' ou 'organização' (Lima, 2014, p. 61). No caso, da comunidade do Rio Baixo Anapu, a gestão territorial que está diretamente ligada aos arranjos comunitários, como são chamados os acordos de pesca, pautados na autogestão e autodeterminação como estratégia para a produção e reprodução da pesca do mapará na comunidade. "Reprodução essa que está conectada com toda a rede de relações humanos-não-humanos-paisagem e as suas práticas que reproduzem e estruturam sua comunidade" (Rainho, 2018, p. 42)

Sobre isso, comenta o pescador F:

> Aqui nós não temos apoio da Colônia Z-15, que é responsável pelos pescadores, mas nós fazemos assim mesmo o nosso acordo de boca, na base da confiança. A gente faz isso para preservar o peixe que ainda tem. Não é pensando só em nós e sim nas próximas gerações, que vão precisar também para se sustentar.

Na análise realizada por Cordell (1989), a atividade pesqueira, indubitavelmente, leva a conflitos, mas a reciprocidade nas relações sociais, a cooperação entre pescadores em manejar muitos aspectos de seu trabalho em redes igualitárias e suas hierarquias contestam o modelo de extrema competição. "A pesca é uma atividade coletiva e é o manejo que regula as normas sociais, é o aspecto jurídico da comunidade, o fenômeno jurídico" (Rainho, 2018, p. 128).

Os acordos de pesca são exemplos de organizações sociais de autogestão que regulam o uso e acesso dos recursos naturais e a tomada de decisões sobre o território. Deste modo, a reformulação dos acordos de pesca na comunidade consiste em novas formas de se organizar a partir da desterritorialização causadas pela divisão do território pesqueiro.

4.3.2 Regras do primeiro acordo de pesca (Processo de desterritorialização do acordo de pesca)

A criação de regras para a gestão de recursos naturais em um determinado território implica participação efetiva dos membros do grupo para se alcançar resultados positivos. Deste modo, na construção de acordo de pesca artesanal, essa participação é imprescindível, uma vez que permite aos usuários exercer autoridade sobre seus territórios. Ao mesmo tempo, realizam a manutenção para a produção e reprodução dos recursos naturais existentes.

Nesse sentido, é importante a criação de regras para manter o bom funcionamento do uso dos recursos da pesca, a fim de manter as relações saudáveis entre os comunitários. É importante destacar que essas regras dizem respeito ao primeiro acordo após a divisão do território pesqueiro na comunidade, para que fique claro o processo de repactuação.

1) A seguir serão apresentadas regras antigo acordo de pesca. Entre as regras podemos destacar: As turmas (grupo de pescadores) e o taleiro que descumprissem o acordo estabelecido para o borqueio, ficavam suspensos por sete dias. Se insistissem no descumprimento ficariam por tempo indeterminado.

1) Malhadeiras eram autorizadas a serem colocadas no rio, desde que estivesse dentro das normas do acordo, no caso de uma malha de 30 e 100m de comprimento, correspondente a uma panagem. De todo peixe capturado pela turma, os moradores tinham direito de receber apenas um terço da produção;

2) Após a suspensão por borqueios sem a quantidade mínima (de três basquetas) os donos de redes entregariam todo o pescado capturado

sem direito a levar o peixe, mesmo que a rede tivesse por algum motivo ficado preso ou arrebentasse;

3) As pessoas que tivesse casa na comunidade e não residissem tinham o direito de ganhar um terço do pescado capturado;

4) O pescador, que fosse surpreendido arrastando rede ou colocando em locais proibidos no acordo perdia o direito de uso do território pesqueiro por sete dias, além de a sua parte do terço do pescado capturado no borqueio.

É importante dizer que a repactuação das regras ocorreu pela demanda dos pescadores com a finalidade de melhorias na produção, conservação dos estoques do mapará e, sobretudo, o fortalecimento das relações sociais entre os donos de turma e os moradores da comunidade, afetados anteriormente por questões relacionadas à divisão do território. A seguir serão apresentadas as regras repactuação do acordo de pesca.

4.3.3 Regras do acordo repactuadas pelo grupo de baixo da comunidade do Rio Baixo Anapu (Processo de reterritorialização do acordo de pesca)

É de responsabilidade de todos os moradores da área do acordo a preservação e fiscalização da área de pesca denominado poço da Maricota;

1) Todos os responsáveis das famílias que são contempladas ou beneficiadas pelo acordo têm responsabilidade de fiscalizar a área de pesca e proibir que outras pessoas, de fora do acordo e que não sejam beneficiadas, não pratiquem qualquer atividade pesqueira dentro dos limites estabelecidos;
2) Fica acordada a suspensão de qualquer tipo de malhagem (de arrasto) na área de pesca do acordo. Fica permitido apenas colocar rede em cima da praia, em frente ao seu terreno, de acordo com o rio;
3) Todas as turmas e/ou dono de puçá só poderão pescar nessa área do acordo com autorização da comunidade de moradores;
4) É proibido o uso de espinhel no poço, pois o uso do mesmo é prejudicial ao descanso dos peixes;

5) Todo o borqueio realizado pelas turmas na área do acordo será dividido ao meio, sendo que no mínimo deve ficar uma basqueta e meia para os bereiros. Dentro do poço, o mínimo é 10 basquetas;
6) As turmas e o taleiro que descumprirem o acordo estabelecido para o borqueio ficarão suspensos por 15 dias. Se persistirem no descumprimento ficarão por tempo indeterminado;
7) O bereiro que não colabora com as regras do acordo receberá uma advertência e terá o seu direito a um terço suspenso. Caso persistir no descumprimento, ficará por tempo indeterminado;
8) Caso a turma pegue uma quantidade menor que três basquetas de mapará, deverá entregar todo o pescado para a beira;
9) Se por ocorrência de algum problema a rede vier a prender ou partir, o responsável pelo puçá deve ser entrar em acordo com os moradores, pois dependendo da quantidade de peixe poderá ser dividido ou entregue a turma para ajudar no conserto da rede (respeitando a quantidade mínima do acordo três basquetas);
10) A parcela do peixe que cabe aos moradores será dividida pelas famílias que compõem o grupo da área;
11) Ao fechamento da pesca, será realizada imediatamente uma reunião para a revisão do acordo.

Observação: exceção às famílias que possuem residência de temporada nessa área. Estas recebem quanto estiverem em suas casas. Na sua ausência não terão direito a parcela da divisão.

Essas regras do acordo de pesca do mapará podem ser observadas no relato dos pescadores que fazem parte das discussões comunitárias, onde são construídos coletivamente. O pescador G, fala como as regras do atual acordo foram pensadas e colocadas para serem seguidas pelos pescadores, em primeiro momento:

> A gente fez um novo acordo quando foi ano passado em 2022, nós começamos a trabalhar com o acordo escrito (oficializado pela Colônia dos Pescadores). Primeiro a gente fez um teste, durante um ano, fez o acordo escrito, criamos as regras e no final do ano da pesca, no caso, quando a pesca fechasse no dia 31 de outubro, as pessoas do grupo sentariam para discutir o que deu e o que não deu

> certo. E se houvesse a necessidade de mudar alguma coisa, poderíamos mudar (Pescador G).

O estabelecimento de sistemas de manejo tradicionais, com leis não escritas, ajuda os pescadores locais a transcender sua condição de marginalidade social. Os direitos da pesca, no lugar dos direitos à terra que parecem estar longe de seu alcance, atribuem uma identidade de grupo aos pescadores, algum sentido de segurança e a oportunidade de possuir algo numa sociedade tão estratificada (Cordell, 1989)

No relato do pescador H, é possível perceber que as regras para acessar o recurso pesqueiro contidas no acordo de pesca do grupo de baixo não podem ser des-respeitadas, ao contrário, são punidos os usuários que descumprem as regras para captura do pescado:

> [...] se a turma borquear e não pegar a quantia estipulada no acordo, fica suspensa. A quantia mínima é oito basquetas, aí é dividido 50% para cada. Se nós borquear e pegar só quatro por exemplo, temos que entregar o peixe para os bereiros e ainda ficamos suspensos (Pescador H).

A captura do pescado não pode ser reproduzida de maneira irracional e sim constituída de uma racionalidade onde as atividades possam ser desenvolvidas em locais específicos e as relações sociais de confiança entre os pescadores e ribeirinhos, estimulem a prática do uso sustentável e da gestão de uso comum (Rapozo, 2010).

Os acordos de pesca exprimem regras que regulam o uso do recurso pesqueiro definidas por membros da comunidade ou grupos de usuários locais, incluindo medidas e sanções a serem tomadas contra infratores (D'Almeida, 2006). Deste modo, existem algumas situações especificas onde as punições são desconsideradas, como exemplo, em casos de prisões das redes em galhos ou troncos de árvores presos no fundo do rio que gerem prejuízos como a perda de parte da rede, nesse caso, os comunitários liberam o peixe e isentam o dono do apetrecho da suspensão.

É importante ressaltar que cada categoria de participante do acordo tem regras a cumprir, assim como os donos de redes os "bereiros"[14] que não

[14] Pescador que também fiscaliza, faz parte do acordo de pesca do grupo, portanto, tem direito a metade da produção capturada, constantemente auxilia na divisão do pescado.

pescam de redes de borqueio, mas praticam outras técnicas de pesca colaboram diretamente para o sucesso do acordo cumprindo sua parte:

> Então, nós aceitamos que é para quando eles pegarem eles dividirem com a gente, certo ao meio 50% de cada, porque nós que somos os maiores colaboradores do acordo. Se pegar 100 basqueta de peixe, 50 é dividido entre todos os donos de rede e seus trabalhadores e 50 para os moradores da comunidade que cumpre com as regras" (Pescadora J).

O cumprimento desse acordo pode ser edificado também na fala do pescador H, que relata sobre não ter preocupações com os "bereiros":

> Esse ano nosso grupo funcionou bem, não tivemos muita preocupação com os bereiros, não colocaram as malhadeiras no rio, porque espanta o peixe... até que eles cumpriram com os acordos, ajudou muito, não só para eles como para nós donos de rede, a nossa pescaria foi bastante unida, não tivemos desavenças (Pescador H).

Os acordos de pesca na região configuram-se como ações sociais com relação a valores por tratar-se de medidas baseadas em convicções valorativas dos pescadores que giram em torno das relações de reciprocidade entre os agentes sociais que compõem estes grupos, com a natureza e com os recursos pesqueiros (Vilhena, 2011):

> O nosso grupo aqui se preocupa muito com a preservação e com produção do pescado, ainda mais agora... então nós lutamos para usar com cautela o máximo que puder para que a produção da pesca continue sendo uma atividade de renda e alimentação para as nossas famílias o peixe desde sempre faz parte da nossa alimentação (Pescador D).
>
> Aqui o nosso grupo a gente entende que precisa preservar o pouco que ainda existe, a gente faz isso para preservar não é pensando só em nós e sim nas próximas gerações"se não for assim,meus netos não vão conhecer o que é o mapará (Pescador J)

O cuidado avalia cada nova pescaria, a partir do seu comportamento no ambiente aquático e seu efeito sobre as espécies. O cuidado também se refere às normas a serem seguidas durante a prática pesqueira, o conceito abrange as relações sociais entre os membros das comunidades (Rainho, p. 2019).

Assim como o respeito que fortalece os combinados e possibilita ganhos para os grupos de pescadores

Na pesca, as relações baseadas na reciprocidade, cuidado e respeito mencionado anteriormente, contribuem para o sucesso na pescaria e no bom relacionamento do compadrio entre os grupos de pescadores e por isso os pescadores preferem esperar (Figura16) o melhor momento para a realização da pescaria que, para além das questões relacionadas às mares e ventos envolve também os códigos sociais.

Figura 16: Pescadores esperando a maré baixar para pescar

Fonte: A autora (2024).

Podemos evidenciar nas palavras do pescador H, “formamos um só grupo” e “nós pegamos bastante peixe”

> Aqui para o grupo de baixo nós somos 8 redes de puçá, mas nós formamos um só grupo, o que nós pegamos os outros participavam. Esse ano nós trabalhamos emendados, foi um trabalho bom, nós pegamos bastante peixe, nós mesmo que fomos os privilegiados da pesca esse ano, o nosso grupo (Pescador H).

O sistema de compadrio estabelece um grupo de pescadores ligados pelo “respeito” e é parcialmente responsável pela extensão da cooperação nas atividades pesqueiras da comunidade (Cordell, 1989). O respeito e o cuidado

não são voltados exclusivamente para as espécies, mas expande-se a todos que essa rede de relações engloba, desde relações com o Estado, às relações com as paisagens. O respeito e o cuidado são então tanto pessoais quanto coletivos, tanto acontecem entre humanos quanto não-humanos, burocratizados ou informais.

Sob o manto de comunidades de pescadores, existem soluções para os problemas de manejo e distribuição de recursos marinhos. Em um contexto tradicional, elas minimizam os conflitos e diminuem as pressões sobre os recursos naturais ao limitar o número de pessoas e tipos de petrechos de pesca que podem ser usados, de forma compatível com as características da pesca artesanal. Ao lado do conhecimento ecológico sobre o mar, os sistemas de apropriação coletiva dos espaços e recursos pesqueiros são recursos valiosos em si, dignos de algum tipo de proteção formal (Cordell, 1898.)

No comentário do pescador G, podemos evidenciar essas estratégias no estabelecimento das regras:

> Depois do primeiro ano do combinado das regras, quando a pesca fechou, nós sentamos para discutir as regras provisórias, então todos do grupo optou por continuar com as regras, que deu muito certo e continuariam afirmando o combinado, dessa vez escrito com ata assinada pelos pescadores (Pescador G).

O consentimento para continuidade das regras do acordo citadas acima, dá-se ao modo de organização baseada em ações pensadas e construídas pelos/e para os próprios pescadores que utilizam o espaço onde exercem suas funções e seus modos de vida. Azanha (2002) enfatiza que tendo os meios e os recursos humanos capacitados, os grupos étnicos podem exercer o poder de decisão sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura.

Sobre essas organizações sociais que, partem de dentro e para a própria comunidade, no desejo de um desenvolvimento que não comprometa as relações dos seres humanos uns com os outros e muito menos com o meio habitado. As regras dos acordos discutidos neste capítulo fortalecem essas relações e mantêm o controle de acesso e uso dos recursos da pesca na comunidade, demonstrando resultados importantes, como mencionado pelo

pescador C *“esses dois últimos anos tem dado bastante peixe, esse último ano, foi o grupo que mais pegou peixe”.*

O sucesso na produção do mapará pelo grupo (grupo de baixo) pode ser atribuído ao cumprimento de regras, considerando que a continuidade e reprodução acontecem pelo cuidado e respeito dos usuários envolvidos. Para Moura (2017), os conhecimentos dos pescadores sobre os espaços manejados compreendem um conjunto de valores, onde se instalam relações de territorialidade e emergem os códigos sociais de conduta que regulam o uso de recursos pesqueiros.

Para Rainho (2019), nas comunidades de pescadores, *o cuidado* é uma relação social que engloba as espécies marinhas, estuarinas e os membros das comunidades pesqueiras, resultando em práticas que impedem determinados tipos de pescarias, de malhas e de redes. O *cuidado* faz parte das práticas diárias dos pescadores e pescadoras artesanais, acontecendo antes, durante e depois das atividades pesqueiras.

O *respeito* é demonstrado numa ampla gama de contextos sociais. Ele é criado, mantido e reafirmado pelo que pode ser um ato trivial ou algumas vezes ações de auto-sacrifício e generosidade (Cordell, 1983). Segundo Moura (2017) a *ética do respeito* refere-se tanto a uma relação de reciprocidade entre o ser humano e a natureza quanto a uma relação de reciprocidade dos seres humanos entre si.

Nesse sentido, “os códigos éticos” atuam diretamente nos acordos de pesca e na diminuição de conflitos, uma vez que, o cumprimento de regras diminuiu as disputas pelos recursos pesqueiros e contribui para o aumento da disponibilidade do pescado (Figura 17) ao mesmo tempo estabelece uma relação de reciprocidade entre os pescadores e ribeirinhos da comunidade, observada na realização dos borqueios do grupo.

Figura 17: Captura de 70 basquetas de mapará em um único borqueio

Fonte: A autora (2024)

O aumento da produção do pescado é alcançado a partir das alternativas de manejo comunitário (acordos de pesca) adotado pelos pescadores e ribeirinhos e tem se mostrado eficaz no processo de gestão do território, percebidas nas palavras do pescador G diz:

> A produção do peixe melhorou pessoal que pescam com caniço, para o pessoal que trabalha com as redes de borqueio, o pessoal fala que dá peixe até no Igarapé, então a gente pode ver que os acordos são estratégias positivas para a produção e reprodução do peixe.

O sucesso da produção na pesca do mapará está atrelado às organizações dos acordos de pesca e as articulações realizados pelos grupos de pescadores conforme o que consta no comentário do pescador C “olha, o nosso acordo de pesca aqui (grupo de baixo) tem ocorrido da seguinte forma: é dois anos que vigora o acordo, mas conforme a necessidade se ajusta”.

No comentário do pescador C, podemos identificar o relato sobre a produção e a relação desta com o acordo de pesca “*a produção esse ano foi boa, pegamos bem peixe por causa dos acordos”.*

É notório que os pescadores da comunidade do Rio Baixo Anapu, conseguem realizar adaptações de manejo dos recursos pesqueiros de maneira sustentável, mesmo diante de um processo de mudança, ocorrido pela divisão do território pesqueiro. Isso é possível, através dos conhecimentos dos pescadores sobre o espaço que utilizam práticas de acesso, uso dos recursos e manutenção dos seus territórios, em uma perspectiva de desenvolvimento

baseado em suas próprias demandas. Segundo Moura (2017), as comunidades pesqueiras produzem modalidades de apropriação de territórios através do conhecimento tradicional que atendem às premissas de manejo tradicional.

O estabelecimento de regras do acordo de pesca fortalece a gestão coletiva dos recursos naturais da pesca, a autonomia sobre o território e contribui diretamente para a soberania alimentar das famílias ribeirinhas, sendo assim considerada, como um importante instrumento de resistência criado pelas comunidades tradicionais de pesca.

Sendo os acordos de pesca estratégias que regulam as relações de pescadores com outros pescadores e com o território habitado, onde instituem suas formas de manejo dos recursos pesqueiros, assim como a manutenção de suas relações sociais, as regras do primeiro acordo criado pela comunidade atuavam no sentido de impactar os códigos éticos operados no território pesqueiro comunitário.

Regra 1: As turmas (grupo de pescadores) e o taleiro que descumprissem o acordo estabelecido para o borqueio, ficavam suspensos por sete dias. Se insistissem no descumprimento ficariam por tempo indeterminado. Essa regra impactava no código ético do respeito, uma vez que os pescadores se utilizavam de estratégias para fugir da suspensão pelo descumprimento da regra. Nas comunidades de pescadores o respeito é uma referência cognitiva ligada à coletividade que mede o comportamento de usuários dentro e fora dos pesqueiros. A noção de perda do respeito remete aos valores comunitários perdidos e a desestruturação da dinâmica cultural que possibilitava o estabelecimento das normas sociais e garantia sua funcionalidade nas comunidades pesqueiras (Rainho, 2019). Nesse caso, a quebra de regras provoca conflitos em razão dos borqueios sem captura do pescado:

> Quando era suspenso os donos de turma ficavam suspensos por apenas sete dias eles borqueavam no começo da maré lançante e passado os sete dias já estavam livres da suspensão e faziam novamente o mesmo processo (Pescador D).

Regra 2: Malhadeiras eram autorizadas a serem colocadas no rio, desde que estivesse dentro das normas do acordo, no caso de malha de 30mm e 100m de comprimento, correspondente a uma panagem. A regra em questão

causa efeitos negativos sobre o código ético do cuidado. Para Rainho (2019). O cuidado está atrelado a uma série de relações sociais que estruturam e reproduzem as comunidades pesqueiras. Como o cuidado se refere às normas a serem seguidas durante a prática pesqueira, o conceito abrange as relações sociais entre os membros das comunidades. Normas que são sempre feitas no coletivo e reproduzidas pela coletividade. Deste modo, essa regra do primeiro acordo, operava no sentido contrário ao cuidado, pois o uso de malhadeiras com malhas inferiores além espantar o peixe e provoca sua migração para outros lugares, além de, impedindo cheguem a fase de reprodução.

Regra 3: Após a suspensão por borqueios sem a quantidade (de três basquetas) os donos de redes entregariam todo o pescado capturado sem direito a levar o peixe, mesmo que a rede tivesse por algum motivo ficado preso ou arrebentasse. Assim como as anteriores essa regra também causavam resultados indesejáveis, pois afetavam as relações de compadrio entre os comunitários. Além do respeito e do cuidado, o compadrio está entre as relações afetadas nesta situação. A sociabilidade vinculada ao grupo dos pescadores artesanais sustenta-se em laços de interconhecimento, onde o compadrio e a amizade são importantes nas práticas de gestão comum (Ramalho, 2017). Nesse sentido, essa regra interfere nas relações constituídas entre os membros dos grupos, anulando qualquer relação de solidariedade com o outro grupo de pescadores que por algum acontecimento imprevisível não conseguiu sucesso no pescaria.

Regra 4: De todo peixe capturado pela turma, os moradores tinham direito de receber apenas um terço da produção. Nessa regra era impactada relação de reciprocidade entre os pescadores. A reciprocidade do território de pesca é definida por códigos de conduta, cujo respeito produz valores fundamentais à subsistência material, à reprodução social e à sociabilidade dos pescadores (Rainho, 2019). A regra impacta as relações de reciprocidade entre os comunitários, uma vez que fragiliza a sociabilidade, a parceria e a solidariedade entre os pescadores, pois os pescadores cumpriam com sua parte do acordo (preservavam) e esperavam a retribuição com uma quantia maior do pescado capturado.

Regra 5: As pessoas que tivesse casa na comunidade e não residissem tinham o direito de ganhar um terço do pescado capturado nos borqueios. Essa

regra impactou as relações de uso dos recursos naturais dentro do território de pesca. Neste caso, o uso dos recursos naturais da pesca torna-se problemático em virtude de exclusão dos usuários (pelo acesso e uso) e da capacidade presumível que cada usuário possui de subtrair parte da prosperidade do outro (Fanny *et al*., 2001), causando conflitos entre os sujeitos que pertencem a um determinado local. No caso desta regra os pescadores alegavam que pessoas que não contribuíam com o acordo não poderiam ganhar o peixe, pois assim estariam tirando o direito de uma maior quantidade de peixe para quem de fato estava preservando, prejudicando assim exclusividade do pescado aos moradores que viviam na comunidade.

Regra 6: O pescador, que fosse surpreendido arrastando rede ou colocando em locais proibidos no acordo perdia o direito de uso do território pesqueiro por sete dias, além de a sua parte do terço do pescado capturado no borqueio. Essa regra também impacta de forma negativa as relações de uso dos pesqueiros. As restrições de acesso e uso de corpos aquáticos estão ligadas à localização dos pesqueiros, dentro de uma determinada comunidade havendo conflito pelo uso destes locais (Begossi, 2004). As restrições de acesso ao uso do ambiente aquático limitam tanto a produção quanto os vínculos sociais entre os pescadores. Deste modo, essa regra implica no uso desses espaços e opera na estimulação do conflito entre os pescadores, por se tratar da desarticulação da regra de uso em um espaço restrito ao acesso e a técnica da pesca do borqueio.

Após a apresentação das regras do primeiro acordo supracitadas, que impactavam negativamente os códigos éticos e as relações de uso do espaço comunitário, apresentam-se as novas regras, reformuladas pelos pescadores e moradores, operadas pelo código ético do respeito (1) do cuidado (2), compadrio (3), reciprocidade (4), das relações de exclusividade (5) e uso do espaço/território de pesca (6).

1) As turmas e o taleiro que descumprirem o acordo estabelecido para o borqueio ficarão suspensos por 15 dias. Se persistirem no descumprimento ficarão por tempo indeterminado;
2) Fica acordada a suspensão de qualquer tipo de malhagem (de arrasto) na área de pesca do acordo. Fica permitido apenas colocar

rede em cima da praia, em frente ao seu terreno, de acordo com o rio;

3) Se por ocorrência de algum problema a rede vier a prender ou partir, o responsável pelo puçá deve ser entrar em acordo com os moradores, pois dependendo da quantidade de peixe poderá ser dividido ou entregue a turma para ajudar no conserto da rede (respeitando a quantidade mínima do acordo três basquetas);
4) Todo o borqueio realizado pelas turmas na área do acordo será dividido ao meio, sendo que no mínimo deve ficar uma basqueta e meia para os bereiros. Dentro do poço, o mínimo é 10 basquetas;
5) A parcela do peixe que cabe aos moradores será dividida pelas famílias que compõem o grupo da área; **Observação:** exceção às famílias que possuem residência de temporada nessa área. Estas recebem quanto estiverem em suas casas. Na sua ausência não terão direito a parcela da divisão.
6) O bereiro que não colabora com as regras do acordo receberá uma advertência e terá o seu direito a um terço suspenso. Caso persistir no descumprimento, ficará por tempo indeterminado;

O movimento desses dois processos, no caso das regras do primeiro acordo e as novas regras, que foram reformuladas a partir da demanda dos pescadores e moradores da comunidade, constrói um processo de des-reterritorialização a partir do acordo de pesca comunitário. Nesse sentido, as regras do primeiro acordo impactaram o código ético do respeito, uma vez que a suspensão de pescadores por sete dias era considerada uma punição mínima o que dava margem para a frequência dessa quebra de regra e a continuação dessa desarticulação de valores comunitários, influenciando na forma de organização dos pescadores no estabelecimento de regras de incentivo a preservação dos recursos pesqueiros criando disputas entre os pescadores.

Na regra do primeiro acordo que impactou o código ético do cuidado, está relacionado às malhadeiras, segundo o que se apresenta essa técnica de pesca interferia na produção do pescado, pois espantava sendo usada de maneira contaria as regras, segundo os pescadores e moradores algumas

pessoas estavam colocando redes em locais proibidos, como, por exemplo, no poço e também utilizando malhas inferiores ao tamanho mínimo de 30 mm.

A regra de suspensão da atividade pesqueira sem direito a levar o pescado capturado, afeta o código do compadrio de modo que, a relação de amizade, de solidariedade são desconsideradas no processo. Assim como os demais códigos éticos citados anteriormente, a reciprocidade também foi impactada pelas regras da divisão de um terço do pescado capturado, considerando que essa regra parte do princípio da troca, da sociabilidade, da parceria entre os comunitários, a desarticulação gerou desentendimentos entre os usuários do recurso pesqueiro.

A regra de dividir em partes iguais o pescado entre as famílias que não moravam na comunidade impactavam nas relações de exclusividade e subctrabilidade, pois os membros do acordo ficavam insatisfeitos em compartilhar o pescado com pessoas que não contribuíam com o acordo e apenas desfrutavam dos benefícios, desarticulando assim a regra da exclusividade.

A regra de restrição dos espaços de pesca, ou seja, locais proibidos, sujeito a punição de pescadores que quebrassem a regra, infringe as relações de uso do ambiente aquático, pois opera no sentido da desarticulação desses espaços preservados por pescadores que geravam conflitos e disputas no território. Deste modo, as novas regras contidas no acordo de pesca, são resultados da operação dos códigos éticos que transforma o processo de desterritorialização do território de pesca. Nesse sentido, enquanto as regras do primeiro acordo geram impactos negativos, as novas regras do segundo acordo produzem um espaço de resistência a partir da reprodução, ou apropriação de espaço epistêmico.

A regra 1, as turmas e o taleiro que descumprirem o acordo estabelecido para o borqueio ficarão suspensos por 15 dias. Essa regra é resultado da operação do código ético do respeito, pois a mudança de sete para 15 dias de suspensão, faz com que os pescadores pensem bem antes de realizar um borqueio sem a quantidade mínima do pescado e correrem o risco de perder a maré de pesca.

Sobre a regra 2, de suspensão de qualquer tipo de malhagem (de arrasto) na área de pesca do acordo, uma vez que essa técnica de prejudica os

cardumes e compromete a produção. A reformulação dessa regra é resultado do código ético do cuidado, operando para o bem comum entre os recursos naturais e as relações entre os pescadores, onde o cuidado acontece antes, durante e depois da atividade pesqueira.

Regra 3, na ocorrência de algum problema com rede o pescado, poderá ser dividido ou entregue a turma para ajudar no conserto da rede. Assim como as regas anteriores essa também é resultado do código ético, nesse caso do compadrio, pois ficam evidentes que as relações de amizade e companheirismo estão presentes, principalmente quando acontecem situações imprevisíveis com outros pescadores.

A respeito da regra 4, sobre a divisão em partes iguais do pescado. Esta regra é resultado da operação do código ético da reciprocidade entre os moradores e pescadores, pois há uma troca de relações do respeito, cuidado uns com os outros e com o meio ambiente, onde as partes envolvidas colaboram cada qual a sua maneira para o sucesso da produção e reprodução de pescado no território.

Em relação à regra 5, sobre a divisão do pescado entre as famílias que compõe o grupo. Esta regra resultado da operação de relações de exclusividade dos recursos naturais, nesse caso o pescado e dividido apenas entre as famílias que colaboram com as regras do acordo o que não causa perda na parcela do pescado que cabe aos moradores, evitando assim conflitos em torno desse recurso.

A regra 6, do bereiro que não colabora com as regras. Assim como as demais regras, essa também é operada por códigos éticos e relações sociais, nesse caso a relação de acesso e uso dos recursos naturais e do espaço de pesca, amenizando conflitos entre os usuários e colaborando no manejo dos recursos pesqueiros a na manutenção das relações sociais.

Nesse sentido, o novo acordo de pesca, a partir da repactuação, dá-se um processo de des-reterritorialização. Segundo Moura (2017), é o movimento constante entre a desterritorialização, ou seja, a destruição do território que produz um processo de reterritorialização, que é a reconstrução dos territórios em novas bases, onde o processo de des-re-territorialização, ocorre via operação epistêmica.

Neste caso, a des-reterritorialização, é um processo de uma produção moderna do espaço e significa a expropriação e a apropriação de um espaço de produção de conhecimento destruindo os modos e os meios de produção de espaços de produção dos espaços tradicionais (CET) que são substituídos por um meio de produção de espaço epistêmico moderno.

Portanto, com o novo acordo de pesca, o processo de desre-territorialização acontece com o movimento da desterritorialização e reterritorialização dos espaços tradicionais de pesca, onde ambos formaram parte de um processo contínuo e generalizados de territorialização, (i)materializado no espaço de produção de conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca artesanal possui grande importância na vida dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, é característica marcante na vida dos ribeirinhos, onde constrói sua identidade composta pela relação inseparável com os rios. Porém, em meados da década de 1960, durante os governos militares, a organização do espaço amazônico sofreu uma serie de transformações por meio dos chamados grandes projetos do governo voltado para a região.

No Estado do Pará a implantação desses projetos foi marcada pela implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí na região do Baixo Tocantins que provocou sérios prejuízos socioeconômicos e ambientais. Em razão da construção da UHE impactos ecológicos, sociais, econômicos e étnicos que não foram suficientes avaliados, além das condições de salubridade local.

Dentro desse contexto a pesca artesanal na região do Baixo Tocantins, é impactada negativamente, sobretudo, as populações que vivem a jusante da barragem. Com o barramento do rio pela hidrelétrica houve uma significativa diminuição do pescado na região, causando assim muitos conflitos em torno dos recursos da pesca.

Deste modo, a escassez do pescado tornou-se um problema sério entre os pescadores e ribeirinhos, o mapará peixe símbolo da região se tornou

símbolo de disputa, causando conflitos entre os usuários do recurso. Na perspectiva de amenizar conflitos e controlar o acesso e uso aos recursos, grupos de pescadores e ribeirinhos fomentados pelo apoio de líderes da Igreja Católica, se unem na criação de alternativas para o manejo dos recursos comuns da pesca. Nesse contexto os acordos de pesca surgem como uma estratégia de manejo dos recursos comuns da pesca.

Apesar do resultado positivo nos primeiros anos de vigência dos acordos, os conflitos pela diminuição do pescado tornaram-se inevitáveis, a divisão do território pesqueiro afetou as relações com o território e a produção de relações sociais entre os usuários dividindo-o em dois grupos e consequentemente formou dois territórios em uma mesma comunidade, ocasionando um processo de reformulação dos acordos no território de pesca.

Nesse sentido, os resultados nos apontam que a atividade pesqueira na comunidade envolve um conjunto de conhecimentos dos pescadores sobre o espaço físico, onde desenvolvem suas relações de envolvimento direto com a natureza, a partir da sabedoria, que vem através de sua experiência sobre a influência da maré, do vento, dos ciclos migratórios de reprodução e da localização das espécies que é transmitida oralmente de geração a geração e propõe como objetivo garantir a reprodução de seu modo de vida e continuação da atividade pesqueira. Assim como as regras operas pelos códigos éticos e as regras de posse e exclusividade do território pesqueiro e o processo de des-reterritorialização operados pelo movimento constante entre a desterritorialização ocorridas pela destruição do território produz um processo de reterritorialização, que é a reconstrução do território em novas bases. Nesse caso a des-reterritorialização acontece pelo processo de repactuação do acordo de pesca na comunidade.

Compreendendo a importância da atividade pesqueira e dos acordos de pesca como alternativa positiva de gestão compartilhada construída pelo coletivo de pescadores, o trabalho voltado para a análise da repactuação dos acordos de pesca, pretende demonstrar que o processo ocorrido no grupo de baixo na comunidade do Rio Baixo Anapu pode ser considerado um processo de resistência às divisões de territórios pesqueiros.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. “Conflitos ambientais - a atualidade do objeto” in Conflitos Ambientais no Brasil. ACSELRAD, Henri (org.), Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004, pp.7-11.

ANDERSON, S. D. & MARQUES, F. L. T. 1992 Engenhos movidos a maré no estuário do amazonas: vestígios encontrados no município de Igarapé-Miri, Pará. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas, 8:295-301

ALMEIDA. Bendito. Brito. **O Aumento da Produção do Açaí e as Alterações Socioambientais na Várzea de Igarapé-Miri/PA**. (Dissertação de mestrado) Universidade federal do Pará, ano 2020.

AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa**, p. 29-37, 2002.

BARDIN, Lawrence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições, v. 70, p.225, 1977.

BARROS, Flávio Bezerra. Etnoecologia da pesca na reserva extrativista Riozinho do Anfrísio–Terra do Meio, Amazônia, Brasil. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 286-312, 2012.

BERNARDINO, Renata Venturim. Contribuições da abordagem empiricista de Elinor Ostrom para os estudos sobre a gestão dos recursos naturais renováveis e coletivos. **Anais do Colóquio do Grupo de Estudos de Teoria Política-GETPol**, v. 2, n. 1, 2014.

BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão Negra no Pará: (séculos XVII-XIX). 2ª ed. Belém: Paka- Tatu, 2012, p. 140.

BORDALO, Carlos Alexandre Leão; CRUZ, Mariana Neves. Territorialidade e gestão dos recursos de uso comum no Baixo Tocantins: o caso dos acordos de pesca em jaracuera grande–cametá/pa. **pesca e territorialidades**, p. 121, 2013.

BEGOSSI, Alpina. Ecologia humana. **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Fapesp/Hucitec**, p. 13-36, 2004.

BONFIL BATALLA, Guilhermo. El etnodesarrollo:sus premisas jurídicas, políticas y de organización. In: BONFIL BATALLA, Guilhermo; IBARA, Mario; VARESE. Domingos; TUMIRI, Julio; et al. America Latina: etnodesarrollo y etnocidio. San José: Ediciones FLACSO, 1982, P.131-145.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRASIL. Engenhos do Pará. Belém. IPHAN. 2023. https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-lanca-201cengenhos-do-para201d-na-feira-

panamazonica-do-livro-em-belem-pa/engenhos_do_para_digitalebook.pdf. Acesso em: 23 de ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Brasília: 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. a pesquisa participante e a participação da pesquisa1. 2006.

CARDOSO, Marcelia Castro et al. Pescadores artesanais, conflito de interesses e os recursos pesqueiros vistos como capital natural crítico: o caso do Lago do Juá em Santarém, Pará. **O Social em Questão**, v. 21, n. 40, p. 309-332, 2018.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

CORDELL, John, 2020[1989]. “Posse no mar” (Introdução do livro Cordell, J. (ed.) The sea of small boats. Cultural Survival Report 26), pp. 01-27. Page 4. 4

CORDELL, John. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. **Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP**, p. 139-160, 2001.

CORDELL, John. A sea of dreams: valuing culture in marine conservation. **Berkeley, CA: Ethnographic Institute**, 2007.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006. Acesso em: https://journals. openedition.org/nuevomundo/2260. Acesso em: 19 de agosto de 2024.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; CASTRO, Edna Ramos Castro; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Grandes Projetos urbanos em metrópoles amazônicas: modernização e conflito. In: Novos cadernos NAEA. V. 14, n. 2, p. 89-116, dez. 2011.

CUNHA, Ana Paula Macedo. Engenhos e Engenhocas: Atividade Açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

DA SILVEIRA, Cibele Dias. A pesca artesanal no contexto português: o conhecimento local na solução de conflitos. **Tempos históricos**, v. 15, n. 2, p. 383-404, 2011.

DAHLET, Lol Iana. Conflicts and cures: fisheries conflicts and international fisheries policy instruments. 2019.

D’ALMEIDA, Bruna Gonçalves. Os acordos de pesca na Amazônia: Uma perspectiva diferenciada de gestão das águas. **Encontro Preparatório do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**, v. 15, p. 56, 2006

DE CASTRO, F. Nivéis de decisões e o manejo dos recursos pesqueiros. In: BIGOSSI, A. (Org.). Ecologia da Mta Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Hucitec; Nepam/Unicamp: Nupaud/USP: Fapesp, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima. 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos. Conhecimento e manejo tradicionais em áreas protegidas de uso sustentável: o caso da resex marinha do Arraial do Cabo-Rio de Janeiro. 2003. 2020.

DIEGUES, Antônio Carlos. Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimento tradicional e apropriação social do ambiente marinho. **Roteiros metodológicos: plano de Manejo de Uso Múltiplo das Reservas Extrativistas Federais. Org. RODRIGUES, E**, p. 125-157, 2004.

DE MATTOS, Walber Palheta. **História dos Grandes Projetos e danos socioambientais na Amazônia: a trajetória do Projeto Trombetas no estado do Pará**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará.

DO NASCIMENTO, Evandro Cardoso; DENARDIN, Valdir Frigo. Malhas da reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel–litoral do Paraná. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, 2017.

DOS SANTOS, Adriani Cristina Monteiro et al. Conflitos socioambientais e problematizações na pesca: relatos dos pescadores artesanais da localidade do igarapé da fortaleza, Macapá-Amapá-Brasil. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 7, n. 3, p. 174-190, 2018.

DOS SANTOS, Alexa Fagundes; DE JESUS, Gabrieli Guterres; BATTISTI, Isabel Koltermann. Entrevista semi-estruturada: considerações sobre esse instrumento na produção de dados em pesquisas com abordagem qualitativa. **Salão do Conhecimento**, v. 7, n. 7, 2021.

FAJER, Roberta Fernandes; ARAÚJO, Margarete Panerai; WAISMANN, Moisés. Importância do diário de campo nas pesquisas qualitativas com metodologia de história oral. **SEFIC 2016**, 2017.

FENNY, David et al. A tragédia dos comuns 22 anos depois. **Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/USP**, 2011.

FERRAZ, Luciana. Uso e manejo adaptativo dos recursos pesqueiros por comunidades tradicionais do rio Cuiabá, Pantanal-MT. 2011.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. 1990.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia. **Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll**, 2004.

GUNDERSON, Lance H. Ecological resilience—in theory and application. **Annual review of ecology and systematics**, v. 31, n. 1, p. 425-439, 2000.

GRUGIKI, M. A. Avaliação de manejo adaptativo em áreas sob restauração florestal. Recife, 2018.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando fronteira: Um novo campesinato amazônico. O papel das instituições científicas e de seus pesquisadores**. Editora Universitária UFPA, 2004.

HOLANDA, B. da S. **A água ficou presa pra lá": transformações socioambientais a jusante da barragem de Tucuruí/PA**. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

HOLANDA, B. da S.; SIMÕES, A. Estudo do Acordo de Pesca da Ilha Saracá, Limoeiro do Ajuru-Pará. **A. Simões & M. Benassuly. Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas**, p. 251-288, 2017.

HOLANDA. B. S. Conflitos socioambientais na pesca do mapará (hypophthalmus marginatus): efeitos da barragem de Tucuruí. Revista de Estudios Brasileños; vol 7, nº 15, p. 179-193, 2020.

JURAS, Anastácio Afonso; CINTRA, Israel Hidenburgo Aniceto; LUDOVINO, Rui Manuel Rosário. A pesca na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, estado do Pará. **Boletim Técnico Cientifico do CEPNOR, Belém**, v. 4, n. 1, p. 77-88, 2004.

LEITÃO, Wilma Marques; SOUSA, Isabel Soares de. Pescadores insulares e mercados: aspectos das relações de reciprocidade no comércio de pescado no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 1, p. 53-64, 2006.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, E. D. A. A pesquisa em educação: abordagem qualitativa. São Paulo: EPU,1986.

LOBATO, Eladio. Caminho de Canoa Pequena história do município de Igarapé-Miri. 2ª edição. Belém- Pará, 1985.

MACIEL, Maria Beatriz Portilho. A pesca do mapará (hypophthalmus edentatus) principal atividade pesqueira da comunidade do Baixo Anapu, interior do município de Igarapé-Miri, Pará. 48 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal do Pará, 2021.

MACHADO, Marcia Maria Souza. Tipologias dos conflitos em torno da atividade pesqueira no complexo Macuricanã - Parintins – Amazonas. VIII Simpósio

Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT V – Políticas públicas e perspectiva de desenvolvimento para o campo. Curitiba de 1 a 5 de novembro de 2017.

MALDONADO, Simone C. A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. **A imagem das águas**, p. 59-68, 2000.
MALDONADO, Simone C. No mar: conhecimento e produção. **A imagem das águas. São Paulo: Hucitec**, p. 95-100, 2000.

MARIN, Rosa Elizabeth. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. Paper do NAEA/UFPA, Belém, out.

MARQUES, Fernando Luiz Tavares. Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2004.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, Gustavo GM. **Guerra nos mares do sul: o papel da oceanografia na destruição de territórios tradicionais de pesca**. Annablume, 2017.

MOURA, Gustavo Goulart Moreira. Águas da Coréia: pescadores, espaço e tempo na construção de um território de pesca na Lagoa dos Patos (RS) numa perspectiva etnooceanográfica. **São Paulo: Universidade de São Paulo, Proprama de Pós-Graduação em Ciência Ambiental**, 2009.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação, Porto Alegre**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NASCIMENTO, S. V. IGARAPÉ-MIRI: A passagem da escravidão ao trabalho livre, numa região de engenhos (Grão-Pará: 1843-1888). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém.

NETO, Francisco Rente; FURTADO, Lourdes Gonçalves. A ribeirinidade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 24, n. 24, p. 158-182, 2015.

OLIVEIRA, M. F. METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração. Universidade Federal de Goiás. Catalão-GO, 2011.

OSTROM, Elinor; MCKEAN, Margaret (2001). Regime de propriedade comum em florestas: uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 79- 95.

OSTROM, Elinor; TUCKER, Catherine (2009). Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. In: MORAN, Emilio; OSTROM, Elinor (Org.). Ecossistemas florestais: interações homem-ambiente. São Paulo: Editora Senac; Edusp, 2009. p. 109-138.

PARÁ, Governo do. Relatório apresentado ao exm. senr. dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo exm. senr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1875, p. 79.

PEREIRA, Doralice Barros; PENIDO, Marina de Oliveira. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des) envolvimento social. **Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG**, p. 250-275, 2010.

POTIGUAR, Manoel Rodrigues Silva. Entre Organização Social e Normativas: Acordos de pesca para gestão de recursos de uso comum do rio Canaticu no município de Curralinho, Marajó, PA. 2022. 107f. Dissertação (Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, 2022.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto et al. Embarcadiços do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE. **Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP**, 2007.

SINIMBÚ. R. P. Os Jazzes de Igarapé-Mirí: dimensões culturais do entretenimento musical moderno no Baixo Tocantins (1940-1970). 2019. Dissertação (Mestrado em História 123 Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVEIRA, Sidnei Renato et al. Sala de aula invertida: Desenvolvendo vídeo-aulas para a pré-aula. **Redin-Revista Educacional Interdisciplinar**, v. 8, n. 1, 2019.

SANTIAGO, Jose. Igarapé-Miri a verdadeira terra da cachaça: Ascensão e declínio dos engenhos de cana-de-açúcar no município de Igarapé-Miri. Belém-Pará: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 2013.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

SANTOS, Camila Matzenauer; BIANCALANA, Gisela Reis. Autoetnografia: um caminho metodológico para a pesquisa em artes performativas. **Revista Aspas**, v. 7, n. 2, p. 83-93, 2017.

SANTOS, Valcir Bispo. Inovação social e instituição nos acordos de pesca da Amazônia oriental. **PALHETA, João Marcio; SILVA, Christian Nunes da.**

Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira. Belém/PA, v. 1, p. 153-172, 2013.

SILVA, Regina; SATO, Michèle. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso-Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, p. 261-281, 2010.

SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. Elinor Ostrom:"governar os comuns". **Faculdade de Economia da Universidade de Porto. Portugal**, 2011.

RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. Territórios sociais da pesca no Rio Solimões: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso. 2010. 272f. Dissertação (Mestre em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

REIS, João Francisco; SOUZA, Jaime Luiz. Grandes projetos na Amazônia: A hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos na segurança pública. Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v.9, n. 2, p. 215-230, maio/ago. 2016.

VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: LACED**, p. 87-105, 2002.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de hoje**, v. 37, n. 4, 2002.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. **Autoetnografias: conceitos alternativos em construção**. 7Letras, 2005.

VIDAL, Marcelo Derzi. Manejo participativo da pesca na Amazônia: a experiência do ProVárzea. **Ciência e Natura**, v. 32, n. 2, p. 97-120, 2010.

VIETLER, Renate B. Métodos Antropológicos como Ferramenta para Estudos em Etnobiologia e Etnoecologia. IN: AMOROZO, Maria C. de M.; MING, Lin C.; da SILVA, Sandra MP. **Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas. Anais: Rio Claro: UNESP/CNPq**, p. 12-18, 2002.

VILHENA, Josiel do Rêgo. Manejo comunitário de recursos comuns na Amazônia: uma análise sobre os acordos de pesca da região do Baixo Tocantins no estado do Pará. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Ed.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. NOTICIAS. Safra de açaí foide1,1 milhão de tonelada sem 2016. Disponível em:<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16821-safra-de-acai-foi-de-1-1-milhao-de-toneladas-em-2016>.Acesso em:18 de out.2022.

_____ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PAM. Produção Agrícola Municipal, 2017.Disponívelem:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2017_v44_br_informativo.pdf>.Acesso em: 18 de out. 2022

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Igarapé-Miri: Cidades. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/igarape-miri/panorama>. Acesso em:18 out.2022.

ANEXO I

ACORDO DE PESCA DOS MORADORES E PESCADORES DAS MARGENS DO POÇO DA MARICOTA (RIO BAIXO ANAPÚ).

Os limites desse acordo se estende do travessão de areia que abrange a ilha do seu moça, passando pelo Barracão do Tio Alves até o furo do Coelho (ao lado da casa do Tarubá), pela margem direita. Pela margem esquerda da boca de baixo da entrada do Paulino até a casa do "Tio Mundico".

A delimitação do poço, pelo lado esquerdo, compreende da divisa do terreno do seu Caboco Costa até o igarapé do terreno do seu Janguinho. Pela margem direita, vai da boca do Narciso (na divisa do terreno do seu Cloves) até o taperebazeiro acima da divisa do Beca com o Genaro.

Esse acordo, feito pelo pescadores e moradores das margens do poço da Maricota, é reelaborado a parti do antigo acordo existente desde o ano de 2000 ou 2001, quando se estabeleceu um acordo geral para a área de pesca do Baixo Anapú. Sendo assim, as regras combinadas para o melhor desempenho da atividade pesqueira e beneficio das turmas de pesca e dos moradores que compõe o grupo, seguem nestes termos:

1. É de responsabilidade de todos os moradores da área do acordo a preservação e fiscalização da área de pesca denominado poço da Maricota.
2. Todos os responsáveis das famílias que são contempladas ou beneficiadas pelo acordo, tem responsabilidade de fiscalizar a área de pesca e proibir que outras pessoas, de fora do acordo e que não sejam beneficiadas, não pratiquem qualquer atividade pesqueira dentro dos limites estabelecidos.
3. Fica acordado a suspensão de qualquer tipo de malhagem (ou arrastão) na área de pesca do acordo. Fica permitido apenas colocar rede em cima da praia, em frente ao seu terreno, de acordo com o rio.
4. Todas as turmas e/ou dono de pulsar só poderão pesca, nessa área do acordo, com a autorização da comunidade de moradores.
5. É proibido o uso de espinhel no poço, pois o uso do mesmo é prejudicial ao descanso dos peixes.

Digitalizado com CamScanner

6. Todo o bloqueio realizado pelas turmas na área do acordo será dividido ao meio, sendo que no mínimo deve fica uma basqueta e meia para os beireiros. Dentro do poço o mínimo é 10 basquetas.

   Observação: Enquanto ocorre o borqueio é proibido aos pescadores e moradores colocarem a mão na rede para escolha de peixe.

7. As turmas e o taleiro que descumprirem o acordo estabelecido para o bloqueio, ficarão suspensos por 15 dias. Se persistirem no descumprimento ficarão por tempo indeterminado.
8. O beireiro que não colaborar com as regras do acordo receberá uma advertência e terá o seu direito a um terço suspenso. Caso persistir no descumprimento ficará por tempo indeterminado.
9. Caso a turma pegue a menor quantidade de mapará, deverá entregar todo o pescado para a beira.
10. Se por ocorrência de algum problema a rede vier prender ou partir, o responsável do pulsar deve entrar em acordo com os moradores, pois dependendo da quantidade de peixe, poderá ser dividido ou entregue a turma para ajudar no concerto da rede (respeitando a quantidade mínima do acordo).
11. A parcela do peixe que cabe aos moradores será dividida pelas família que compõem o grupo na área.

Observação: Com exceção das famílias que passam temporadas e que possuem residência nessa área. Estas recebem quando estiverem em suas casas, na sua ausência não tem direito a parcela da divisão.

12. Ao fechamento da pesca será realizado imediatamente uma reunião para a revisão do acordo.

Esse acordo foi revisto em uma reunião com os moradores, da área de baixo, no dia 20 de Fevereiro de 2021 as 15:00 horas na residência do Doutor. Acordaram nessa reunião os seguintes pescadores e beireiros:

NIVALDO DE JESUS BARBOSA PENA (REPRESENTANDE DE PUÇAR)
JOÃO BATISTA MIRANDA FRANCO
MIGUEL JOSÉ MAUÉS MORAES (REPRESENTANTE DE PUÇAR)
FABIO JUNIOR DA CRUZ LOURINHO

Digitalizado com CamScanner

IZOMAR SANTANA MAUÉS DE BARROS (REPRESENTANTE DE PUÇAR)
MANOEL DE JESUS CASTRO LOURINHO
ALVARO MORAES MACIEL (REPRESENTANTE DE PUÇAR)
FERNANDO JUNIOR DA CRUZ LOURINHO
NILDO PENA
IVAN MAUÉS BARROS
JOSÉ M.M. CRUZ
BENEDITO FERREIRA OLEASTRE (REPRESENTANTE DE PUÇAR)
JOSÉ RAIMUNDO MIRANDA (REPRESENTANTE DE PUÇAR)
DARILSON SOARES DE MELO
BENEDITO LOPES MACIEL
MARIA DE LOURDES PORTILHO MACIEL (SECRETARIA DE BASE DA Z-15)

13 - Foi votado e aprovado pelos moradores, que os infratores apanhados desobedecendo este acordo de pesca firmado neste regimento interno praticando irregularidade serão punidos conforme determinado nos itens a baixos:

I – De acordo com o Decreto Estatual 1.686, publicado em Junho de 2021, que estabelece os critérios para a formalização de Acordos de Pesca em comunidades pesqueiras. Que vai da advertência, multas, punições e apreensão dos apetrechos de pesca usados irregularmente.

II – Os pescadores desta localidade que no período do defeso forem pegos em contradição e estiverem pescando, a comunidade vai fotografar e conseguir provas, e encaminhara para a Colônia de Pescadores Z-15, para que a direção da Z-15 suspenda o seguro defeso deste pescador por um ano.

III – Caso o pescador pego cometendo qualquer irregularidade e, não seja sócio da Z-15 será encaminhado (a), aos órgãos competentes como: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Sistema Municipal de Segurança Publica (SMSP) e Ministério Publico (MP), que irão cumprir as medidas que compete a eles na forma da lei 7.735 de 22 de Maio de 1989, que a exemplo requer e tem como principal objetivo garantir a manutenção e preservação das áreas de Floresta Naturais, Rios e seus Derivados.

Paragrafo único: Este documento tem validade de 30 de janeiro de 2023 a 30 de janeiro de 2025, e só poderá ter alteração caso tenha erro da parte dos pescadores ou da comunidade para ser atualizado. Este documento será assinado legalmente por nossos representantes da Z-15, SEMMA e SEDET.

Digitalizado com CamScanner